



Marcio de Escobar Paixão

**REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JACUÍ/RS,  
FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
REGIONAL**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2014

Marcio de Escobar Paixão

**REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JACUÍ/RS,  
FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
REGIONAL**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em  
Desenvolvimento Rural da Universidade de Cruz  
Alta, como requisito parcial para obtenção do título  
de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

Coorientadora: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Cruz Alta – RS, junho 2014

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ  
Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão  
Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural

**REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JACUÍ/RS,  
FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA  
REGIONAL**

Elaborado por

Marcio de Escobar Paixão

Como requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Claudía Maria Prudêncio De Mera \_\_\_\_\_ UNICRUZ  
Profa. Dra. Elizabeth Dornelles \_\_\_\_\_ UNICRUZ  
Prof. Dr. João Fernando Zamberlan \_\_\_\_\_ UNICRUZ

Cruz Alta – RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Um sonho só se torna impossível quando deixamos de sonhar. Neste sentido, quero agradecer a meus pais, Érico e Marlene, que sempre estiveram presentes em minha vida, demonstrando através de exemplos e atitudes que é sim possível alcançar nossos sonhos de forma justa e ética, desde que se tenha muita dedicação e persistência.

Agradecer também à minha irmã Marciele e à minha namorada Taiana Trenhago, pela motivação, compreensão e dedicação em todos os momentos.

À Cooperativa Central Gaúcha Ltda. (CCGL), em especial aos seus diretores, Caio Vianna, Darci Hartmann e Guillermo Dawson Jr., que acreditaram e contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade de Cruz Alta, que além deste importante curso, nos disponibilizou uma excelente estrutura de trabalho, principalmente através de sua equipe de colaboradores. Destaco este agradecimento a seu quadro de professores do Mestrado, em especial aos professores Dr<sup>a</sup> Cláudia Mera, Dr<sup>a</sup> Tamara Diverio e Dr. Lucas Siqueira, pelo profissionalismo, incentivo, orientação e apoio durante todo o período de realização deste trabalho.

Aos colegas de curso e trabalho, em especial Jair Mello e Dieine Aguiar, que contribuíram de forma incondicional com a realização desta pesquisa.

A todos, muito obrigado!

## **RESUMO**

# **REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO JACUÍ/RS, FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA REGIONAL**

Autor: Marcio de Escobar Paixão

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio De Mera

Coorientadora: Profa. Dra. Tamara Silvana Menuzzi Diverio

Este estudo busca entender quais são as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares produtores de grãos e leite do Alto Jacuí/RS, inseridos num ambiente concentrado e capitalista, que os expõe a uma baixa disponibilidade de área para produção, difícil acesso ao crédito, aos recursos financeiros e desenvolvimento tecnológico, fazendo com que a agricultura familiar ao longo dos anos buscasse alternativas para viabilizar suas atividades e permanência no campo. Esta classe que, a partir da década de 90 ganha mais força e passa estar presente nas principais pautas de discussões no agronegócio brasileiro, atualmente é considerada a principal fornecedora de alimentos básicos para o mercado doméstico, assim como responsável pela maior manutenção e ocupação de pessoas no campo e, geradora de maior valor bruto de produção, ambos os destaques comparados com a agricultura não familiar, fazendo desse segmento familiar através de sua performance, uma das categorias fundamentais para o desenvolvimento rural brasileiro. O que não se difere no Alto Jacuí/RS, onde a agricultura familiar vem contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento, principalmente através da produção de trigo, milho, soja e de leite. Portanto, este estudo tem como objetivo caracterizar o desenvolvimento agrícola na região do Alto Jacuí; analisar as transformações na organização produtiva e no trabalho da unidade familiar com produção de grãos e leite, assim como suas tendências; identificar se existem atividades pluriativas e sua importância econômica para reprodução e permanência da família no campo; e identificar em quais situações a escala produtiva representa o fortalecimento da produção agrícola e em quais representa a saída gradativa da unidade familiar do meio rural. Em sua metodologia, a população para a pesquisa foi composta por unidades produtivas familiares de grãos e de leite do Alto Jacuí/RS. Após a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados para pesquisa de campo foi dividida em duas etapas, ou seja, a primeira foi direcionada somente para os produtores fornecedores de leite da CCGL, selecionados de acordo com sua disponibilidade e acessibilidade 34 produtores em 12 municípios. Já a segunda etapa foi além dos produtores e regiões de atuação dessa Cooperativa, foram entrevistados 101 produtores em 14 municípios do Alto Jacuí/RS. Este estudo demonstra que a produção leiteira representa maior fortalecimento econômico e permanência da agricultura familiar no meio rural, pois

segundo 83% dos entrevistados, se eles trabalhassem somente com a atividade leiteira em até 40 hectares seria suficiente para viabilizar economicamente sua permanência na propriedade. Já nesta mesma área somente com a produção de grãos, para estes mesmos produtores representaria a saída gradativa da unidade familiar, pois apenas 27% dos entrevistados conseguiriam permanecer em propriedades com este perfil de área e produção.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Tendências. Agricultura Familiar. Estratégias de Reprodução.

## **ABSTRACT**

# **REPRODUCTION THE FAMILIAR AGRICULTURE OF ALTO JACUÍ/RS, OPPOSITE THE MODEL OF REGIONAL AGRICULTURAL DEVELOPMENT**

Author: Marcio de Escobar Paixão  
Advisor: Maria Cláudia Prudencio de Mera  
Coadvisor: Tamara Silvana Menuzzi Diverio

This study seeks to understand which are the strategies of economic and social reproduction of the familiar farmers producers of grains and milk of Alto Jacuí/RS. Inserted in a capitalist and concentrated environment, which exposes him to a low availability of area for production, hard access to credit, to the financial resources and technological development, made the familiar agriculture throughout the years look for alternatives to enable its activities and permanence in the countryside. This class that, from the decade of 90 gains more power and starts to be present in the main discussion agendas on the Brazilian agribusiness. Nowadays it's considered the principal provider of basic foods for the domestic market, as well as responsible for the bigger maintenance and occupation of people in the countryside and, generator of a more gross value of production, both highlights compared to the employer agriculture, making this familiar segment through its performance, one of the fundamental categories for the Brazilian rural development. What doesn't differ in Alto Jacuí/RS, where the familiar agriculture has been contributing in a significant way to its development, mainly through the production of wheat, corn, soy and milk. Therefore, this study has as an objective to characterize the agricultural development in the region of Alto Jacuí; to analyze the transformations in the productive organization and on the work of the familiar unit with production of grains and milk, as well as its tendencies; to identify if there are pluriactive activities and its economic importance for the reproduction and permanence of the family in the countryside; and identify in which situations the productive scale represents the strengthening of the agricultural production and in which ones it represents the gradual exit of the familiar unit from the rural environment. In its methodology the population for the research was composed by familiar productive units of grains and milk of Alto Jacuí/RS. After the bibliographic research, the data collection for the field research was divided into two steps, or, the first one was directed only for the milk supplier producers of CCGL, where 34 producers in 12 municipalities were selected according to its availabilities and accessibilities. The second step was beyond the producers and regions of this Cooperative actuation, 101 producers in 14 municipalities of Alto Jacuí/RS were interviewed. This study shows that the milk production represents bigger economic strengthening and permanence of the agricultural

familiar in the rural environment, because according to 83% of the interviewed, if they worked only with the milk activity up to 40 hectares would be enough to enable economically its permanence in the property. Since in this same area only with the production of grains, for these same producers it would represent the gradual exit of the familiar unit, because only 27% of the interviewed people could remain in properties with this profile of area and production.

**Keywords:** Development. Tendencies. Familiar Agriculture. Reproduction Strategies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Participação das atividades produtivas entre os estabelecimentos familiares e não familiares da Região do Alto Jacuí/RS, durante o ano de 2006 .....	43
Figura 2. Localização dos Municípios do Corede Alto Jacuí – RS .....	44
Figura 3. Número de produtores CCGL entrevistados por município .....	50
Figura 4. Número de questionários respondidos por município.....	51
Figura 5. Percentual entre grupos de idade dos entrevistados .....	54
Figura 6. Percentual de escolaridade dos entrevistados .....	54
Figura 7. Tamanho das propriedades em hectares.....	55
Figura 8. Origem das propriedades em percentual .....	56
Figura 9. Idade das pessoas que vivem nas propriedades.....	56
Figura 10. Utilização do trabalho das pessoas que vivem nas propriedades entrevistadas .....	58
Figura 11. Locais onde são realizadas as atividades fora das propriedades entrevistadas .....	58
Figura 12. Origem da renda agrícola e não agrícola dos produtores .....	59
Figura 13. Tendência para o uso do trabalho das pessoas que vivem nas propriedades entrevistadas .....	59
Figura 14. Os produtores pretendem continuar morando e trabalhando na propriedade por muito tempo.....	60
Figura 15. Após a aposentadoria, os filhos ou familiares vão continuar trabalhando na propriedade .....	61
Figura 16. Se os entrevistados tivessem outra opção de trabalho e renda deixariam suas propriedades?.....	62
Figura 17. Se os entrevistados tivessem dinheiro disponível para fazer o investimento de seus sonhos, qual seria.....	63
Figura 18. Para os entrevistados o que há de melhor em suas comunidades .....	65
Figura 19. Para os entrevistados, o que tem de melhorar em suas comunidades: .....	66
Figura 20. Ano em que os produtores iniciaram suas atividades de gerenciamento na propriedade .....	69

Figura 21. Percentual de área destinada para as produções de inverno.....	70
Figura 22. Percentual de área destinada para as produções de verão .....	72
Figura 23. Participação percentual das atividades produtivas na renda das famílias .....	72
Figura 24. Principais dificuldades encontradas pelos produtores para aumentar a produtividade e renda através da produção de grãos em suas propriedades .....	73
Figura 25. Principais dificuldades encontradas pelos produtores para aumentar a produtividade e renda através da produção leiteira em suas propriedades.....	75
Figura 26. Quantidade mínima de hectares necessária para viabilizar economicamente a permanência das famílias em suas propriedades .....	76
Figura 27. Além das produções de grãos e leite, quais outros produtos/alimentos são produzidos para comercialização nas propriedades familiares.....	77
Figura 28. Onde são vendidos estes produtos além dos grãos e leite .....	78
Figura 29. Quais outros alimentos são produzidos na propriedade para consumo da família ..	78
Figura 30. Tendência das atividades na agricultura familiar.....	83
Figura 31. Tendências para permanência da agricultura familiar no meio rural .....	84
Figura 32. Motivos que levam os jovens a saírem das propriedades familiares na busca de novas oportunidades de trabalho .....	86
Figura 33. Necessidades da agricultura familiar para viabilizar economicamente suas atividades, melhorar a qualidade de vida e permanecer dentro de suas propriedades.....	89
Figura 34. Políticas necessárias para o fortalecimento das atividades realizadas pela agricultura familiar no meio rural.....	90
Figura 35. Perfil dos produtores familiares .....	95

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Características da Agricultura Familiar no Brasil em 2006, por região.....	31
Tabela 2 - Comparativo percentual entre área e número de estabelecimentos dos agricultores familiares e não familiares nos municípios da região do Alto Jacuí .....	45
Tabela 3- Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE 2014, Rio Grande do Sul e Corede Alto Jacuí/RS. ....	46

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1.1 Problemática e Problema de pesquisa</b> .....	<b>16</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>20</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	20
1.2.2 Objetivos Específicos .....	20
<b>1.3 Justificativa</b> .....	<b>21</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>23</b>
<b>2.1 A Questão Agrária Brasileira: Contribuições Clássicas</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2 Agropecuária Brasileira: Conceitos e discussões sobre a participação da Agricultura Familiar</b> .....	<b>27</b>
<b>2.3 Teoria Marxista e a reprodução da agricultura familiar</b> .....	<b>32</b>
<b>2.4 Desenvolvimento rural e pluriatividade na agricultura familiar</b> .....	<b>33</b>
2.4.1 Surgimento da pluriatividade na agricultura familiar.....	35
2.4.2 Fatores que afetaram o surgimento da pluriatividade.....	37
2.4.3 Contribuições da pluriatividade para o desenvolvimento rural do Brasil .....	39
<b>2.5 O Dinamismo Agrícola e o Desenvolvimento Socioeconômico do Alto Jacuí/RS</b> .....	<b>41</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>47</b>
<b>3.1 Definição da área ou população-alvo do estudo</b> .....	<b>48</b>
<b>3.2 Plano de amostragem</b> .....	<b>49</b>
<b>3.3 Plano e instrumentos de coleta de dados</b> .....	<b>49</b>
<b>3.4 Plano de análise dos dados</b> .....	<b>51</b>
<b>3.5 Estrutura do trabalho</b> .....	<b>51</b>
<b>4 PERFIL DOS PRODUTORES, USO DO TRABALHO E ESTRUTURA DE SUAS COMUNIDADES</b> .....	<b>53</b>
<b>4.1 Perfil dos produtores e seus estabelecimentos de produção familiar</b> .....	<b>53</b>
<b>4.2 Uso do trabalho, importância, perspectivas de permanência e sucessão nas unidades de produção familiar</b> .....	<b>57</b>

<b>4.3 Estrutura das comunidades rurais onde está inserida a agricultura familiar do alto Jacuí/RS .....</b>	<b>64</b>
<b>5 TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>68</b>
<b>6 TENDÊNCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTOJACUÍ/RS .....</b>	<b>80</b>
<b>7 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....</b>	<b>92</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática da agricultura familiar, que já foi denominada de diferentes formas, como agricultura camponesa, de pequena produção, de subsistência, de pequeno porte, entre outros termos, sempre esteve inserida no debate das questões agrárias, principalmente no que tange ao seu desenvolvimento. A discussão permeia entre a concepção que prevê o seu desaparecimento pela inserção no modo de produção capitalista e a que ressalta o seu fortalecimento, em um processo de diferenciação, redefinição, decomposição e adaptação a este sistema e ao mercado.

O debate sobre a permanência da agricultura familiar no sistema capitalista não é novo, pode-se dizer que a teoria marxista é um marco para esta discussão. Mesmo Marx não tendo como foco especificamente o meio rural e as questões agrárias, as teorias marxistas, principalmente fundamentadas em Engels, Kautsky e Lênin, apontavam para o desaparecimento da agricultura familiar (camponesa) como o desenvolvimento do capitalismo, resultado da subordinação da agricultura ao setor industrial, extinguindo o trabalhador familiar, substituindo-o pelo assalariado.

Na obra O Manifesto do Partido Comunista (1988), Marx e Engels afirmam que o camponês, enquanto grupo social, fatalmente desaparecerá com o avanço do capitalismo, pois este submeteu o rural à cidade, aumentando a concentração da terra. Do mesmo modo, Kautsky (1986) apontava a superioridade técnica do grande estabelecimento rural, identificados, segundo ele, com os padrões capitalistas e diferentes qualitativamente e tecnicamente dos pequenos produtores. Lênin (1985, p.35) evidenciando a diferenciação camponesa, anunciava a desintegração deste grupo social, afirmando que “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”.

Na perspectiva marxista clássica, ou o camponês se assalaria ou se transforma em pequeno capitalista, pois no sistema capitalista há uma separação entre os meios de produção e o trabalho, os donos da força produtiva apropriam-se do excedente gerado pelos trabalhadores, a mais-valia. Portanto, não seria possível a existência de uma classe social que

fosse ao mesmo tempo detentora dos meios de produção e vendedora da sua força de trabalho, como ocorre na agricultura familiar.

Na perspectiva neomarxista, discutidas neste estudo por Schneider, Abramovay e Chayanov, a permanência da agricultura familiar no capitalismo se dá por dois motivos: os obstáculos naturais da entrada do capitalismo da agricultura, como o tempo de trabalho menor que o tempo de produção, e as especificidades da agricultura familiar, como a forma de organização do trabalho, sem exploração da mais-valia. Para Abramovay (1992, p. 19), estas características impedem que o setor agrícola trilhe o rumo seguido por outros setores econômicos em um sistema capitalista de mercado. Ainda, segundo o autor, a agricultura familiar foi a categoria agrária que mais se desenvolveu em países capitalistas, após a II Guerra Mundial, “é fundamentalmente sobre a base de unidades de produção familiar que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas”. Para Chayanov (1974, p. 15), os produtores familiares possuem racionalidade própria, estabelecendo estratégias de reprodução baseadas na produção e consumo, portanto, não são vítimas do capitalismo, e sim, possuem lógicas próprias, reagem e se adaptam a ele”.

Conforme Schneider (1999, p. 18-19), a teoria marxista foi capaz de mostrar como algumas formas sociais agrícolas foram eliminadas, abrindo espaço para novas que se incorporam às formas já existentes, no caso do campesinato para agricultura familiar. O autor apresenta alguns elementos que auxiliam na compreensão das formas familiares em sociedades capitalistas: as unidades familiares utilizam a força de trabalho de seus membros e, às vezes, contratam trabalho temporário, as barreiras naturais impedem que a agricultura funcione como uma indústria; as relações sociais estão assentadas em laços de parentesco e herança. Assim, a reprodução social e econômica, da agricultura familiar, dependerá das relações com o modo de produção capitalista, sendo uma destas relações as atividades não agrícolas.

Para Plein e Filippi (2011), a discussão neomarxista traz elementos significativos para a análise do desenvolvimento da agricultura familiar, quando considera os obstáculos naturais e as vantagens da mão de obra familiar para o desenvolvimento da sociedade capitalista. No entanto, para os autores, é preciso pensar que a agricultura familiar tem demonstrado capacidade de adaptação dentro do sistema capitalista, focando o entendimento e análise da reprodução social e econômica nos diferentes mercados.

Um dos primeiros autores a discutir o termo agricultura familiar e diferenciá-lo do campesinato foi Abramovay (1992), principalmente no que tange à inserção nos mercados, que nos camponeses era mais esporádica. Para ele, a agricultura familiar tem as suas origens

históricas no campesinato, porém ela é uma superação ou uma ruptura das formas camponesas, representado pela crescente mercantilização. Essa crescente integração aos mercados acabou levando as decisões "para fora da porteira", aumentando a integração dos agricultores à sociedade capitalista.

A agricultura familiar, sob esta ou outras nomenclaturas, e que sempre esteve presente nas discussões da questão agrária brasileira, começa a ser discutida com maior ênfase a partir dos anos 50, momento em que se dá o rumo da industrialização na economia do país, induzindo ao debate de vários pesquisadores na busca do entendimento de quais seriam as contribuições e empecilhos que a agricultura poderia trazer para este novo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, agora não mais agroexportador, mas urbano-industrial.

Durante os anos 70, época do chamado "milagre econômico" no Brasil, a discussão sobre a questão agrária perde fôlego, retornando novamente com destaque a partir dos anos 80, instigada principalmente por movimentos sociais, político-partidários, expansão da agricultura de exportações, tecnologias inovadoras de produção, entre outros, que juntos motivaram o surgimento de um novo grupo de pesquisadores para a discussão, principalmente focados na discussão das consequências da modernização agrícola, entre elas, a saída de pequenos agricultores do meio rural.

Segundo Porto e Siqueira (1994) neste período, principalmente até 1970, falar em campesinato é trazer junto a discussão um conteúdo ideológico e político. A partir de 1970, a discussão centrava-se em torno do conceito da pequena produção, tendo em vista as consequências da revolução verde e a modernização conservadora. Em 1980, o debate sobre a pequena produção a classificava em excluídos, integrados e de subsistência.

No início dos anos 90, novamente as discussões acerca do papel a ser desempenhado pela agricultura, e no contexto do desenvolvimento do meio rural e da economia brasileira, adquirem outra dimensão, ao discutir não somente a agricultura *lato sensu*, mas a categoria da agricultura familiar, que passa a ser pauta da questão agrária brasileira, estando presente nas principais discussões do agronegócio.

Assim, a discussão sobre agricultura familiar no Brasil, diferenciando-a como categoria social, ocorre a partir de 1996, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um instrumento de legitimação do Estado em resposta às pressões dos movimentos sindicais rurais, liderados principalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). O PRONAF foi criado também como um instrumento de crédito diferenciado aos pequenos produtores que estavam à

margem da política agrícola até esse período, encontrando dificuldades em permanecer no meio rural. Outro marco nesse período foi a criação, em 1999, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), visando à promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.

Pode-se dizer que a partir da criação da agricultura familiar como categoria social abrem-se novas perspectivas sobre a discussão do desenvolvimento no meio rural, exigindo um esforço de reinterpretação da agricultura e da diversidade das atividades rurais, uma discussão que envolve a agricultura familiar, não somente no campo político, mas acadêmico sobre ruralidade, trazendo à tona novamente a discussão acerca do setor rural e o desenvolvimento, agora num caráter não estritamente agrícola, mas levando em conta as relações sociais e econômicas e os envolvidos nestas relações.

Atualmente, a agricultura familiar brasileira ocupa lugar de destaque no agronegócio, com 84,4% dos estabelecimentos rurais e apenas 24,3% da área disponível para produção, é considerada a principal fornecedora de alimentos básicos do país, assim como maior geradora de valor bruto de produção e maior ocupadora e mantenedora de pessoas no meio rural, principalmente se comparada ao modelo de agricultura não familiar. (IBGE, 2006).

## **1.1 Problemática e Problema de pesquisa**

Para elaborar o problema de pesquisa, além das contribuições marxistas e neomarxistas já apontadas, a contribuição de Wanderley (1999, 2004), Lamarche (1993), Schneider, (2003), Sacco dos Anjos (2003) e de Chayanov (1974), vêm corroborar com a problemática aqui estudada. Para os autores, a agricultura familiar é uma forma social de trabalho e produção que se reproduz em um ambiente concorrente de mercado, muitas vezes desenvolvendo estratégias sociais e econômicas para se fortalecer neste ambiente competitivo, estratégias/ações estas que são de caráter prático.

Assim, o êxito das estratégias adotadas pelos agricultores familiares depende da capacidade dos indivíduos que compõem as famílias de responderem às transformações do mercado de trabalho, das formas de concorrência e das instituições sociais. Desse modo, segundo Schneider (2003), a reprodução social e econômica é, além do resultado da vontade individual e coletiva familiar ou de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família, resultado também das pressões econômicas externas do sistema social em que estão

imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel importante, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados favoráveis ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução.

Para Wanderley (1999) e Lamarche (1993), o funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro da dinâmica de que é no campesinato que o agricultor encontra suas referências históricas, ao qual permanece mais ou menos ligado, e define suas aspirações quanto ao futuro. Assim, ele toma decisões com base no peso do passado e na sua tradição. Além disso, segundo os autores, a saída ou deslocamento dos agricultores familiares são decorrentes da pressão da grande propriedade por escala de produção. Wanderley (2004), ao analisar o êxodo rural e as consequências da modernização da agricultura brasileira para agricultura familiar, sugere a pluriatividade<sup>1</sup> como estratégia social e econômica para permanência dos agricultores no meio rural, ressaltando que esta estratégia sempre esteve presente na agricultura familiar brasileira como uma forma dos agricultores, além de cultivar a terra e criar os animais, buscarem outras atividades para empregar a mão de obra ociosa da família e gerar renda.

Chayanov (1974) percebe a pluriatividade como uma estratégia econômica e social dos agricultores familiares frente ao mercado, garantindo o equilíbrio entre trabalho e consumo, principalmente quando a propriedade familiar não consegue absorver toda a “força de trabalho” da família. Desta forma, em geral a demanda por trabalhos não agrícolas é maior na fase em que os filhos estão em plena aptidão para o trabalho e menor nas fases em que os filhos são pequenos ou quando na unidade só permanece o casal idoso.

Do mesmo modo, Sacco dos Anjos (2003) afirma que a pluriatividade é um processo de transformação da agricultura, através de diversas atividades que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da unidade de produção familiar. Pode ocorrer através da diversificação produtiva, de outras atividades não agrícolas, da prestação de serviços a outros agricultores, na industrialização em nível de propriedade, no artesanato, no turismo rural e que conjuntamente impliquem no aproveitamento das potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

---

<sup>1</sup> [...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura. (FULLER E BRUN *apud* SCHNEIDER 2003, P. 150).

Para entender esse contexto, este estudo propôs estudar as estratégias sociais e econômicas adotadas pelos agricultores familiares, tendo como *locus* da pesquisa a região do Alto Jacuí, localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde a atividade agrícola é parte da sua base econômica e a terra, enquanto base principal dessa atividade, está voltada à agricultura intensiva, principalmente na produção de trigo, soja e milho e na atividade leiteira.

Na região do Alto Jacuí/RS, não se difere a importância da agricultura familiar do conceito nacional, pois o agricultor familiar sempre contribuiu e esteve presente durante seu desenvolvimento agrícola. Nesta região, a agricultura tradicional se desenvolveu dentro de pequenas propriedades num modelo de subsistência, focado na produção de alimentos para o consumo da própria família até meados do século XX.

A partir desse período, esse sistema de produção passa a apresentar instabilidades e surge o binômio trigo-soja, junto a empresas agrícolas mecanizadas e especializadas na produção mercantil. Para Mera (2011), este novo sistema produtivo contribuiu com o surgimento de uma forma de organização social peculiar na região, em que seu processo evolutivo, a economia agrícola, na forma como absorvia os agentes sociais, já os diferenciava social e economicamente. Além do surgimento dos trabalhadores temporários, surge um novo produtor: o “granjeiro”. Estes, que segundo Grzybowski (1977) eram antigos colonos ou seus descendentes, que já possuíam terras, ou por aliarem as lucrativas atividades de comércio rural aos seus empreendimentos, ou ainda por terem pequenos estabelecimentos industriais, puderam acumular recursos e experiências suficientes para aproveitarem as vantajosas possibilidades de obter lucros na produção de trigo em alta escala.

Durante as últimas décadas, a economia da Região, na maioria de seus municípios, se desenvolveu principalmente através dos sistemas de produção agrícola, principalmente e não exclusivamente, pela produção de soja e pela pecuária leiteira. Estas atividades, que para sua viabilização econômica necessitam de área para produção, capacidade de investimento, assistência técnica, desenvolvimento tecnológico e escala de produção, tornam-se na maioria dos casos um entrave para o desenvolvimento e reprodução da agricultura familiar, devido seu baixo acesso a estes diferenciais

Arbage (2000, p. 89), faz uma referência à viabilidade da agricultura familiar produtora de grãos.

[...]a produção de grãos é, e provavelmente será, fundamentalmente realizada por médios e grandes produtores, pois a deterioração das relações de troca da agricultura

com os demais setores tem implicado na necessidade de ampliação das escalas produtivas e ganhos de produtividade, o que tem se refletido na redução do retorno econômico por unidade de área. Para os pequenos produtores, é difícil trabalhar sob este padrão produtivo, pois sua escala não se compatibiliza com o tamanho mínimo de propriedade necessário para um razoável retorno por unidade de capital investido. Dessa forma, pensar em reconversão e/ou manutenção de pequenos produtores rurais produzindo de acordo com o padrão fordista e sem levar em conta a crescente presença das indústrias agroalimentares é, no mínimo, uma utopia e revela um desconhecimento histórico importante.

No estudo de Mera (2011) sobre a diminuição da população rural na região do Alto Jacuí, um dos fatores apontados é a pequena escala produtiva, principalmente para os produtores de grãos, inviabilizando economicamente aqueles que se dedicam exclusivamente à produção de soja em pequenas áreas, ocasionando ociosidade da mão de obra. Outro motivo apontado de inviabilização da agricultura familiar é a falta de recursos para partilha quando ocorre o falecimento dos pais, pois o alto preço da terra inviabiliza a divisão. O que normalmente ocorre, neste caso, é que a propriedade vai para inventário, alguns decidem vender a área de terra e os outros, sem condição de compra, acabam vendendo também. No entanto, o endividamento devido a investimentos na propriedade representa o principal motivo apontado pelos entrevistados para a inviabilização econômica da propriedade.

Mesmo com a inviabilidade para alguns produtores familiares, a região do Alto Jacuí/RS concentra sua maior parte dos estabelecimentos rurais na agricultura familiar com 79,93% de participação, apesar de possuir apenas 26,85% da área disponível para produção, na qual a sojicultura se destaca, estando presente em 72,02% dos estabelecimentos familiares, seguida do leite com 46,82%, do milho em grão com 42,26% e do trigo com 15,37% de participação, segundo dados do IBGE (2006).

Outro fator importante além do seu dinamismo agrícola e pecuário é a pluriatividade existente na agricultura familiar dessa região. Segundo dados do IBGE (2006), cerca de 70,81% das pessoas que vivem no meio rural declaram ter atividades econômicas fora do estabelecimento familiar, 36,69% empregam seu trabalho no próprio agronegócio, como cooperativas, prestação de serviços, empresas de assistência técnica, comercialização de grãos, e 34,12% em outros segmentos não agrícolas.

O tema agricultura familiar tem sido foco de inúmeras discussões teóricas, havendo diversos entendimentos a respeito de seu futuro na sociedade contemporânea, incluindo a pluriatividade entre outras estratégias, existindo desde aqueles que profetizam o seu desaparecimento até os que acreditam que esta categoria social é capaz de se manter e se reproduzir ao longo das gerações.

Assim, diante desse contexto, esta pesquisa se propõe a estudar: **Quais são as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares produtores de grãos e leite do Alto Jacuí/RS?**

## **1.2 Objetivos**

Com o objetivo de responder os questionamentos supracitados, as seguintes etapas contribuirão com o desenvolvimento deste projeto:

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar as estratégias de reprodução sociais e econômicas dos agricultores familiares produtores de grãos e leite na região do Alto Jacuí/RS, assim como suas tendências produtivas e reprodutivas, frente ao modelo de desenvolvimento agrícola regional.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Para atender ao objetivo geral, ficam estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o desenvolvimento agrícola na região do Alto Jacuí/RS;
- Analisar as transformações e tendências de organização produtiva e no trabalho da unidade familiar com produção de grãos e leite;
- Identificar se existem atividades pluriativas e sua importância econômica para reprodução e permanência da família no campo;
- Identificar em quais situações a escala produtiva representa o fortalecimento da produção agrícola e em quais representa a saída gradativa da unidade familiar do meio rural.

### 1.3 Justificativa

Segundo Jean (1994), o desaparecimento da agricultura familiar vem sendo especulado há mais de um século. Para muitos, esse processo de decomposição daria lugar a uma forma superior ou mais evoluída de exploração agrícola, seja a fazenda capitalista para uns ou a fazenda coletiva para outros, o que até os dias de hoje acabou não acontecendo, pois, para o autor, este segmento foi capaz de se manter e se reproduzir ao longo das gerações, adaptando-se aos movimentos da conjuntura socioeconômica, independentemente dos regimes políticos, tão diferentes de norte a sul, de leste a oeste, nos quais ela foi levada a evoluir.

Atualmente, o Censo Agropecuário (2006) apresenta a agricultura familiar como principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Com 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% de aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo, e a soja com 16% da participação, este que é considerado um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira.

Já no Rio Grande do Sul, as unidades de produção familiar, segundo o Censo Agropecuário (2006), representam 86% dos estabelecimentos e 31% da área disponível para este setor, ocupando 992.088 pessoas, ou seja, 81% do segmento, este que se comparado com a agricultura não familiar apresenta melhor desempenho nos seguintes índices de produtividade: Mão de obra (pessoas/100ha) 16,1 contra 1,7 da agricultura não familiar; Valor Bruto da Produção da agricultura familiar aparece com R\$1.462/ha contra R\$547/ha da agricultura não familiar.

Neste Estado, mesmo com apenas 6.171.622 dos hectares disponíveis para produção, a Agricultura Familiar também ocupa lugar de destaque na produção de alimentos local, representando 85% da produção de leite, 92% da mandioca, 84% do feijão, 100% do café, 80% das aves, 70% dos suínos, 11% do arroz em casca, 66% do milho em grão, 36% da soja e 23% do trigo.

Além desse dinamismo de produção, na agricultura familiar do Rio Grande do Sul a pluriatividade também se destaca através do desenvolvimento de atividades econômicas fora das suas unidades de produção familiar, com 74,41% das pessoas envolvidas em atividades do agronegócio ou de outros segmentos, segundo dados do IBGE (2006).

Na região do Alto Jacuí/RS não é diferente, mesmo que inserida num sistema econômico inadequado para sua reprodução e permanência no campo, principalmente através

da produção intensiva de grãos, a agricultura familiar também sempre esteve presente na história agrícola e econômica da região, contribuindo de forma significativa para seu desenvolvimento, principalmente através da ocupação de pessoas em suas unidades produtivas de trigo, milho, soja e leite.

Diante deste contexto, se dá a importância da realização deste trabalho, que busca identificar e analisar as estratégias de reprodução da agricultura familiar, que se desenvolveu diante de um ambiente concentrado, através de um sistema feudal e logo após capitalista, o que praticamente a excluía do acesso ao crédito, a áreas de produção, à tecnologia, entre outros. Porém, mesmo assim, conseguiu se reproduzir, estando sempre presente e contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento rural do Brasil.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

A agricultura familiar é um dos principais segmentos que contribui para o desenvolvimento rural do Brasil. Diante deste contexto, além de estudar e analisar o dinamismo agrícola e o desenvolvimento socioeconômico do Alto Jacuí/RS, neste capítulo busca-se também através de dados secundários e bibliográficos compreender o envolvimento da agricultura familiar frente às questões agrárias do País. As contribuições clássicas de alguns dos principais autores do segmento vão conceituar e discutir a participação da agricultura familiar diante do meio em que se insere, assim como o surgimento e as contribuições da pluriatividade para o desenvolvimento dessa classe.

### **2.1 A Questão Agrária Brasileira: Contribuições Clássicas**

Gazziano (1984) enfatiza que a separação entre questão agrária e questão agrícola é apenas um recurso analítico, sendo que a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária, o que pode ocorrer simultaneamente. A forma como se resolve uma pode servir para agravar a outra. Para o autor, uma questão agrícola está relacionada à produção retratada em ações modernizadoras dos processos produtivos, no incremento de tecnologias, sendo determinado por critérios econômicos (que se produz, onde se produz e quanto se produz), alicerçado no aumento de produtividade e rentabilidade. Já a questão agrária esta ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz, relacionado a problemas de concentração de terra, a ocupação dos territórios, como se desenvolvem as relações sociais e a organização da produção agrícola.

A questão agrária no Brasil é discutida com maior ênfase a partir das décadas de 50 e 60, no momento em que se dá o rumo da industrialização na economia do país. Torna-se necessário compreender quais seriam as contribuições e empecilhos que a agricultura poderia trazer para o novo modelo de desenvolvimento econômico, contribuindo para o surgimento de

várias pesquisas e pensadores sobre o assunto. Suas obras são fundamentais para que seja possível compreender o desenvolvimento rural brasileiro.

Assim, aborda-se nesta breve discussão alguns dos principais pensadores da discussão agrária no Brasil, buscando de forma sintetizada entender suas visões e posições sobre os acontecimentos políticos, sociais e econômicos do momento.

Para Rangel (2000), a questão agrária no Brasil nesse período (década de 50 e 60) é fruto de um processo de transição entre o feudalismo e o capitalismo, pois o país através da industrialização passa de uma economia natural fechada para uma economia aberta de mercado, delegando à agricultura uma função de suprir os bens necessários para a demanda interna e externa, além de regular o mercado de trabalho não só no setor agrícola, mas também nos demais setores da economia, que segundo o autor não ocorre, contribuindo para um aumento de população em condições precárias. Isso ocasionado principalmente pela incapacidade de absorção adequada da mão de obra rural dos novos setores da economia, o que dá origem a uma questão agrária populacional.

Para solucionar esses empecilhos ocasionados pelo êxodo rural, segundo o autor, torna-se necessário principalmente recompor a economia rural através de lotes familiares próximos a essas fazendas, onde os assalariados agrícolas e seus familiares pudessem trabalhar em seu tempo livre, assegurando seu emprego produtivo. (RANGEL, 2000).

Na mesma linha de pensamento, Guimarães (1968) defende que o problema agrário brasileiro no início do século XX está ligado diretamente às transformações e obstáculos herdados do latifúndio feudal e colonial, resultando num confronto entre a agricultura de exportação baseada no sistema latifundiário e a agricultura de subsistência num modelo capitalista e camponês. Originando-se, durante esse período, um modelo semifeudal e semicolonial, limitando assim o desenvolvimento rural, industrial e capitalista do país.

Segundo o autor, quem controlava diretamente a política cambial da época e indiretamente toda a política econômica brasileira era o latifúndio, pois detinha mais da metade das trocas de suprimentos agrícolas com o exterior, produtos estes que eram considerados fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento econômico.

Usando exclusivamente esse duplo monopólio, o da propriedade e o da renda agrária, o sistema latifundiário transfere para o povo as sobrecargas do processo espoliativo resultantes da pressão baixista, sobre os preços dos produtos primários, exercidas pelos trustes estrangeiros. E tornando-se responsável, como intermediário como fator, pelo retardado e insuficiente desenvolvimento do mercado interno, pelo irrisório poder aquisitivo das populações rurais e até mesmo das populações urbanas. (GUIMARAES, 1981, p. 203)

Neste contexto, Guimarães (1981) aponta a reforma agrária como uma solução para os problemas agrários da época. Acreditava que a reforma agrária do Brasil deveria ser ampla e radical, para que fosse possível solucionar os entraves do desenvolvimento capitalista através da extinção do latifúndio e seus restos feudais.

Já para Prado Junior (1987), a questão agrária no Brasil não está ligada aos “restos feudais” e sim à estrutura fundiária antes do golpe militar, ao tipo de trabalhador rural existente, e às relações de trabalho após 1964. Para o autor, o ponto central desse assunto estava na concentração fundiária, na exploração dos trabalhadores rurais, nos níveis de renda e no desamparo legal em que os mesmos viviam na época, ambos resultados do próprio capitalismo, em que as políticas governamentais deveriam direcionar seus esforços.

O mesmo autor sugere que para solucionar esses empecilhos, no primeiro momento, as ações deveriam passar principalmente pelas instâncias jurídicas de legislação e fiscalização, garantindo o direito de propriedade e principalmente as relações trabalhistas, o que asseguraria os direitos dos trabalhadores rurais neste ambiente capitalista em que os fatores se inseriam. Já no segundo momento, o autor continua identificando as baixas condições de vida da população trabalhadora no meio rural e que, segundo ele, são causadas principalmente pelos baixos salários e o não cumprimento das regras trabalhistas, o que em sua concepção se deve a uma economia própria capitalista, em que a solução estaria basicamente numa regulamentação econômica e jurídica das relações de trabalho, passando pela propriedade da terra. (PRADO JÚNIOR, 1987).

Durante os anos 70, época do chamado “milagre econômico”, a questão agrária de certa forma ficou um pouco deixada de lado, passando as discussões estritamente para as questões agrícolas do Brasil, induzidas principalmente pela forte demanda do mercado interno e externo por alimentos e fibras. É neste momento que surge a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), devido à necessidade de conhecimento técnico e difusão para que fosse possível aumentar essa produção.

[...] O crescimento acelerado da população e da renda per capita, e a abertura para o mercado externo mostravam que, sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos, gerados no País, para repasse aos agricultores. [...] Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.851, que autorizava o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. [...]. (EMBRAPA, 2012. P. SITE-HISTÓRIA DA EMBRAPA).

Nas décadas seguintes, de 80 e 90, a questão agrária volta a ganhar força, primeiro porque a academia pôde se expressar, devido ao fim do regime militar. Segundo, porque há toda discussão em virtude das consequências da revolução verde/modernização agrícola, que se voltou para a agricultura de exportação, aos grandes produtores, e ao amplo processo de êxodo rural. Além disso, os movimentos sociais na luta pela terra, além das questões técnicas e ideológicas partidárias, a eficiente expansão do agronegócio e suas exportações, e o surgimento de tecnologias inovadoras de produção, também contribuíram para o assunto ganhar força e motivar os pesquisadores à discussão.

Surgem então novos autores e teorias que vão discutir a questão agrária brasileira, a partir das consequências da modernização agrícola, como Veiga (2002) que defende a ideia de um desenvolvimento através dos avanços técnicos e da Reforma Agrária, desconcentrando e distribuindo as riquezas no campo. Pois para o autor, esta necessidade de distribuição, sendo admitida como condição necessária para que se desenvolva um país, passa a ser entendida então como um “alicerce de crescimento sustentado”, em que a Reforma Agrária se apresenta como um programa “crucial”, já que no Brasil existem poucas políticas públicas com impactos comparáveis a esta na distribuição de riquezas.

O autor também acredita que essas políticas públicas, junto à distribuição de crédito, assistência técnica e entre outras ações, fortaleceriam a agricultura familiar, segmento este que devido ao seu dinamismo seria uma opção viável para desenvolvimento socioeconômico do Brasil. (VEIGA, 2002).

Já Graziano Neto (2002) acredita que a estrutura fundiária não seja um problema para a reforma agrária, pois no Brasil não existem terras ociosas que possam ser destinadas a esta política, além de também não existirem muitos trabalhadores qualificados e que também queiram estas terras. O autor argumenta que mesmo existindo terras ociosas, assim como os trabalhadores pretendentes à reforma agrária, isso não resolveria o problema da miséria no campo, mas agravaria o da cidade, pois na inserção da reforma agrária de beneficiários desqualificados para lidar com a gestão da propriedade rural, comprometeria o desenvolvimento no campo, assim como na oferta de mão de obra para a agricultura industrial existente no país. Sendo assim, defende que a solução dos problemas está na regulamentação do campo através das leis trabalhistas, assim como na adoção de políticas agrícolas

segmentadas que maximizem a capitalização do setor, originando novos empregos e incentivando o aumento dos salários pagos na atividade.

Já para Silva (2002), a reforma agrária é uma justificativa social, em que a luta deve ser contra a pobreza e miséria, sendo considerada uma questão de sobrevivência para aqueles que não encontram outra possibilidade de inserção política na comunidade, além de contribuir também para minimizar a pressão demográfica sobre as cidades. Para o autor, os processos de modernização da agricultura no Brasil ocorreram de forma excludente, as pessoas que tinham maior acesso ao capital, área, crédito e tecnologia, concentraram maior renda e produtividade, sendo resultado disso, somente entre as décadas de 60 e 80, o êxodo rural de aproximadamente 30 milhões de pessoas, muitas destas não sendo absorvidas pelo mercado de trabalho de outros setores da economia.

Diante deste cenário, Silva (2002) acredita que a reforma agrária se faz necessária para gerar ocupação e emprego no campo, e deve ser trabalhada não somente com o foco econômico, mas sim vista como uma oportunidade para que as pessoas vivam com o mínimo de dignidade, independente do quanto se produz nas suas propriedades.

Frente essas discussões, dá-se início a uma discussão mais forte sobre agricultura familiar, principalmente a partir dos anos 90, através das políticas de distribuição de terras, desenvolvimento tecnológico e assistência técnica, distribuição de crédito, entre outras ações, destinadas ao desenvolvimento socioeconômico deste segmento.

Neste contexto, surge a necessidade de aprofundar as discussões sobre os conceitos que caracterizam a agricultura familiar e suas contribuições para o desenvolvimento rural brasileiro.

## **2.2 Agropecuária Brasileira: Conceitos e discussões sobre a participação da Agricultura Familiar**

Segundo Schneider e Niederle (2011), a agricultura familiar brasileira se organiza e desenvolve no meio rural a partir do século XIX, induzida principalmente pelos processos de ocupação do Sul do País através dos imigrantes europeus, além dos grupos sociais que já viviam nas regiões, formados pelos descendentes indígenas, que se miscigenaram com os primeiros colonizadores espanhóis, portugueses e escravos negros de origem africana, ambos assentados num vasto contingente social, caracterizado pelo acesso precário, parcial ou

insuficiente à terra e aos meios de produção, assim como à informação e canais de escoamento de suas produções excedentes destinadas aos núcleos urbanos.

Sua origem, segundo Abramovay (1992), vem do campesinato, sendo esta transformação induzida principalmente pela integração dos camponeses com a sociedade capitalista. Referindo-se ao caso dos camponeses do Sul do Brasil, o autor afirma que esses:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformando não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social. De camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que antes era um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social (ABRAMOVAY *apud* PLEIN, 2003, p. 106).

Porém, ainda não existe um consenso sobre a definição da agricultura familiar, devido principalmente à construção da categoria por vários segmentos com finalidades distintas. Para Abramovay (1997), independente da finalidade em que se constrói um conceito para agricultura familiar, deve-se levar sempre como base a gestão, propriedade e trabalho familiar.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY *apud* PLEIN, 2003, p. 105).

Diante dessas diversidades em que se constrói, organiza e desenvolve, a agricultura familiar brasileira contribui para uma maior complexidade em suas delimitações de universo diante do meio em que se insere. Segundo Guanziroli e Cardim (2000), a complexidade do universo agrário se dá em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, os quais

têm interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção, respondendo, assim, de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes, devido à existência de vários tipos de produtores com racionalidades específicas que se adaptam ao meio no qual estão inseridos. Surge, assim, a necessidade de se identificar os principais tipos de produtores.

Neste contexto, com objetivo de retratar a realidade agrícola brasileira, o Censo Agropecuário 2006, para a realização de suas pesquisas, considerou e adotou o conceito de agricultura, conforme a seguir:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Baseado nos dados do último Censo Agropecuário, que corresponde ao período de 1995/1996 a 2006, percebe-se que a agricultura familiar brasileira nas últimas décadas vem ganhando espaço de destaque no agronegócio brasileiro, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais. Nesse período, segundo o referido Censo, a economia brasileira passava por uma radical transformação.

Após o abandono das políticas de substituição de importações no final dos anos oitenta, foram adotadas reformas que conduziram à estabilização macroeconômica

(Plano Real), à privatização de empresas estatais (Plano Nacional de Desestatização) e à liberalização comercial. Os mercados domésticos foram desregulamentados e foi estabelecida uma união aduaneira, o Mercosul. Foram observados significativos cortes tarifários e a eliminação de barreiras não-tarifárias ao comércio. Apesar do rápido crescimento das exportações, cerca de 70% a 75% da produção agropecuária do país destinou-se ao mercado doméstico. (FRANÇA, GROSSI e MARQUES, 2009, p. 13).

No período em estudo, (1995 a 2006) a população brasileira apresentou um crescimento de 21,42%, chegando aos 187 milhões de habitantes em 2006, e a população rural manteve-se instável, porém com perda significativa na participação total nacional, passando de 20,5% do total em 1996 para 16,7% em 2006. (IBGE, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário (2006), o Brasil apresenta uma estrutura agrária concentrada, em que a agricultura familiar, mesmo que havendo tendência de redução, apresenta maior capacidade de reter ocupações de pessoas no campo do que a agricultura não familiar, se comparado ao período desde 1985. O segmento representa 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, porém ocupa somente 24,3% da área disponibilizada pelo setor agropecuário, e mesmo assim, a agricultura familiar representa 38% do valor bruto da produção gerado e ocupa 74,4% das pessoas que exercem suas funções no segmento, contra 25,6% dos ocupados pela agropecuária não familiar. (IBGE, 2006).

Quanto à distribuição, metade dos estabelecimentos e da área disponível para agricultura familiar brasileira encontra-se na região Nordeste. Em segundo lugar, com relação ao número de estabelecimentos, aparece a região Sul. A região Norte é a que apresenta uma maior área ocupada com agricultores familiares, conforme mostra a tabela 01.

Tabela 1 - Características da Agricultura Familiar no Brasil em 2006, por região

Município	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	(%) Estabelecimentos	(%) Área	(%) Estabelecimentos	(%) Área
Boa Vista do Cadeado	71,06	16,10	28,94	83,90
Boa Vista do Incra	74,49	18,52	25,51	81,48
Colorado	80,99	47,50	19,01	52,50
Cruz Alta	56,24	5,15	43,76	94,85
Fortaleza dos Valos	74,33	18,26	25,67	81,74
Ibirubá	87,68	55,35	12,32	44,65
Lagoa dos Três Cantos	87,47	69,08	12,53	30,92
Não-Me-Toque	82,24	38,74	17,76	61,26
Quinze de Novembro	90,28	76,10	9,72	23,90
Saldanha Marinho	82,99	44,09	17,01	55,91
Salto do Jacuí	72,98	16,97	27,02	83,03
Santa Bárbara do Sul	69,52	9,25	30,48	90,75
Selbach	93,87	83,82	6,13	16,18
Tapera	82,85	56,06	17,15	43,94

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Das áreas ocupadas pelo segmento familiar, segundo o levantamento do Censo, 45% são destinadas para as pastagens, 24% para matas, florestas ou sistemas agroflorestais e 22% para as lavouras, destacando-se, também, a agricultura familiar com a participação de 10% em média da área das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal em seus estabelecimentos, assim como nos outros 13% de áreas utilizadas com matas e/ou florestas naturais.

### 2.3 Teoria Marxista e a reprodução da agricultura familiar

As teorias marxistas dão ênfase basicamente ao desaparecimento dos camponeses com o desenvolvimento das relações capitalistas no meio rural. Segundo Mera (2011), o modelo de produção capitalista explica o crescimento populacional na teoria marxista, que exige um excesso da população, originando assim a migração, quando o empobrecimento da nobreza europeia resulta na fuga dos camponeses para a cidade, sendo que, a partir do século XIII, estes passaram a enriquecer, criando manufaturas, bancos e se dedicando ao comércio em maior escala, além de contratação de mão de obra, substituindo o regime de servidão feudal pelo assalariado.

Este processo de mudança é precedido de movimentos políticos e sociais ocorridos na Europa Ocidental, transformando a antiga sociedade aristocrática em uma sociedade capitalista dominada pela produção mercantil e pela ideologia do liberalismo. Marx e Engels, na obra *O Manifesto do Partido Comunista* (1988), afirmam que o capitalismo submeteu o campo ao domínio e dependência da cidade, aumentou a população das cidades em comparação com a do campo, suprimindo cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população, concentrando a propriedade em poucas mãos. Na percepção dos autores, o camponês, enquanto grupo social, fatalmente desaparecerá com o avanço do capitalismo (MERA, 2011, p. 108-109).

Para a autora, o meio rural e a atividade agrícola diante da teoria marxista são partes integrante das suas análises sobre as relações sociais capitalistas.

No entanto, para Abramovay (1999) não há escritos específicos de Marx sobre a questão agrária, o campesinato não encontra lugar no corpo das categorias que formam as leis básicas do capitalismo, pois se recebe lucro é capitalista, se recebe salário é operário, se recebe renda da terra é proprietário fundiário. Ou seja, Marx não considera possível a sobrevivência de qualquer forma diferente de organização social, sendo inevitável a diferenciação do campesinato (ou se assalaria ou se transforma em pequeno capitalista). Engels também previa ao campesinato apenas dois caminhos: ascensão à burguesia ou sua transformação em operário. Kautsky busca demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre o camponês, portanto relativizando qualquer movimento político nesse sentido. (MERA, 2011, p. 109).

Segundo Mera (2011), entre essas discussões, a superioridade da grande propriedade, em termos de eficiência, era o principal argumento diante da pequena propriedade, havendo por parte dos autores uma vontade de enxergar o meio rural como homogêneo, para facilitar a construção do socialismo.

## **2.4 Desenvolvimento rural e pluriatividade na agricultura familiar**

A discussão sobre o desenvolvimento e a sua interface com o meio rural vem sendo associado a expressões com diferentes adjetivos, entre eles o desenvolvimento agrícola, referindo-se às condições de produção e produtividade agrícola, o desenvolvimento agrário, englobando o desenvolvimento agrícola e suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões. A forma como o desenvolvimento agrícola é conduzido pode levar a uma questão agrária, ocasionando ampliação das desigualdades, aumento da dependência tecnológica, desemprego e êxodo rural. Já o desenvolvimento rural é um termo mais complexo e que abrange tanto o desenvolvimento rural, quanto o agrário. De acordo com Van der Ploeg (2000), o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, de multiatores, multifacetado, de refundamentação e de reorientação. Assim, segundo o autor, o desenvolvimento rural é uma discussão que vai além da atividade agrícola, representa “uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”.

Segundo Kageyama (2004), a literatura recente favorece a ideia de que o desenvolvimento rural não deve ser exclusivamente econômico, mas também social e ambiental, em que sua visão de desenvolvimento, se aplicada a um corte territorial entre o meio rural e urbano, pode ser bastante complexa, porém existe algum consenso de quais aspectos devem ser contemplados, assim como as definições do meio rural.

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes<sup>3</sup>. (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Para a autora, o desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, em que interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento “multissetorial”. Em paralelo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento, que vão se modificando ao longo desse processo.

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, o artesanato e o processamento de produtos naturais e aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Assim, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também multifuncional. (KAGEYAMA, 2004, p. 388 e 389).

Neste contexto, segundo a autora, pode-se também extrair das abordagens apresentadas um conjunto de elementos que favorecem ou compõem o desenvolvimento rural:

- A integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades “terciárias”, favorece o desenvolvimento das comunidades rurais “adjacentes”.(VEIGA, 2000, p. 195)
- A combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local. (Ibid.)
- A pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população rural e redução do êxodo.
- A diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade da renda.
- A diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade da renda.
- Os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que permitem reduzir as migrações e a luta contra o isolamento (OCDE, 1995).
- A existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas. (MOLLARD, 2003). (KAGEYAMA, 2004, p.389).

Para Kageyama (2004), esses elementos deveriam ser levados em conta durante uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial em níveis locais e regionais, em que as

regiões com redes urbanas bem distribuídas, com recursos territoriais adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade devem apresentar um alto grau de desenvolvimento rural, se comparadas com as áreas isoladas, sem privilégios naturais e sem instituições locais adequadas.

#### 2.4.1 Surgimento da pluriatividade na agricultura familiar

A agricultura familiar surge e se desenvolve com base na produção de subsistência. Para Schneider e Niederle (2011), seu sistema produtivo se apoia na terra e o trabalho da família na produção primária, esta que tem como prioridade a satisfação das necessidades internas da família e propriedade. Porém, nessa forma de organização, as atividades agrícolas quase sempre coexistem e se completam com outras atividades não agrícolas, tornando as unidades pluriativas.

À medida que o sistema produtivo passa a ser submetido a um conjunto variado de pressões sociais e econômicas externas, ocorre um processo de transformação que, aos poucos, vai comprometendo várias de suas características originais. Essas mudanças na forma de produção também afetam aspectos da cultura e da sociabilidade, o que acaba transformando e metamorfoseando o próprio modo de vida. O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Neste contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornam-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura. (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2011. p. 995).

Para Wanderley (2004) na agricultura familiar brasileira a pluriatividade sempre esteve presente, já que os agricultores além de cultivar a terra e criar os animais buscam outras atividades para empregar a mão de obra ociosa da família e gerar renda, contribuindo para sua reprodução e permanência no campo.

Essa combinação, que se realiza no interior do próprio estabelecimento familiar, constituía-se um mecanismo de adaptação das formas tradicionais da agricultura familiar às condições naturais, técnicas e sociais sob as quais a família do agricultor devia prover sua subsistência. [...] Nas condições modernas da produção agrícola e

reprodução da vida social no meio rural, a pluriatividade das famílias agrícolas, longe de significar uma eventual etapa final de sua expulsão no campo, tornou-se uma prova de sua capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e um mecanismo pelo qual elas puderam assegurar sua permanência na agricultura e no meio rural. (PREFÁCIO DE WANDERLEY NA OBRA DE SCHNEIDER, 2004).

Para a autora, o desenvolvimento do capitalismo contribuiu para o surgimento do “puro agricultor”, impossibilitado de utilizar de forma equilibrada o trabalho da família, gerando uma força de trabalho excedente, que muitas vezes dependia da disponibilidade de emprego próximo a sua unidade de produção familiar para que fosse empregada. Contribuindo de certa forma para a decomposição do campesinato tradicional, mediante muitas vezes a não oferta de trabalho para aqueles que dependiam do trabalho externo para sobreviver no campo. Porém, foi a capacidade de adaptação das famílias agrícolas às condições modernas de produção e reprodução da vida social no meio rural através, principalmente, da pluriatividade, que contribuiu para a manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar no campo. (WANDERLEY, 2004).

Já para Schneider (2003), a pluriatividade não se constitui exclusivamente pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ou pelas diferentes características sociais existentes no campo, sejam estas pela disponibilidade de área ou pelo desenvolvimento tecnológico.

[...] a pluriatividade constitui-se como uma característica social formativa e permanente da estrutura agrária de determinadas regiões agrárias, afetando os mais diversos tipos de unidades produtivas, sejam elas modernizadas ou não, grandes ou pequenos. Mas ela depende, fundamentalmente, do modo como cada família interage com o ambiente social e econômico em que se encontra inserida. (SCHNEIDER, 2003, p. 234).

Dentro deste contexto, o autor considera que a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de como as mesmas se relacionam no espaço e ambiente do qual estão inseridas, levando em conta o bem estar e o progresso da unidade de trabalho, assim como a moradia e as possibilidades materiais para alcançar seus objetivos. Sendo assim, cabe à família e seus membros um papel ativo, pois suas ações e estratégicas podem contribuir ou não com sua continuidade e reprodução no campo. (SCHNEIDER, 2003)

Já para Fuller (1990), através da pluriatividade é possível reconceituar a propriedade como unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas.

[...] As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*).[...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. (FULLER *apud* SCHNEIDER, 2003, P. 79).

Segundo o autor, muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, gerando diferentes tipos de remuneração. Referindo-se à pluriatividade como uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas. (FULLER *apud* SCHNEIDER 2003).

#### 2.4.2 Fatores que afetaram o surgimento da pluriatividade

Segundo Schneider (2006), fatores como: a modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização agrícola; a queda das rendas agrícolas; as políticas de estímulo às atividades rurais não agrícolas e contenção das migrações; as mudanças nos mercados de trabalho; e o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural, estão na raiz da emergência das novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores, e suas mudanças afetam diretamente o desenvolvimento das atividades pluriativas.

*a) a própria modernização técnico-produtiva da agricultura:* em razão do intenso processo de modernização tecnológica experimentado pelas atividades agropecuárias e a crescente externalização de etapas dos processos produtivos, os processos produtivos tornaram-se cada vez mais individualizados resultando, em muitos casos, na redução significativa dos ativos rurais e da utilização da mão-de-obra disponível nas famílias (Ploeg, 1992; Weller, 1997). Portanto, a maior disponibilidade de tecnologias que usam cada vez menos força de trabalho gera uma subocupação e torna-se um fator que estimula os membros das famílias com domicílio rural a buscar ocupação em atividades não-agrícolas;

*b) a terceirização agrícola:* trata-se do processo de sub-contratação ou aluguel de máquinas e equipamentos e contratação de serviços de terceiros para execução de tarefas que antes eram realizadas no interior da exploração agropecuária (Laurentti, 2000). São atividades como a preparação do solo, plantio, manejo e colheita ou mesmo atividades pessoais como a inseminação, gestão, etc; que passam a ser realizados por terceiros, em geral pluriativos. A terceirização agrícola pode ser entendida como consequência da própria modernização técnico-produtiva da agropecuária, que permite o surgimento de um conjunto de novas ocupações não-agrícolas tais como motoristas, administradores, embora realizadas no próprio setor agrícola;

*c) a queda das rendas agrícolas:* uma agricultura altamente modernizada e inserida em padrões de concorrência internacionais sofre, cada vez mais, os efeitos da dependência tecnológica que implica em aumentos frequentes e compulsórios dos custos de produção agrícola. Isto decorre do fato de que os agricultores são compelidos a acompanhar, de forma incessante, os avanços nos índices de produtividade (da terra e do trabalho), fundamentalmente a partir do incremento em capital imobilizado (maquinário e benfeitorias) e pelo aumento da utilização de insumos industriais (adubos, defensivos, etc.). Mas, o incremento na capacidade instalada e produtiva da agricultura nem sempre se traduz em maior rentabilidade, pois os agricultores tornam-se, ao mesmo tempo, cada vez mais dependentes do consumo de insumos e bens intermediários e dependentes dos preços de mercado, que em geral não se ajustam de forma proporcional aos custos de produção. O resultado expressa-se na corrosão das rendas agrícolas, especialmente para aqueles agricultores mais vulneráveis. Ora, esta situação representa um estímulo à busca por complementos de renda em atividades não-agrícolas, o que acaba fazendo com que muitas famílias optem por este mecanismo;

*d) as políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações:* nos países desenvolvidos, embora não exclusivamente, observa um interesse crescente e o desenvolvimento de políticas para contrapor-se a queda das rendas agrícolas, a redução dos impactos ambientais decorrentes das formas intensivas de produção e a “desertificação” do rural, que é o abandono e a migração das áreas rurais. São políticas que visam gerar empregos, estimular a diversificação das rendas do habitantes rurais e oferecer alternativas econômicas aos agricultores que não sejam exclusivamente produtivistas e que possam reanimar as regiões desfavorecidas ou pouco competitivas. Os melhores exemplos são encontrados nos países da União Européia, através do Programa LEADER e das políticas de estruturas, introduzidas a partir da reforma da PAC de 1991/92. No Brasil, temos como exemplos as embrionárias experiências de apoio ao turismo rural, ecológico, étnico-cultural (indígenas, quilombolas, povos tradicionais, etc) e às agroindústrias familiares rurais. São iniciativas que além de incentivar formas de ocupação em atividades não-agrícolas geram rendas e são capazes de reter a população nas áreas rurais;

*e) as mudanças nos mercados de trabalho:* a expansão da pluriatividade no meio rural também pode ser atribuída à dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Existem estudos que sobre a descentralização de indústrias que buscam os espaços rurais e geram a expansão de atividades não-agrícolas. Este é o caso de algumas áreas dos estados de Santa Catarina (Vale do Itajaí) e do Rio Grande do Sul (Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste). A descentralização das plantas industriais caminha na direção das regiões rurais de alta densidade demográfica em busca de vantagens comparativas como redução do custo da força de trabalho, logísticas e outros e as famílias de agricultores que ali se encontram passam a deslocar parte dos seus membros para trabalhar nas fábricas;

*f) o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural:* estudiosos das transformações contemporâneas do rural, passaram a perceber que não só a agricultura familiar tem capacidade de persistir em face à crescente mercantilização produtiva e inserção em mercados como, efetivamente, ela passou a ser a principal forma social presente nos espaços rurais dos países capitalistas mais desenvolvidos (Abramovay, 1992). E a pluriatividade passou a ser percebida como

uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macro-estruturais na agricultura. Vários estudos (Schneider, 2003; Anjos, 2003) começaram a demonstrar que o exercício de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento seria uma característica intrínseca ao “modo de funcionamento” de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar e não uma demonstração de fraqueza ou definhamento desta forma social. Por isto, à medida que cresce a legitimidade e o reconhecimento da importância social e econômica da agricultura familiar, também cresce a atenção sobre suas características pluriativas. (SCHNEIDER, 2006. p. 3-5).

No Alto Jacuí/RS, onde a produção agrícola intensiva é predominante, para sua viabilidade econômica torna-se cada vez mais necessária e presente a modernização técnico-produtiva na região, assim como a demanda por serviços terceirizados. Porém, esses fatores em determinados casos, principalmente em baixas escalas de produção, podem influenciar diretamente na queda de renda das atividades produtivas, principalmente na agricultura familiar, o que também pode induzir à busca por novas oportunidades de trabalho em atividades consideradas não agrícolas.

### 2.4.3 Contribuições da pluriatividade para o desenvolvimento rural do Brasil

O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural, para Schneider (2006), poderá ser de extrema importância, desde que apresente alternativas para os principais problemas que afetam as populações rurais, como a geração de emprego, a melhoria da renda, a redução da vulnerabilidade social e produtiva, o êxodo dos mais jovens, da gestão interna das unidades familiares, entre outros. Assim, estaria contribuindo para geração de mecanismos de inclusão social, redução da pobreza e combate às desigualdades.

Para o autor, a pluriatividade, segundo alguns estudiosos (Schneider, 2003; Graziano da Silva, 1999; Echeverría, 2001; Berdegúe, et.alii. 2001; Kinsella, et alii, 2000), pode apresentar alternativas a um conjunto de problemas que afetam as populações rurais, tais como:

*1. Elevar a renda familiar no meio rural:* a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia de diversificação e combinação de várias fontes de renda, sendo facilmente observável que as famílias com rendimentos não-agrícolas possuem, no geral, uma renda total mais elevada do que aquelas que dependem exclusivamente da renda agrícola;

2. *Estabilizar a renda e reduzir a sazonalidade dos ingressos*: devido a sazonalidade das colheitas e mesmo dos imprevistos e imponderáveis climáticos e de mercado, o acesso às rendas advindas de atividades não-agrícolas garante maior estabilidade e periodicidade nos ganhos dos agricultores, reduzindo a vulnerabilidade das famílias no meio rural;

3. *Diversificar as fontes de ingresso*: a pluriatividade amplia as oportunidades de ganhos e o portfólio de possibilidades e alternativas que podem ser acionadas pelas famílias de agricultores. Neste sentido, famílias pluriativas tendem a ter melhores condições de enfrentar crises ou imprevistos do que aqueles que dependem exclusivamente de uma única atividade e uma única fonte de renda;

4. *Contribuir na geração de emprego no espaço rural*: em territórios onde se verifica a maior presença da pluriatividade tende a haver facilidade na alocação da força de trabalho das famílias rurais segundo o interesse dos próprios membros e as possibilidades ofertadas pelo mercado de trabalho. Cria-se, portanto, em nível local uma interação no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia;

5. *Gerar externalidades, diversificar a economia local e desenvolver os territórios rurais*: em locais onde as famílias de agricultores se tornam pluriativas a divisão social do trabalho tende a se incrementar. Devido à esta complexificação aumenta a diversificação gerada em nível local e territorial e cria-se um círculo virtuoso de ativação econômica que incrementa a produção e circulação de mercadorias e, por conseqüência, a ampliação das oportunidades de emprego. Neste sentido, a pluriatividade gera externalidades que estimulam a diversificação o tecido social das economias locais;

6. *Reduzir as migrações campo-cidade*: potencialmente, a pluriatividade representa uma forma de gerar oportunidades de emprego e ocupação para os membros das famílias de agricultores, especialmente as esposas de agricultores e filhos(as) jovens, que muitas vezes encontram-se sub-empregados nas unidades produtivas (ou devido ao seu pequeno tamanho, escala de produção, etc ou mesmo à incorporação crescente do progresso técnico, o que acaba dispensando a força de trabalho);

7. *Estimular mudanças nas relações de poder e gênero*: a pluriatividade pode gerar modificações nas relações de gênero e na hierarquia familiar a partir do momento em que alguns membros da família passaram a ter rendimentos e ocupações fora da propriedade. Além disso, estudos indicam que pluriatividade cria uma diferenciação nas trajetórias sócio-profissionais dos indivíduos pertencentes a uma mesma família tornando-se, assim, um fator de aproximação entre as características das famílias rurais vis-a-vis as urbanas;

8. *Apoiar a multifuncionalidade do meio rural*: o crescimento da pluriatividade das famílias que habitam no meio rural tende a incrementar outras funções não produtivas do espaço. Primeiro, a terra e a propriedade deixam de ser meramente um ativo econômico e ter a função de fator de produção, passando a ter um sentido patrimonial à medida que cresce sua função como local de moradia da família. Segundo e como conseqüência do anterior, o próprio espaço rural modifica-se e ganha novos sentidos (ressemantização), pois deixa de ser meramente o espaço da produção agrícola e valoriza-se pelas suas funções paisagísticas, gastronômicas, étnicas, culturais, ambientais, etc; enfim pelas amenidades rurais não tangíveis. Por conta desses ‘novos atributos’ surgem no espaço rural demandas que se prestam à exploração mercantil do consumo vinculado aos bens não-tangíveis como as diversas formas de turismo rural, artesanato, visitas à paisagens, usos ambientais, etc. (SCHNEIDER, 2006. p. 10 e 11),

Neste contexto, a pluriatividade poderá desempenhar um papel estimulador e relevante para o desenvolvimento rural sustentável no país. “Parece claro que o Estado e as

políticas públicas têm um papel decisivo no fortalecimento e estímulo às ações que visem ampliar as diversas formas de pluriatividade no meio rural brasileiro.” (SCHNEIDER, 2006. p. 11).

## **2.5 O Dinamismo Agrícola e o Desenvolvimento Socioeconômico do Alto Jacuí/RS**

A agricultura tradicional do Rio Grande do Sul desenvolveu-se dentro de pequenas propriedades num modelo de subsistência, focado na produção de alimentos para o consumo da própria família. Segundo Brum (1985), o trabalho era realizado pelos membros da própria família, que iam passando de geração para geração suas experiências adquiridas, principalmente durante o preparo do solo, cultivo e colheita.

Em cada propriedade rural, cultivada pelos membros da própria família, produzia-se grande variedade de produtos: milho, mandioca, trigo, arroz, feijão, abobora, amendoim, lentilha, centeio, aveia, ervilha, alface, cana de açúcar, erva-mate, batata inglesa, batata doce, etc. [...] Junto à residência da família, ficava a horta, onde se produziam hortaliças, verduras e legumes, e o pomar, com árvores frutíferas – tudo voltado diretamente ao consumo da família rural. Igualmente na propriedade tradicional criavam-se animais domésticos e aves, quer para o consumo próprio (leite, carne, ovos, etc.), quer para o transporte e as lides da lavoura (principalmente bois e cavalos) e mesmo para a comercialização (suínos, em maior escala). (BRUM 1985. p. 86 e 87)

Porém, este sistema de produção, dependente principalmente de solos férteis, mão de obra humana e força animal, após a segunda guerra mundial perde força. Segundo Brum (1985), os principais fatores que contribuíram para a decadência da agricultura familiar foram: o esgotamento da fertilidade do solo; a redução substancial do tamanho das propriedades rurais; e os baixos preços dos produtos agrícolas, colaborando, logo após este período, com o surgimento do chamado fenômeno da modernização agrícola, com modificações na base técnica da produção, principalmente através da utilização de máquinas e insumos modernos, assim como a incorporação de inovações técnicas sofisticadas para o preparo e cultivo do solo, de tratamentos culturais e processos de colheita.

Neste processo de modernização, a triticultura se destacou até início dos anos 70. A partir desse período, a soja, que era uma atividade secundária, ganha destaque no cenário agrícola, e passa a ser a principal atividade de produção na região. Porém, segundo Brum (1985), no final da década de 70, devido aos sucessos e frustrações econômicas causadas por ter apenas duas culturas, o binômio trigo-soja, e também pela crise econômica mundial, esta causada principalmente a partir de 1979, com a segunda grande alta do petróleo no mercado internacional, afetando toda a cadeia, fez com que se buscasse uma maior diversificação de culturas, pois produtores se descapitalizam e se endividaram. Como anteriormente haviam recebido incentivos para a expansão da soja, os produtores acabaram abandonando grande parte de suas culturas de subsistência, como feijão, milho, arroz, entre outros, fazendo com que o Brasil tivesse que importar apreciáveis volumes desses produtos para seu consumo interno.

Diante desse quadro pouco alentador, foi necessário repensar a agricultura da região. A alternativa vislumbrada em início de implantação é a diversificação agropecuária. Não é propriamente um recuo à fase anterior, da agricultura tradicional, mas um avanço dentro da modernização, com certa correção de rumo. Pretende-se superar a fase da monocultura ou do binômio trigo-soja, que se mostrou tão vulnerável nos últimos anos. Estimula-se a diversificação da atividade agrícola, com a produção de vários produtos, bem como a integração entre a lavoura e a pecuária, esta com mais ênfase para criação de suínos, gado leiteiro e de corte. Bem como de aves, variando conforme a “vocação” das microrregiões. (BRUM 1985. p. 132 e 133)

A partir de então, surgem vários avanços ligados à modernização da agricultura gaúcha, como: a conservação do solo; mecanização da agricultura; seleção de sementes; fertilização do solo; assistência creditícia; garantia de preços mínimos; assistência técnica; plantio diretor; transgenia; entre outros.

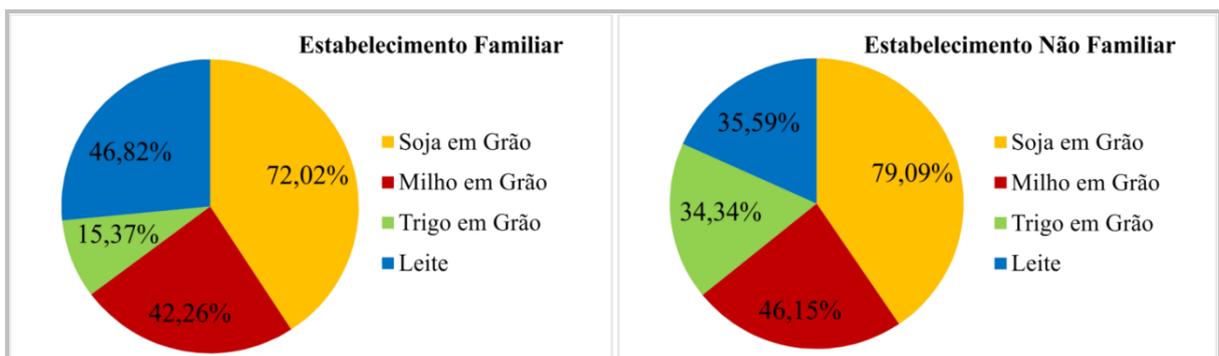
A região do Alto Jacuí, durante as décadas de 70 e 80, apresentava uma das maiores taxas de crescimento agrícola do Estado, esta baseada principalmente na produção de soja, trigo, leite, aveia, laranja e com baixa representação os bovinos, pois neste período era a sojicultura que se destacava no setor produtivo e econômico local. (LORENZONI, A. et. al. 2012).

Os autores também afirmam que entre os anos 80 e 96 a região mantem-se em destaque nas taxas de crescimento da produção agrícola, porém sofre uma alteração em sua dinâmica produtiva, o trigo junta-se aos bovinos ocupando posição de baixa competitividade, e a soja também perde relevância competitiva caindo para terceiro lugar, assumindo o milho a

liderança, seguido da produção leiteira na segunda colocação, atividade esta que contribuiu de forma significativa para uma mudança na geração de empregos e renda da região, pois ocupa mais mão de obra e suas bases produtivas estão nas pequenas propriedades. Outros produtos como amendoim, laranja, tomate, suínos e mel, também contribuíram para geração de renda na região, porém de forma menos significativa.

Entre 1996 e 2006 a soja volta assumir maior relevância na agricultura regional. Neste período, mesmo continuando a crescer a produção de soja e milho, foi a atividade leiteira quem se manteve mais dinâmica e com taxas elevadas de crescimento, estando presente em 46,82% dos estabelecimentos familiares, conforme Figura 01.

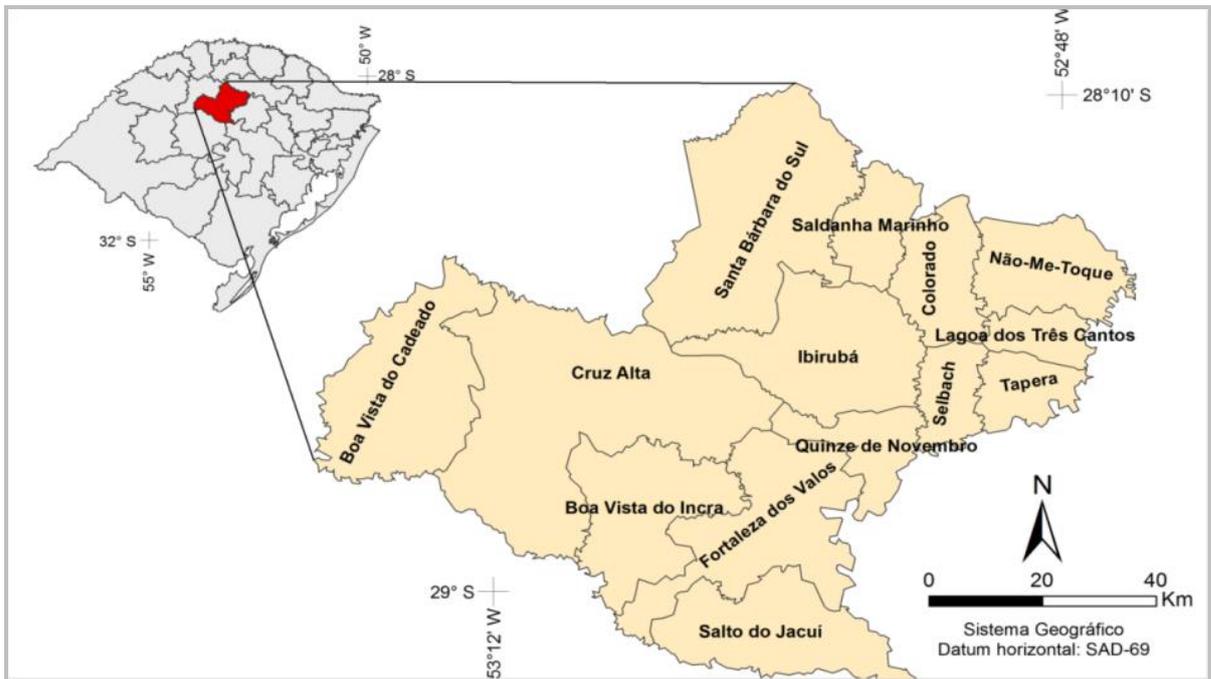
Figura 1. Participação das atividades produtivas entre os estabelecimentos familiares e não familiares da Região do Alto Jacuí/RS, durante o ano de 2006



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE/SIDRA (2006).

Atualmente, a Região do Alto Jacuí/RS é composta pelos municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach e Tapera, conforme a Figura 2.

Figura 2. Localização dos Municípios do Corede Alto Jacuí – RS



FONTE: FEE (2012).

Segundo o IBGE (2006), estes municípios juntos possuem uma população aproximada de 155.357 habitantes e abrange uma área total 6.905,5 km<sup>2</sup>, sendo desta apenas cerca de 26,85% destinada à agricultura familiar. Conforme se pode verificar na Tabela 02, na região a maior concentração de área encontra-se na agricultura não familiar.

Tabela 2 - Comparativo percentual entre área e número de estabelecimentos dos agricultores familiares e não familiares nos municípios da região do Alto Jacuí

Município	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	(%) Estabelecimentos	(%) Área	(%) Estabelecimentos	(%) Área
Boa Vista do Cadeado	71,06	16,10	28,94	83,90
Boa Vista do Incra	74,49	18,52	25,51	81,48
Colorado	80,99	47,50	19,01	52,50
Cruz Alta	56,24	5,15	43,76	94,85
Fortaleza dos Valos	74,33	18,26	25,67	81,74
Ibirubá	87,68	55,35	12,32	44,65
Lagoa dos Três Cantos	87,47	69,08	12,53	30,92
Não-Me-Toque	82,24	38,74	17,76	61,26
Quinze de Novembro	90,28	76,10	9,72	23,90
Saldanha Marinho	82,99	44,09	17,01	55,91
Salto do Jacuí	72,98	16,97	27,02	83,03
Santa Bárbara do Sul	69,52	9,25	30,48	90,75
Selbach	93,87	83,82	6,13	16,18
Tapera	82,85	56,06	17,15	43,94

Fonte: IBGE (2006).

Segundo Lorenzoni, A. et. al. (2012), esta dinâmica economia da região, que se dá em torno de poucos produtos, como a soja, o milho e o leite, tanto por parte da agricultura como da indústria, contribui para uma forte dependência econômica na produção agrícola local. Esta pouca influência da indústria de base e de serviços, acabam sendo um fator limitador para o desenvolvimento da região, embora dada sua elevada competitividade no setor agrícola tenha permitido atingir, através de sua renda, índices econômicos e sociais superiores às médias do Estado, conforme podemos perceber na Tabela 03.

Tabela 3- Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE<sup>2</sup> 2014, Rio Grande do Sul e Corede Alto Jacuí/RS.

Região	Idese	Bloco Educação	Bloco Renda	Bloco Saúde
RS	0,727	0,654	0,724	0,803
Alto Jacuí	0,749	0,694	0,730	0,823

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FEE/Centro de Informações Estatísticas (2014).

Porém, para Lorenzoni, A. et. al. (2012, p. 30 - 33), este modelo econômico baseado na agricultura pode causar impactos negativos para o desenvolvimento desta região. “O resultado destes movimentos terão como consequência a concentração de renda e a desaceleração da geração de emprego do COREDE Alto Jacuí e, no futuro, poderão impactar negativamente no seu IDESE”. Os autores acreditam que a região possui uma excelente estrutura agrícola, mas “em termo de desenvolvimento dos setores industrial e de serviços, o COREDE Alto Jacuí está atrasado em relação ao Estado e necessita estabelecer políticas que promovam a ampliação destes na região”. Para os autores, o desenvolvimento destes setores poderia partir através da ampliação das unidades agroindustriais já existentes na região para direcionarem a atração às demandas locais e também servir de apoio para a promoção e manutenção e mão de obra qualificada, assim como para a disponibilidade e permanências de jovens dispostos a trabalhar no campo. Diante deste contexto, percebe-se que as unidades de produção familiares do Alto Jacuí estão inseridas numa região voltada principalmente para agricultura intensiva, baseada principalmente na sojicultura.

---

<sup>2</sup> **IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico:** É um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios [...]. O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800). FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Produtos Estatísticos (2012).

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa. Empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, traduzindo em números opiniões e informações para serem classificadas e analisadas através de recursos e técnicas estatísticas. Durante seu desenvolvimento, devem-se formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão de seus resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação (PRODANOV, 2013).

Já a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, onde a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas em seu processo e o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, sendo o pesquisador o instrumento-chave. A pesquisa é descritiva e os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente (PRODANOV, 2013).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida principalmente a partir de livros e artigos científicos. Tendo como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Tornando-se cada vez mais importante a partir do momento em que o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2008).

Quanto aos seus objetivos, que buscam analisar as estratégias de reprodução sociais e econômicas dos agricultores familiares produtores de grãos e leite na região do Alto Jacuí/RS, assim como suas tendências produtivas e reprodutivas, frente ao modelo de desenvolvimento agrícola regional, trata-se de uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (1999) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, assim como o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um estudo de campo, que procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população, segundo determinadas variáveis, apresentando em seu planejamento maior

flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa. O estudo de campo também estuda um único grupo ou comunidade em termos de estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Sendo assim, tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação (GIL, 2008).

### 3.1 Definição da área ou população-alvo do estudo

Para a realização deste estudo, utiliza-se o Alto Jacuí/RS, região situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, composta pelos municípios de Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Colorado, Cruz Alta, Fortaleza dos Valos, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Selbach, Santa Bárbara do Sul e Tapera, que juntos possuem uma área de 6.906,5 km<sup>2</sup> e população de 155.278 habitantes, sendo desta, 84 % urbana e 16% rural. (FEE, 2010).

Na escolha dessa região para estudo, foi levado em consideração seu número de estabelecimentos familiares e suas áreas de produção, assim como seu perfil de desenvolvimento socioeconômico, que na maioria de seus municípios baseia-se em sistemas de produção agropecuário. Outro importante fator nessa decisão foi a alta concentração de produtores que fazem parte do sistema cooperativo da Cooperativa Central Gaúcha Ltda. (CCGL), assim como seu potencial produtivo, seja nos grãos ou no leite, atividades de extrema importância para a cooperativa, que apoiou durante o desenvolvimento da pesquisa e vai fazer uso dessas informações para suas estratégias de negócio.

No estudo, a população para a pesquisa foi composta por unidades produtivas familiares de grãos<sup>3</sup> e de leite<sup>4</sup>, enquadradas nos critérios de classificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em que para sua caracterização como estabelecimentos da Agricultura Familiar as propriedades podem ter no máximo quatro módulos fiscais<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> **Grãos:** Soja, Milho e Trigo em Grão.

<sup>4</sup> **Leite:** Leite in natura refrigerado para comercialização a granel ou para produção de derivados.

<sup>5</sup> De acordo com o MDA o Módulo Fiscal nos municípios que compõem a região do Alto Jacuí/RS é de 20 hectares em média.

### **3.2 Plano de amostragem**

Este estudo foi dividido em duas etapas. Para corroborar a interpretação dos dados da pesquisa, em sua primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, identificando e analisando trabalhos de autores que discutem sobre o assunto deste estudo. Na segunda etapa, foi realizada a pesquisa de campo, no período de outubro de 2013 a março de 2014 as entrevistas foram sendo realizadas de acordo com as indicações da CCGL e demais instituições ligadas aos produtores familiares de grãos e leite do Alto Jacuí/RS.

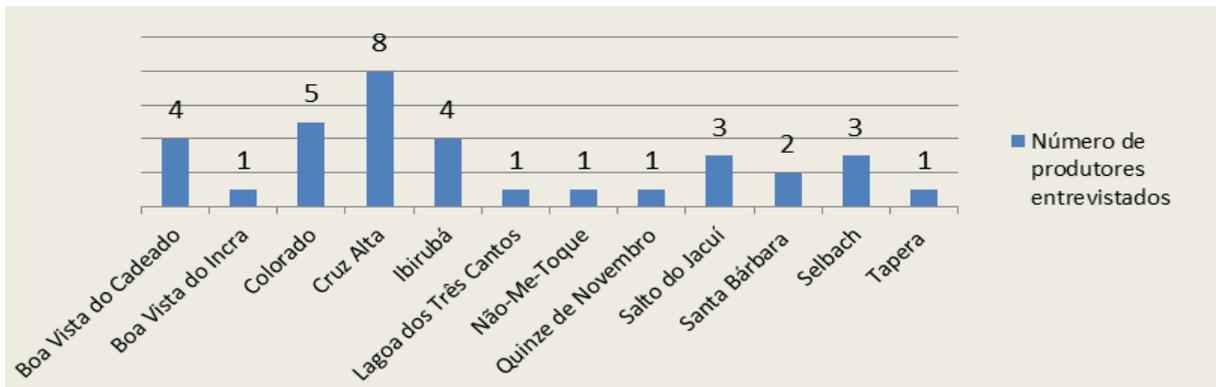
Sendo assim, esta amostra não se caracteriza como probabilística, pois os produtores entrevistados foram aqueles indicados para o pesquisador através de amostragem intencional e por acessibilidade, não possuindo representatividade em relação à população. Para Gil (1994), este tipo de amostra é definido como amostragem por acessibilidade, na qual “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”.

### **3.3 Plano e instrumentos de coleta de dados**

A pesquisa contou com um total de 135 produtores entrevistados. Em sua primeira etapa de coleta de dados, com perguntas abertas e fechadas, as entrevistas a campo foram direcionadas somente para os produtores fornecedores de leite para a CCGL, indicados pelo corpo técnico da cooperativa, 34 produtores em 12 municípios do Alto Jacuí/RS, distribuídos conforme a Figura 3.

Para realização deste trabalho, o autor ou sua equipe de apoio foram em 25 propriedades rurais aplicar a entrevista, 3 produtores foram entrevistados no centro administrativo da Cooperativa Tritícola de Espumoso Ltda. (COTRIEL), situado no município de Espumoso – RS, e 6 produtores foram entrevistados durante a Feira Expodireto-Cotrijal, realizada no município de Não-Me-Toque – RS. Totalizando um universo de 34 produtores entrevistados.

Figura 3. Número de produtores CCGL entrevistados por município



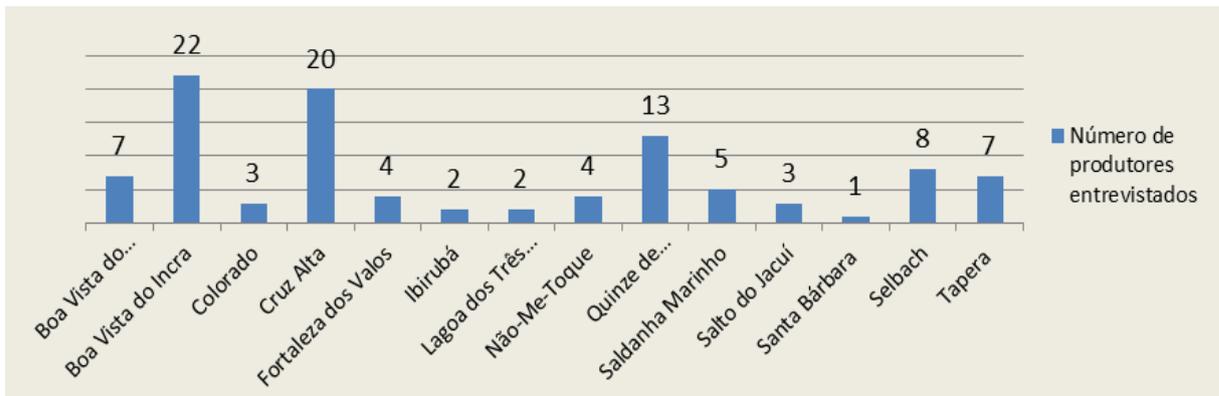
Fonte: elaborado pelo autor (2013/2014).

Estes produtores foram entrevistados pessoalmente pelo autor ou por suas equipes de apoio. Para a coleta de dados, a equipe utilizou questionário impresso e equipamentos de áudio e vídeo para gravar os depoimentos dos produtores, que logo após foram transcritos na ferramenta eletrônica Excel e posteriormente analisados.

Desenvolvendo-se paralelamente com a primeira etapa, a segunda parte da coleta de dados veio para colaborar com a amplitude desta pesquisa, pois foi além dos produtores e regiões de atuação da CCGL, e teve uma abrangência de todos os municípios que compõem a região do Alto Jacuí/RS. O questionário foi encaminhado via e-mail ou impresso para as Cooperativas, Sindicatos Rurais, Secretarias Municipais da Agricultura e Emater das cidades pertencentes à região do Alto Jacuí/RS, para que suas equipes o aplicassem com seus produtores e posteriormente encaminhassem o material. Além disso, também foram entrevistados pelo autor e sua equipe quatro produtores durante o evento de Abertura Nacional da Colheita do Trigo e seis produtores durante o IV dia de Campo CCGL, ambos realizados no município de Cruz Alta-RS.

Nesta ação, na maioria dos casos, obteve-se pouca adesão por parte das instituições supracitadas, o que mesmo assim resultou numa coleta considerável de 101 entrevistas em toda região, distribuídas conforme a Figura 4.

Figura 4. Número de questionários respondidos por município



Fonte: elaborado pelo autor (2013/2014).

### 3.4 Plano de análise dos dados

Para a análise dos dados quantitativos da pesquisa de campo, utilizaram-se as ferramentas da planilha eletrônica Excel. Já a análise dos dados qualitativos realizou-se através do método de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2002), prevê a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados coletados. Para Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia análise de conteúdo está em tratar os dados descritivos como fato, falando por si mesmos, nos quais os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada pelo entrevistador e pelo entrevistado.

### 3.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo está a introdução, com a caracterização do tema e os objetivos. Seu segundo capítulo apresenta a revisão da literatura deste estudo, abordando a questão agrária brasileira através de suas contribuições clássicas; a discussão sobre a participação da agricultura familiar na agropecuária brasileira; o desenvolvimento e a pluriatividade na agricultura familiar; além do dinamismo agrícola e o desenvolvimento socioeconômico do Alto Jacuí/RS.

Em seu terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos. Já o quarto capítulo apresenta o perfil dos produtores, uso do trabalho e estrutura de suas comunidades. O quinto capítulo demonstra as transformações na organização produtiva da agricultura familiar.

No sexto capítulo, apresenta-se as tendências para a agricultura familiar do AltoJacuí/RS. O sétimo, estratégias produtivas e de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares. Encerrando com o oitavo capítulo que traz as considerações finais deste trabalho.

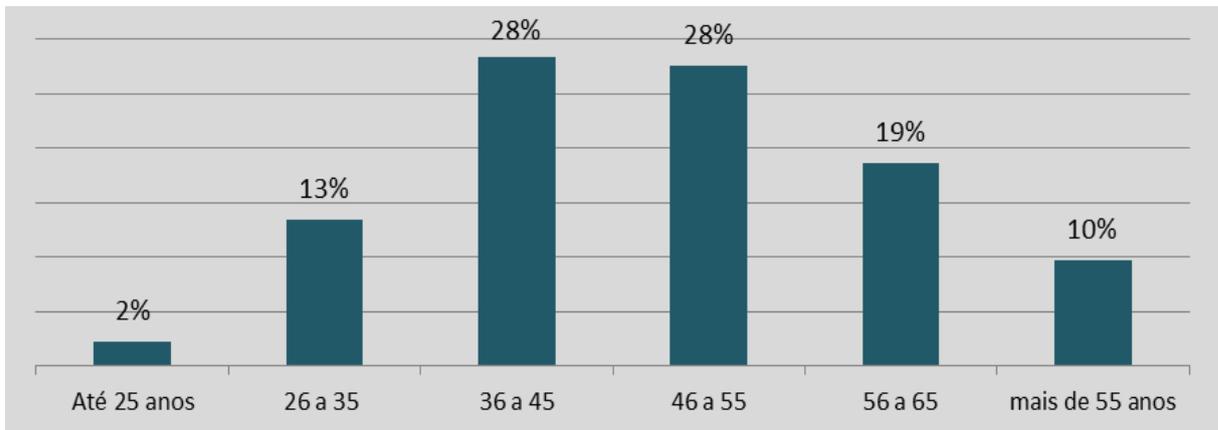
## **4 PERFIL DOS PRODUTORES, USO DO TRABALHO E ESTRUTURA DE SUAS COMUNIDADES**

### **4.1 Perfil dos produtores e seus estabelecimentos de produção familiar**

Entre os entrevistados deste estudo, a maioria é do gênero masculino com 76% de participação, 24% são do gênero feminino. Esta maior representatividade masculina se dá principalmente por ser na maioria das propriedades em estudo, o homem a pessoa responsável pela família e gestão da propriedade. Porém, em várias situações, as esposas e os filhos acompanharam a entrevista dos produtores e contribuíram com suas respostas, principalmente nas que estavam vinculadas à produção leiteira, onde foi possível perceber maior participação gerencial e operacional da mulher, se comparada com a produção de grãos.

Percebe-se também através da Figura 5, que nesta pesquisa 85% dos entrevistados estão com idade acima dos 35 anos, ou seja, esta maior experiência e conhecimento dos produtores em suas atividades no meio rural, contribuiu positivamente com os resultados deste estudo, principalmente com relação às transformações produtivas e de trabalho em suas regiões. Outro fator importante, principalmente com relação às tendências produtivas e permanência da agricultura familiar no meio rural, que se deve levar em consideração, é que parte desses entrevistados são filhos de produtores que assumiram o gerenciamento de suas atividades produtivas, porém são novos e seus pais na maioria dos casos já aposentados e ainda vivem nas propriedades.

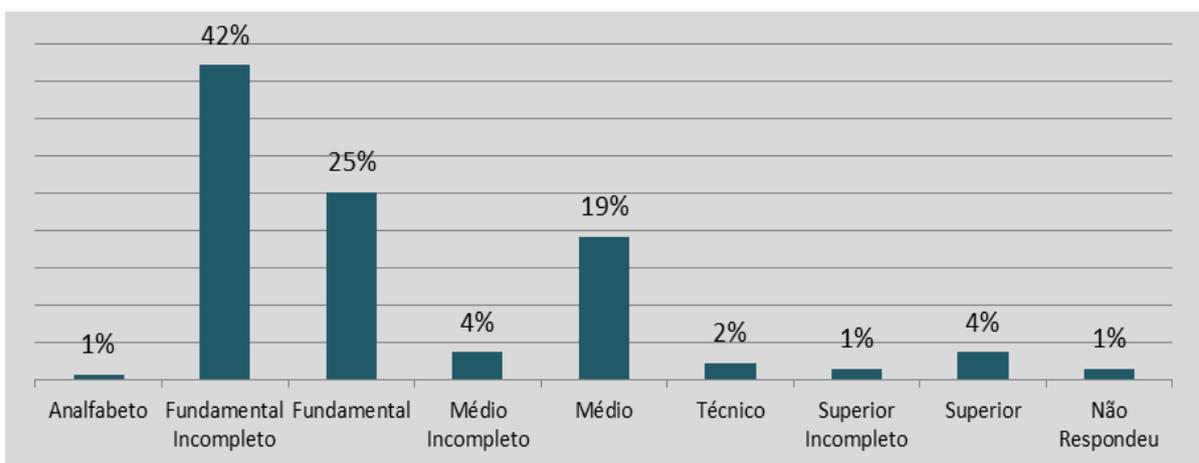
Figura 5. Percentual entre grupos de idade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

A Figura 6 mostra que a maioria dos entrevistados, com 67% de representatividade, possui o ensino fundamental incompleto ou completo, seguidos dos 19% que possuem o ensino médio completo, 5% com superior completo ou incompleto e os 2% com ensino técnico.

Figura 6. Percentual de escolaridade dos entrevistados

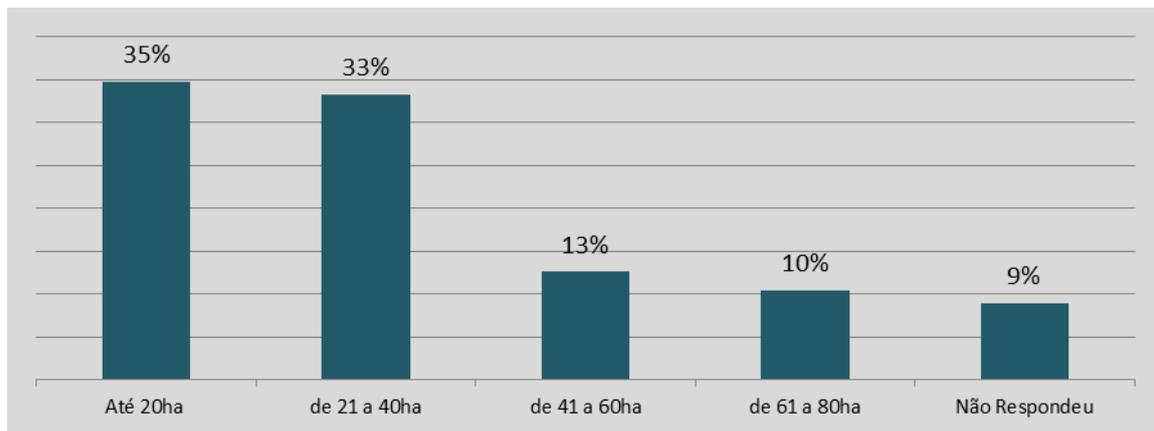


Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Na Figura 7, com 68% de participação, percebe-se que a maioria das unidades de produção familiar desta entrevista possuem no máximo 40 hectares. Destacando-se com 35%

as propriedades com até 20 hectares, contra apenas 10% das propriedades familiares com área entre de 60 e 80 hectares.

Figura 7. Tamanho das propriedades em hectares



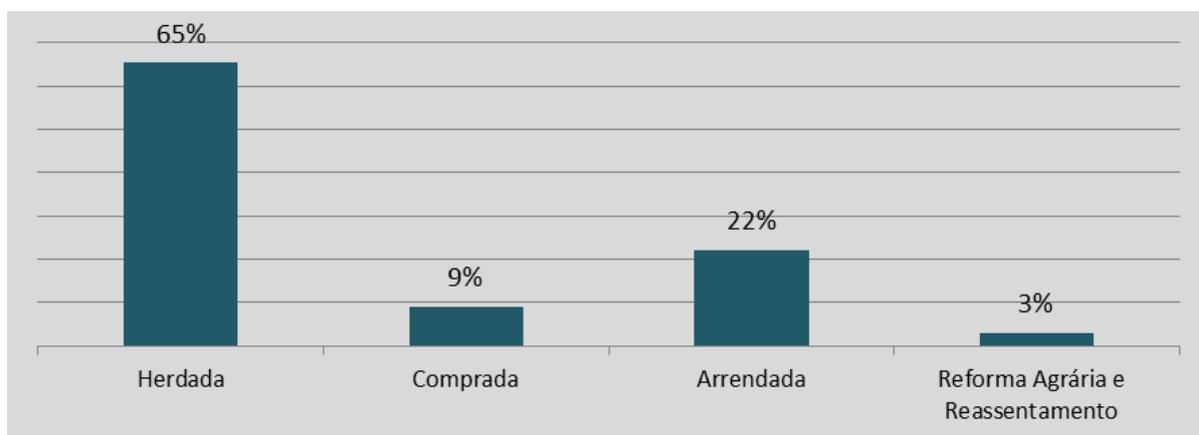
Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Quanto à origem das propriedades entrevistadas, percebe-se na Figura 8 que a maioria vem através de herança familiar, representando 65% de suas áreas, seguido de 22% que vem de arrendamento, 9% que foram compradas e apenas 3% de áreas que vem da Reforma Agrária ou Reassentamento. Este baixo percentual de área comprada deixa claro que a maior parte das unidades de produção entrevistadas vem de sucessão familiar e que a agricultura familiar possui baixa capacidade de investimento para a aquisição de novas áreas, ocasionado principalmente pela valorização e concentração de terra em suas regiões. O comentário, a seguir, de um dos entrevistados, representa o posicionamento de vários outros entrevistados.

Minha maior dificuldade é a falta de terra, quem tem área pequena não tem como comprar terra em nossa região. É uma região hoje que estão falando em 800 sacos de soja a hectare de terra [...] O grandão tomou conta aqui de toda a volta, eu fui um que os caras já me cercaram várias vezes para me tirar daqui oferecendo o que não vale minha propriedade. (P23\_18,6ha. 2014)<sup>6</sup>

<sup>6</sup> P23: classificação numérica por ordem de entrevista;  
18,6ha: área total (em hectares) da propriedade entrevistada;  
2014: ano da entrevista.

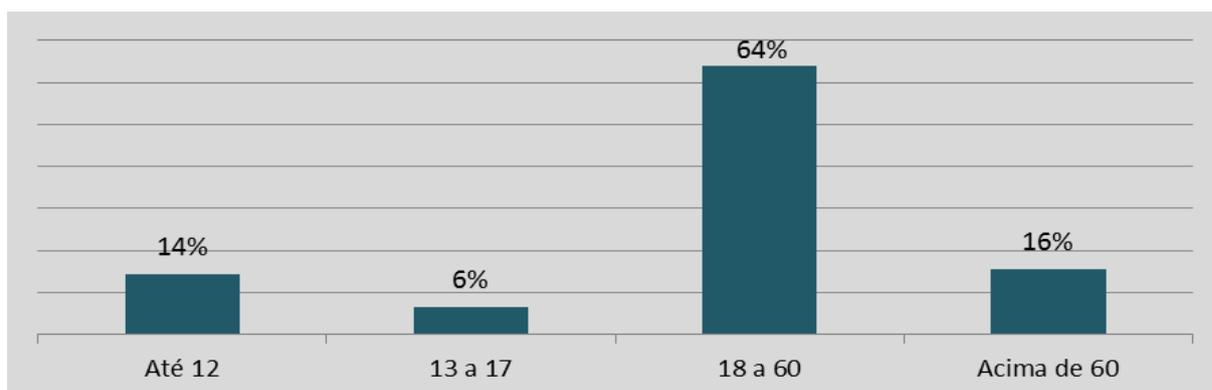
Figura 8. Origem das propriedades em percentual



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Na Figura 9, percebe-se que, com 64% de participação, a idade da maioria das pessoas que vivem nas propriedades familiares em estudo está entre 18 e 60 anos, ou seja, pessoas que já atingiram sua maioridade e na maioria dos casos, principalmente no gênero masculino, ainda não se aposentaram, com base nestes fatores, estando com plenas condições de trabalho. As pessoas acima dos 60 anos representam 16% dos entrevistados, as crianças até 12 anos com 14% e os adolescentes entre 13 e 17 apenas 6%. Esta baixa participação de adolescentes que vivem nas propriedades entrevistadas se dá principalmente porque a maioria deles migraram para estudar na cidade. Isso ocorre, principalmente, devido à distância ou falta de escolas em suas comunidades, ao desinteresse em continuar morando nas propriedades familiares, à busca de novas profissões não relacionadas a atividades dos pais no meio rural através do estudo, entre outras.

Figura 9. Idade das pessoas que vivem nas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

## **4.2 Uso do trabalho, importância, perspectivas de permanência e sucessão nas unidades de produção familiar**

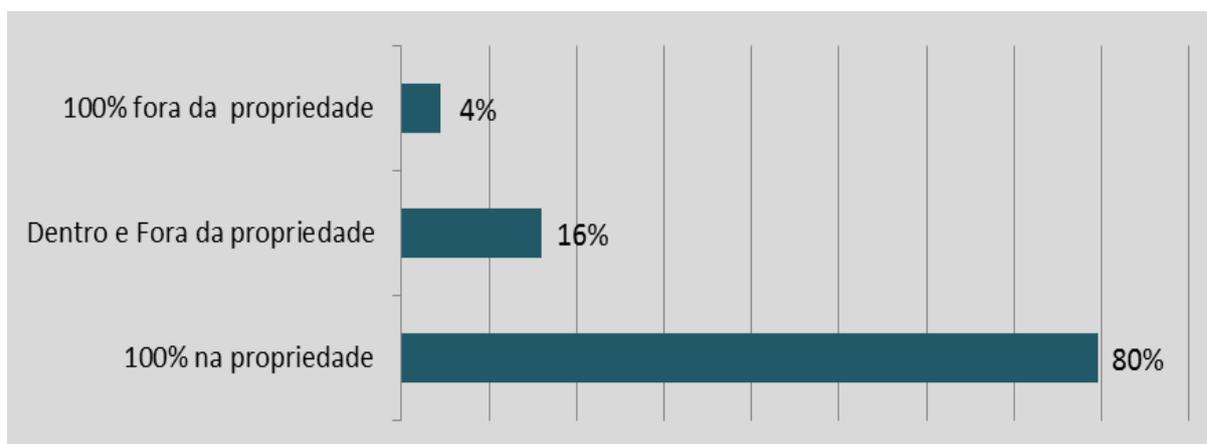
Este capítulo busca analisar onde são realizadas as atividades fora do estabelecimento familiar e sua importância econômica para reprodução e permanência da família no campo. Além de analisar de onde vem a renda das famílias e qual é sua satisfação com relação às atividades realizadas dentro da propriedade e quais são suas perspectivas de permanência e sucessão familiar no ambiente rural.

Na Figura 10, percebe-se que 80% das pessoas que vivem nas propriedades estudadas dedicam integralmente seu trabalho a atividades realizadas dentro de suas unidades de produção, 16% dividem seu trabalho com outras atividades fora da propriedade e 4% dedicam integralmente seu trabalho fora de suas unidades de produção familiar. Percebe-se, também, que estas atividades são realizadas em sua maioria nas cidades com 59% de representatividade, seguido das atividades realizadas em outras unidades de produção rural com 35% e outros locais com apenas 6%, conforme Figura 11.

Para a maioria dos produtores, principalmente os que possuem maior área de produção ou trabalham de forma intensiva na atividade leiteira, é impossível realizar atividades econômicas fora das propriedades, pois nestes locais já existe carência de mão de obra, como o exemplo do entrevistado (P10\_80ha. 2014) “Já tem serviço demais na propriedade, não tem como sair para trabalhar fora”. Também há alguns casos que já estão contratando empregados para ajudar em suas atividades na propriedade de forma integral. “O Filho saiu de casa, só fica nós e o casal de empregado. O Marido tem 87 anos. Filho trabalha na cidade, ele não quis ficar no campo”. ( P7\_52ha. 2014).

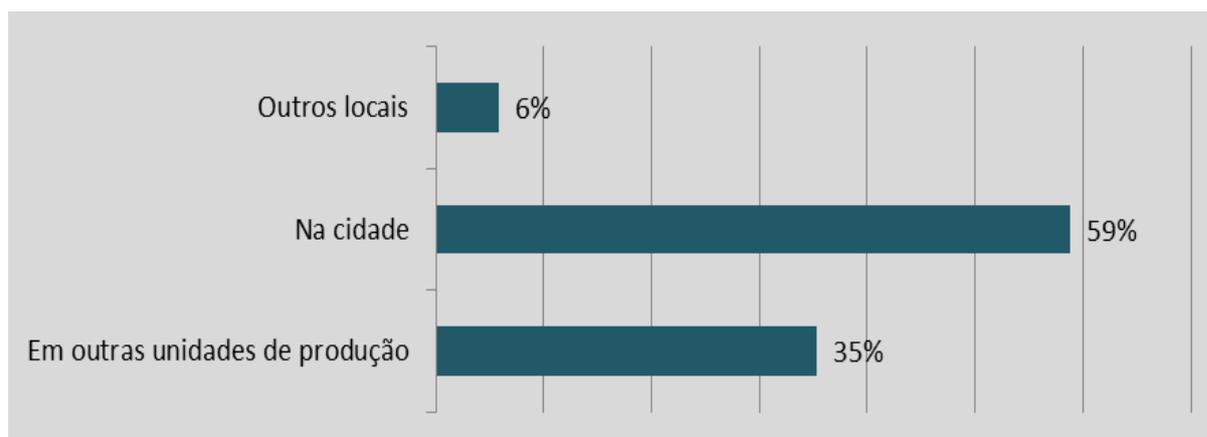
A pluriatividade é importante principalmente, para os produtores com menor área ou produção intensiva de grãos, que dependem da renda vinda de fora da propriedade para conseguir viabilizar economicamente a permanência de sua família na propriedade. “Preciso trabalhar fora para sustentar minha família, pois tenho pouca terra (4 hectares) e a produção dela não é suficiente para permanecer só aqui”. (P29\_4ha. 2014). Também há aqueles produtores que seus filhos saem a trabalhar fora para contribuir com a renda da família e melhorar sua qualidade de vida, conforme o exemplo deste produtor: “Nós conseguimos viver só com a renda da propriedade sim, mas quando ele (filho) começou trabalhar fora facilitou, pois as coisas dele, ele compra, nós tinha coisas que não tinha como dar para ele”. (P11\_22ha. 2013).

Figura 10. Utilização do trabalho das pessoas que vivem nas propriedades entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

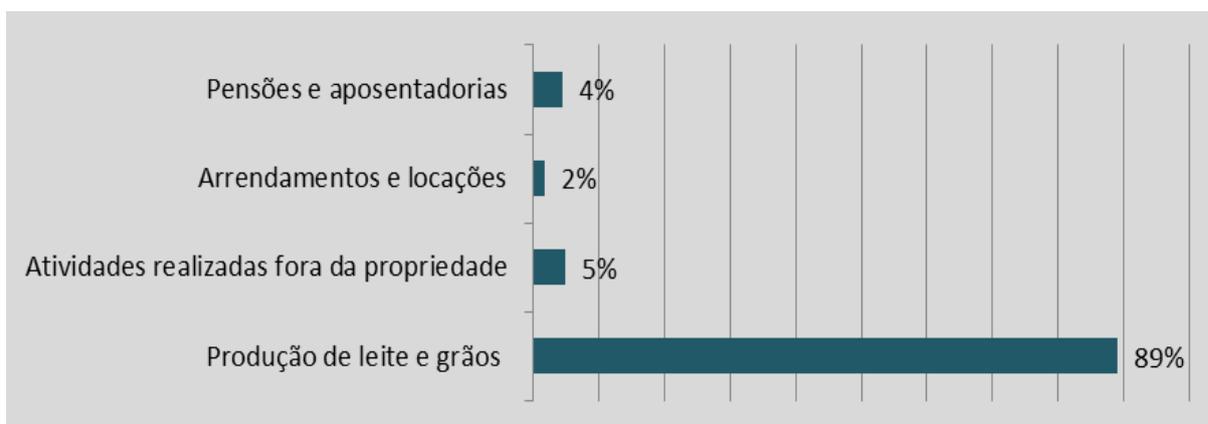
Figura 11. Locais onde são realizadas as atividades fora das propriedades entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

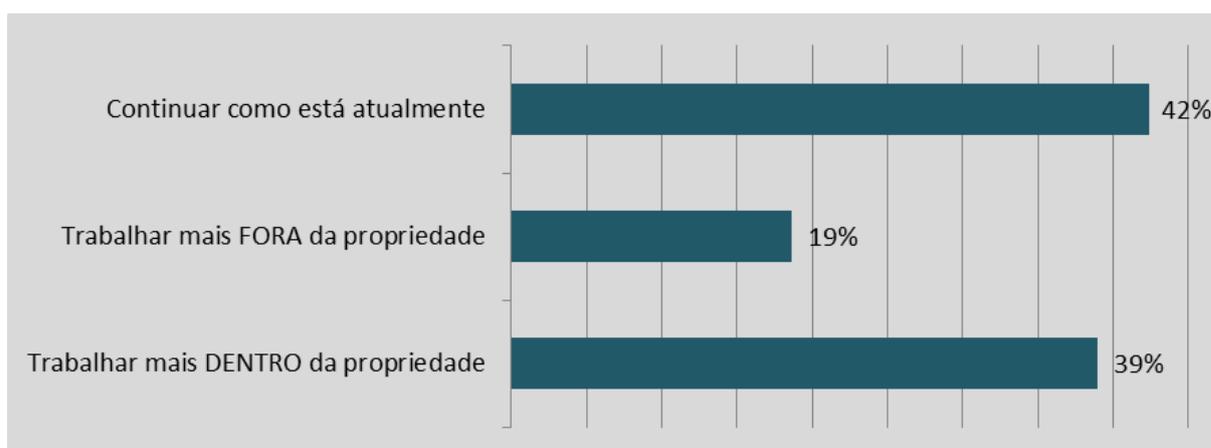
Entre as unidades de produção familiar que possuem atividades realizadas fora da propriedade, 28% dos produtores consideram que sem a renda vinda desse trabalho não seria possível a permanência de sua família na propriedade. Porém, através das Figuras 12 e 13, percebe-se que entre todas as unidades de produção familiares entrevistadas a maior parte da economia vem através da produção de leite e grãos, ambas participam com 89% da renda, seguida de 5% com rendas vindas de atividades realizadas fora da propriedade, 2% vem de arrendamentos e 4% de pensões e aposentadorias. Já quando questionados com relação ao futuro, 19% dos entrevistados acreditam que a tendência é de que as pessoas de sua família trabalhem mais fora da propriedade, 39% acreditam que vão trabalhar mais dentro das propriedades e 42% que vão manter o uso do trabalho de sua família como está atualmente.

Figura 12. Origem da renda agrícola e não agrícola dos produtores



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Figura 13. Tendência para o uso do trabalho das pessoas que vivem nas propriedades entrevistadas



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Na Figura 14, percebe-se que 84% dos entrevistados pretendem continuar morando na propriedade ainda por muito tempo, 6% não pretendem ficar por muito tempo e também com 6% estão os entrevistados com dúvida em relação à sua permanência.

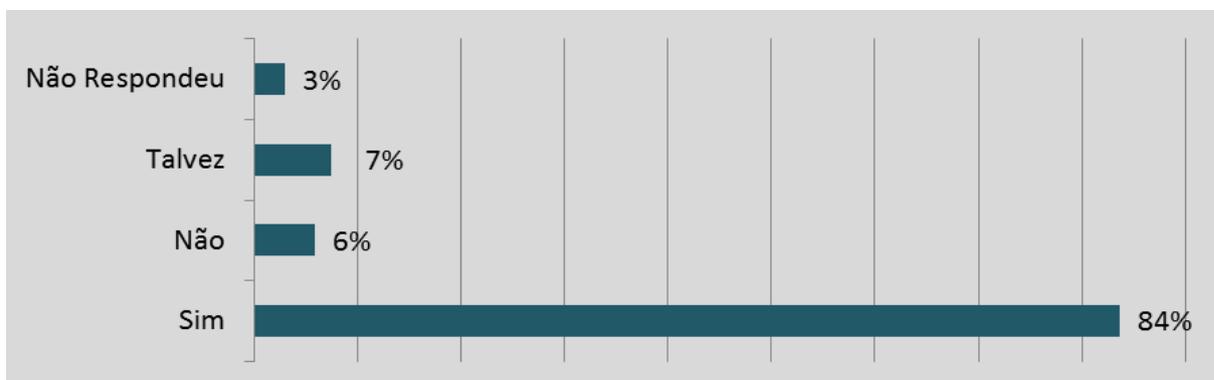
Muitos produtores querem continuar na propriedade porque gostam do interior, de sua comunidade, de seus amigos, da qualidade de vida que levam no campo. Querem manter suas tradições familiares, ter liberdade, prazer em desempenhar as atividades agropecuárias que tanto se identificam, entre outras. “Quero ficar aqui até morrer, eu sempre gostei da lavoura[...] era bem inteligente na escola, mas não quis estudar porque prefiro ficar na lida bruta do que ficar preso na cidade[...]” (P10\_80ha. 2013). Por outro lado, há aqueles que

pretendem continuar em suas propriedades por não terem outra opção de trabalho. “Agricultor não tem muita alternativa, é o que sabe fazer”. (P3\_12ha, 2014). “O que vou fazer na cidade? Aqui é bom, lá como vou viver, ganhando um salário por mês?” (P8\_18ha, 2014). “Quero continuar aqui, é o que eu sei fazer e eu gosto de morar no interior” (P20\_20ha, 2013). Por outro lado, há aqueles que querem estar próximos da assistência médica e dos filhos na cidade, assim como aqueles que estão indecisos com relação ao futuro em suas propriedades. Essa indecisão, em alguns casos, surge principalmente após o falecimento dos pais que lideravam a gestão e atividades nas propriedades compostas por mais de um casal de filhos.

Não tenho certeza, porque a esposa já queria sair daqui, como houve a divisão do pai, ela já queria sair, a gente só não foi porque vê que aqui tem futuro, um futuro um pouco incerto e de muito trabalho, a gente não tem liberdade...eu podia ir junto com ela (esposa) para Bento, não fui porque é muito compromisso (P9\_50ha, 2014).

Como se percebe, após o falecimento dos pais, normalmente os filhos dividem as propriedades e param de trabalhar em conjunto. Após esse processo, para alguns a permanência na propriedade acaba se tornando inviável por diversos fatores, surge a venda ou arrendamento de suas áreas, e a conseqüente migração para os centros urbanos, desempenhando outras atividades.

Figura 14. Os produtores pretendem continuar morando e trabalhando na propriedade por muito tempo



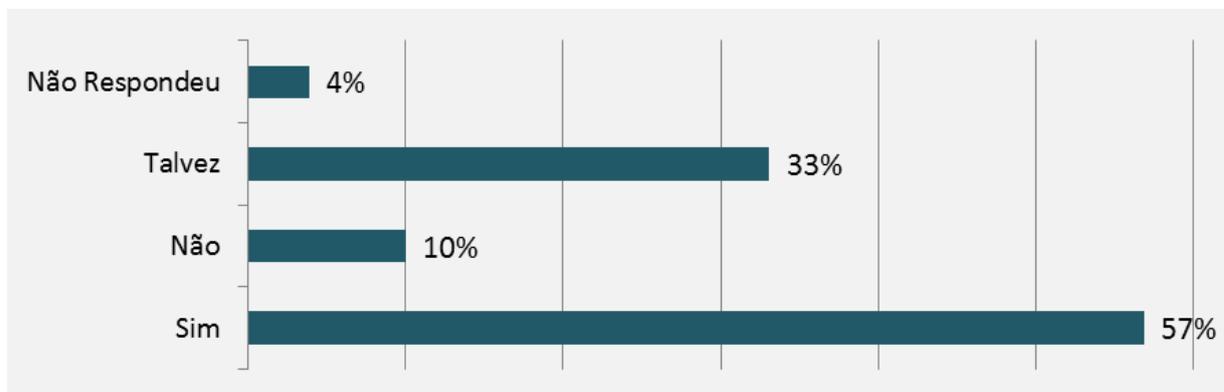
Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Quando questionados com relação à permanência de seus familiares na propriedade após suas aposentadorias, percebe-se que, em 10% das propriedades a família não irá continuar as atividades, 33% estão em dúvida e 57% acreditam que seus filhos irão continuar trabalhando em suas unidades de produção familiar, conforme Figura 15.

Para os produtores a sucessão na agricultura familiar está cada vez mais difícil, pois os jovens não querem mais ficar no campo trabalhando com os pais, preferem ir para a cidade, estudar e buscar novas oportunidades de trabalho. Segundo alguns entrevistados, isso ocorre muitas vezes por falta de incentivo dos próprios pais. “Hoje em dia os filhos saem, estudam e não querem mais voltar para propriedade” (P15\_80ha. 2013). Também há aqueles pais que não fazem muita questão de que os filhos fiquem ou retornem para as propriedades, devido às incertezas de sucesso nas atividades.

Talvez, eu estou dando estudo da melhor qualidade para ele, tudo em aula particular, pago pelas vaquinhas, ele que vai decidir [...] Por mim ele pode vender se achar que tem que vender ou se achar que tem que continuar tudo bem. (P9\_50ha. 2014).

Figura 15. Após a aposentadoria, os filhos ou familiares vão continuar trabalhando na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Quando questionados sobre a possibilidade de deixar suas propriedades e atividade profissional, percebe-se na Figura 16, que a maioria dos entrevistados com 76% de representatividade não deixariam suas propriedades por outras opções de trabalho e renda, 12% trocariam de atividade e 11% talvez deixariam.

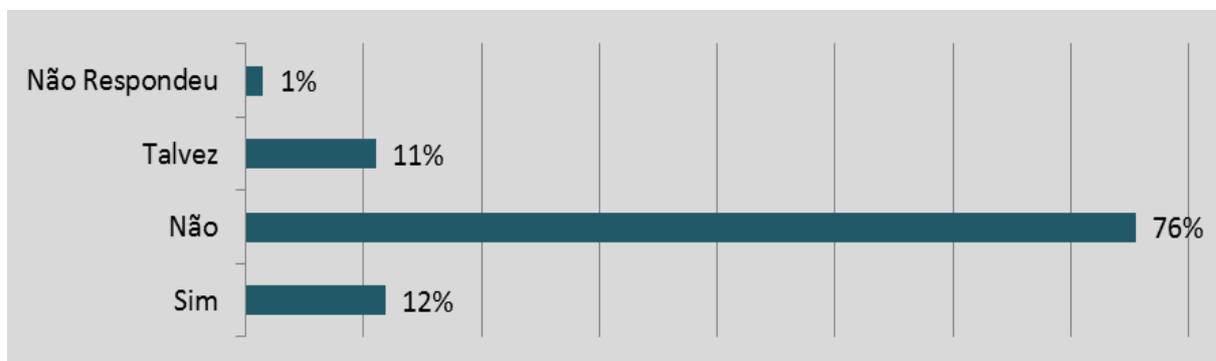
Para alguns produtores, principalmente os que trabalham com a atividade leiteira, o trabalho no interior é cansativo, não tem férias e nem final de semana, sendo assim, se surgisse alguma possibilidade interessante para sair da propriedade e mudar de atividade estariam dispostos ou pensariam na proposta. “Com certeza deixaria a propriedade se a proposta fosse boa, é muitos anos trabalhando aqui, desde os 12 anos eu já tirava leite, quem começou aqui na região fomos nós, e toda a pessoa cansa”. (P9\_50ha. 2013).

Por outro lado, há aqueles produtores que gostam do trabalho no campo, de serem livres para gerenciar seus negócios e não pensam na possibilidade de trocar de atividade. “Não, porque eu gosto, já pintou várias propostas de fora e eu não quis porque é uma coisa que eu sempre sonhei trabalhar com leite. Seis anos atrás comecei aqui com seis vacas e hoje estou com trinta e cinco”. (P23\_18,6ha).

Também há aqueles em dúvida, como é o caso do produtor P25\_36ha (2014) “Complicado, talvez deixaria, porque a gente tem amor pelo que faz, eu tenho amor pelo que faço, lidar no interior, até nem me adapto morar em cidade”. E os produtores que já estão decididos em migrarem para cidades.

A ideia da gente é ir trabalhando e economizando um pouquinho para comprar uma casa boa na cidade, porque no momento que a gente se aposentar a ideia é deixar os filhos na propriedade e a gente ir para cidade. (P24\_40ha. 2014)

Figura 16. Se os entrevistados tivessem outra opção de trabalho e renda deixariam suas propriedades?

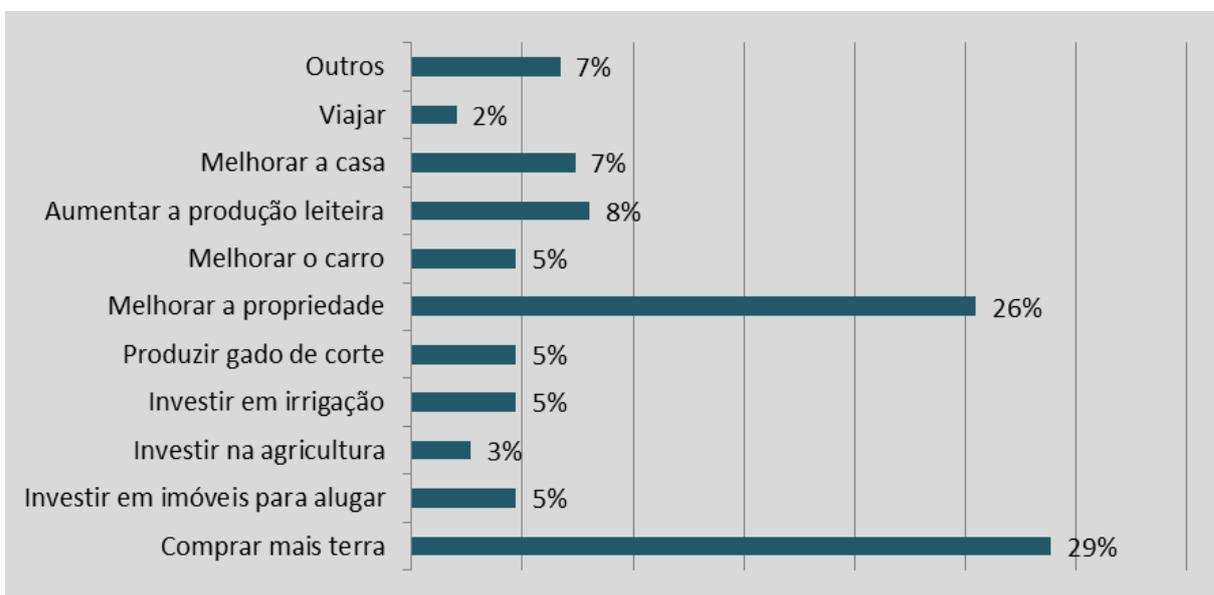


Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Porém, quando perguntado se os produtores tivessem dinheiro disponível para fazer o investimento de seus sonhos, a grande maioria investiria na propriedade, principalmente na

compra de terras, com 29% de representação, seguida das melhorias na propriedade com 26%, aumento na produção leiteira com 8% e melhorias na casa com 7%, conforme apresentado da Figura 17. Isso deixa claro que a maioria dos produtores gostam do que fazem e da vida no campo, e se vendem ou arrendam suas propriedades para morar nas cidades, certamente é pelos fatores socioeconômicos que inviabilizam sua permanência na propriedade.

Figura 17. Se os entrevistados tivessem dinheiro disponível para fazer o investimento de seus sonhos, qual seria.



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Diante desse cenário, em que a maioria dos produtores não possuem atividades fora da propriedade e sua maior renda vem através das produções de leite e grãos, percebe-se que as atividades pluriativas são pouco significativas para o desenvolvimento da maioria dos produtores entrevistados, principalmente para aqueles que estão ligados à atividade leiteira, que representa maior lucratividade e demanda por mão de obra. Nota-se, também, que apesar das dificuldades, a maioria dos entrevistados estão muito ligados ao meio em que se inserem, principalmente a suas atividades e comunidades, fator este que contribui para sua permanência no campo.

### **4.3 Estrutura das comunidades rurais onde está inserida a agricultura familiar do alto Jacuí/RS**

Este capítulo busca analisar o ambiente social em que vivem os produtores familiares do Alto Jacuí/RS, através de suas comunidades, procurando entender quais são os principais fatores positivos e negativos para a qualidade de vida das pessoas que estão inseridas no meio rural, assim como sua importância para permanência ou saída das famílias que vivem neste ambiente. Para buscar respostas a estes questionamentos, analisa-se o acesso dos produtores à assistência médica e odontológica, o que eles consideram ter de melhor e pior em suas comunidades, assim como, o que deve-se melhorar neste ambiente.

Diante disso, percebe-se nesta pesquisa que 71% dos entrevistados possuem ou estão próximos da assistência médica e odontológica em suas comunidades, e que 29% consideram não estar próximos destes atendimentos.

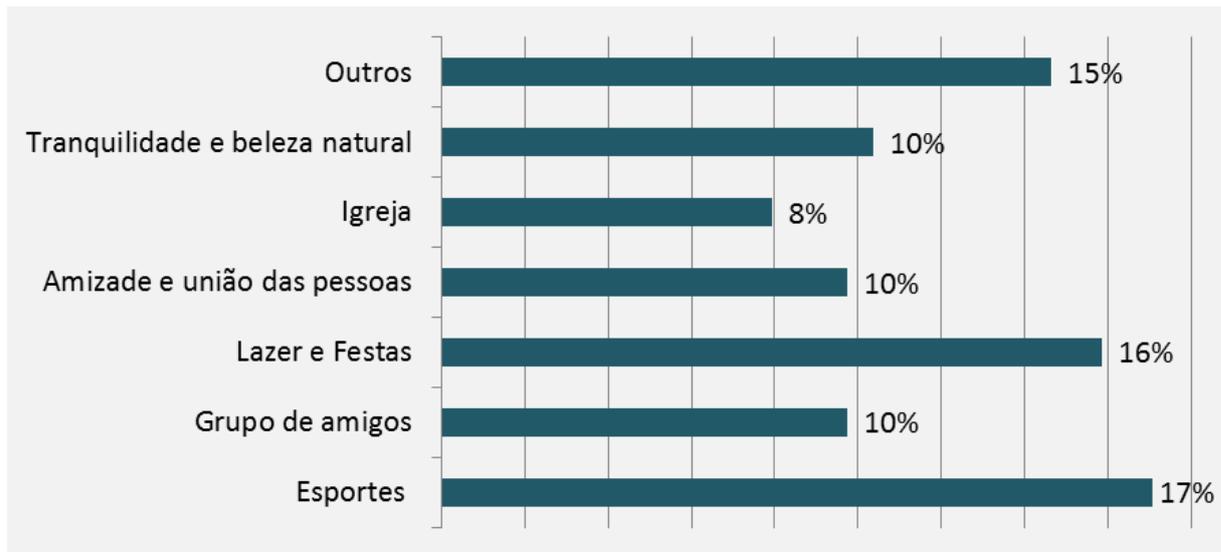
Muitos desses produtores que dizem ter ou estar próximos da assistência médica são aqueles que moram próximos dos centros urbanos, mesmo assim, em grande parte dos casos é uma assistência de certa forma ineficaz, pois precisam enfrentar longas filas de espera. Nos casos em que se requer maior estrutura e especialização para o atendimento, esses produtores acabam tendo que ir procurar auxílio nos grandes centros de atendimento, fora de sua região. “Temos alguma coisa na cidade, mas é meia fraca” (P10\_80ha. 2013).

Também há aqueles produtores que estão distantes até mesmo dos atendimentos básicos feitos nos postos de saúde. Muitos chegam precisar mais de uma hora andando de carro para conseguir chegar até estes atendimentos. Este é um dos fatores que mais preocupa a permanência dos produtores no meio rural, principalmente aqueles que são idosos ou possuem crianças na família.

Já quando questionados com relação ao lazer e entretenimento nas comunidades em que vivem, entre os produtores entrevistados 87% afirmam possuir estas atividades e 13% dizem não ter acesso. Já na Figura 18, percebe-se que entre o que mais gostam em suas comunidades se destaca a prática de esportes com 17% de participação, as atividades de lazer e festas com 16%, grupo de amigos, amizade e união das pessoas, e tranquilidade e beleza da região, ambas com 10%. Além das atividades realizadas na igreja, com 8%. Também há aquelas pessoas que formam grupos específicos dentro de suas comunidades para praticarem atividades de lazer, entretenimento, entre outras. “Nós temos dentro da associação que vendemos leite o último sábado de cada mês, um dia de lazer, porque ninguém de nós tira férias, daí formamos este grupo para se integrar e descontrair”. (P25\_36ha. 2014).

Porém, percebe-se que as atividades de lazer supracitadas não atendem às expectativas dos jovens, que na sua maioria buscam os eventos oferecidos nas cidades, além de um maior número de pessoas de seu perfil para integração e relacionamento.

Figura 18. Para os entrevistados o que há de melhor em suas comunidades



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Por outro lado, quando questionados sobre o que precisa melhorar em suas comunidades, conforme Figura 19, para 24% dos entrevistados são as condições das estradas, 16% a união das pessoas e 14% a assistência médica. Para corroborar com estes números, apresenta-se o depoimento a seguir.

Falta muita coisa, em primeiro lugar a estrada para nós escoar nossa produção, em segundo lugar a saúde, nós tinha um posto em nossa comunidade em mandatos anteriores, tinha médico lá, só depois foi trocando a administração e daí parou [...] ter um dentista para o pessoal não ter que se deslocar até a sede do município. (P25\_36ha. 2014)

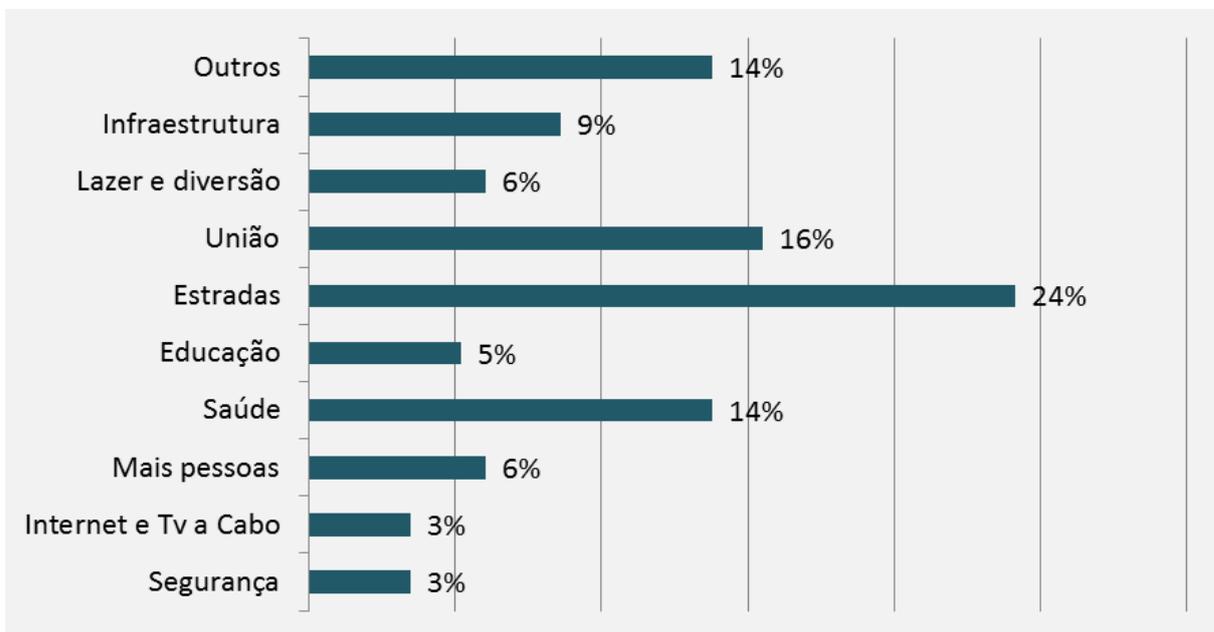
Outro fator importante que se percebe nesta pesquisa, é a falta de segurança nas propriedades rurais, principalmente aquelas que não possuem vizinhos próximos. Muitos dizem que não podem mais deixar suas propriedades sozinhas nem mesmo por algumas horas para ir à cidade, visitar um amigo, ou sair para se divertir.

Aqui fora está de um jeito que não dá mais nem para ir na cidade no banco e fazer um rancho, muito menos sair passear. [...] por aqui, muitas casas já foram roubadas, umas cinco casas só nestes últimos meses, inclusive a nossa. [...] nossos vizinhos como pode ver são distantes, não enxergam quando chega alguém aqui [...] quando saímos é correndo e com medo, porque aqui também é difícil de achar caseiro e quando acha é muito caro. (P36\_18,7ha. 2014)

Também existem aquelas comunidades, principalmente as que estão em regiões com maior concentração da agricultura não familiar, como Cruz Alta, Salto do Jacuí, Santa Bárbara e Fortaleza dos Valos, em que as pessoas estão indo para cidade e as comunidades estão diminuindo.

Fica difícil de dizer o que precisa melhorar, aqui terminou tudo na comunidade, não tem mais festa, mais pavilhão[...] não tem mais nada, essa é uma dificuldade que agente sente pelos nossos filhos, até porque para fazer integração agente tem que levar eles para cidade e até para outras cidades. (P9\_50ha. 2014)

Figura 19. Para os entrevistados, o que tem de melhorar em suas comunidades:



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Mesmo assim, percebe-se que num contexto geral, as comunidades principalmente através de suas tradições, círculos de amizade, tranquilidade, integração e relacionamento entre as pessoas, acabam sendo um diferencial na qualidade de vida de seus habitantes,

contribuindo assim, para que 84% dos produtores não queiram migrar para os centros urbanos. Por outro lado, para 6% dos entrevistados que estão decididos a sair das propriedades, ambos os dados apresentados anteriormente na Figura 14, o difícil acesso à assistência médica, a falta de segurança, as condições das estradas e a migração dos jovens para os centros urbanos na busca de divertimento e relacionamento, são fatores alarmantes que acabam influenciando diretamente suas decisões, assim como na permanência e desenvolvimento da agricultura familiar dessa região.

## **5 TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

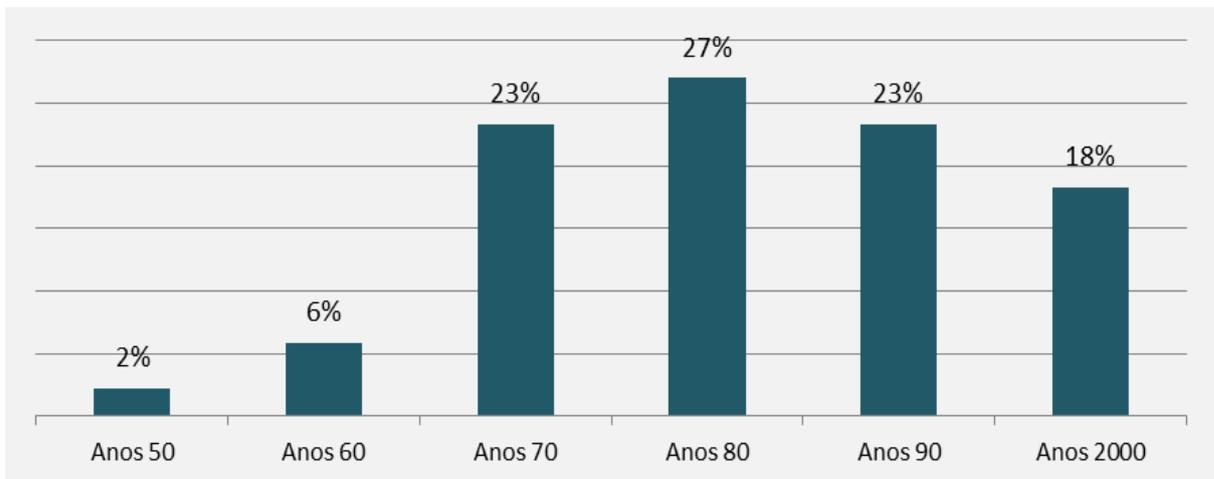
Este capítulo busca analisar as transformações na organização produtiva e no uso do trabalho nas unidades familiares produtoras de grãos e leite na região do Alto Jacuí – RS, além de identificar em quais situações a escala produtiva representa o fortalecimento da produção agrícola e em quais representa a saída gradativa da unidade familiar do meio rural.

Percebe-se, na Figura 20, que 81% dos entrevistados estão nas propriedades gerenciando suas atividades no mínimo há 13 anos. Isso corrobora ainda mais os resultados desta pesquisa, devido ao longo período de experiência dos entrevistados com as atividades produtivas de grãos e leite.

Alguns destes produtores entrevistados iniciaram suas atividades na propriedade durante as décadas de 50 e 60, sendo neste período suas produções destinadas, basicamente, ao consumo da família. Após este período de subsistência eles também acompanharam o binômio trigo-soja, a modernização agrícola, plantio direto, transgenia, entre tantas outras evoluções no setor, que surgiram até os dias de hoje. Também contam suas experiências neste trabalho, alguns produtores que foram pioneiros na atividade leiteira de suas regiões. “[...] tiro leite desde os 12 anos, [...] em Tapera que iniciou tirar leite no município foi nós”. (P9\_50ha, 2014).

Por outro lado, entre os entrevistados, também existem aqueles produtores mais jovens que estão iniciando suas atividades de gerenciamento nas propriedades, contribuindo assim para o desenvolvimento deste estudo, principalmente através de suas expectativas com relação ao futuro das atividades de produção familiares no meio rural.

Figura 20. Ano em que os produtores iniciaram suas atividades de gerenciamento na propriedade



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

A Figura 21 mostra que no início de suas atividades os produtores destinavam durante o inverno maior percentual da área para produção de trigo com 35% de participação, logo em seguida com 33% vinha a produção leiteira e com 32% outros produtos, que normalmente eram cobertura de solo ou simplesmente as áreas ficavam sem cultivo, conforme relatam alguns produtores que se identificam com os demais entrevistados que iniciaram suas atividades até meados dos anos 80, “Na época a gente não produzia nada, as vezes plantava um cantinho de trigo e colhia a mão para farinha”.( P26\_24ha. 2014). “[...] na época era pastagem para o gado, coisas assim, eu plantava 8% de pastagem e o resto ficava em capoeira”. (P25\_36ha. 2014).

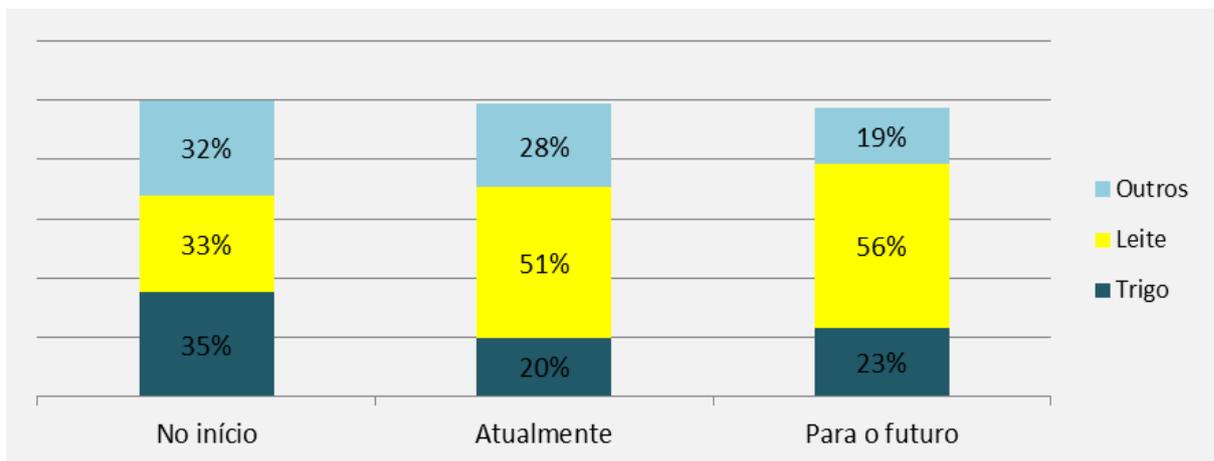
Porém, atualmente a triticultura perde espaço para a atividade leiteira e cai para 20% sua participação, assim como as demais atividades que passam para 20% da área, ficando a atividade leiteira com 51% da área no inverno. Além da triticultura e produção leiteira, as demais atividades produtivas realizadas no inverno se caracterizam basicamente por forrageiras destinadas à cobertura de solos, produção de cevada, pastagens para gado de corte, produção de sementes de aveia, azevém, nabo, entre outras.

Já para o futuro a tendência é de que a produção leiteira mantenha crescimento e passe para 56% da área no inverno, o trigo também cresça chegando a 23% e as demais atividades percam mais espaço, ficando com 19% da área. Este crescimento da atividade leiteira se dá com maior ênfase nas propriedades com menor área produtiva, onde o leite de certa forma é predominante por sua estabilidade e lucratividade econômica. “Para os

próximos anos, quero plantar no inverno 15% da área de trigo e 85% utilizar para o leite. Com o trigo é mais fácil levar prejuízo do que lucro. Faço alguma coisa só para não ter cobertura só de aveia”. (P12\_60ha. 2014).

Porém, apesar das instabilidades econômicas, a triticultura de certa forma mantém sua participação em área, principalmente naquelas propriedades que estão mais focadas na produção de grãos. Nestas, o trigo, mesmo não dando o lucro financeiro desejado para os produtores, acaba contribuindo com as demais produções, sendo através da cobertura de solos ou rotação de culturas. Além disso, seu resultado econômico contribui para propriedade como um todo, pois segundo os entrevistados, ajuda a pagar as despesas de infraestrutura.

Figura 21. Percentual de área destinada para as produções de inverno



Fonte: Pesquisa de campo do autor , (2013/2014).

Com relação à área destinada para as produções de verão, percebe-se na Figura 22 que no início de suas atividades, produtores ocupavam 62% da área com a sojicultura, atualmente ocupam 74% e para o futuro pretendem diminuir para 55% a área disponível para este cultivo.

Já a produção leiteira, assim como a de milho, que haviam perdido área, se comparado o período de início das atividades até o momento atual, para o futuro apresentam tendências de crescimento, passando o milho para 13% e o leite para 32% da área disponível para produção de verão. Porém, nas propriedades que trabalham com a produção leiteira, a maior parte deste milho não vai para comercialização do grão, e sim para produção de silagem, que serve como alimento do rebanho. Já nas propriedades focadas na produção de

grãos, o milho surge mais como uma opção para rotação de culturas, pois nestas, a soja predomina.

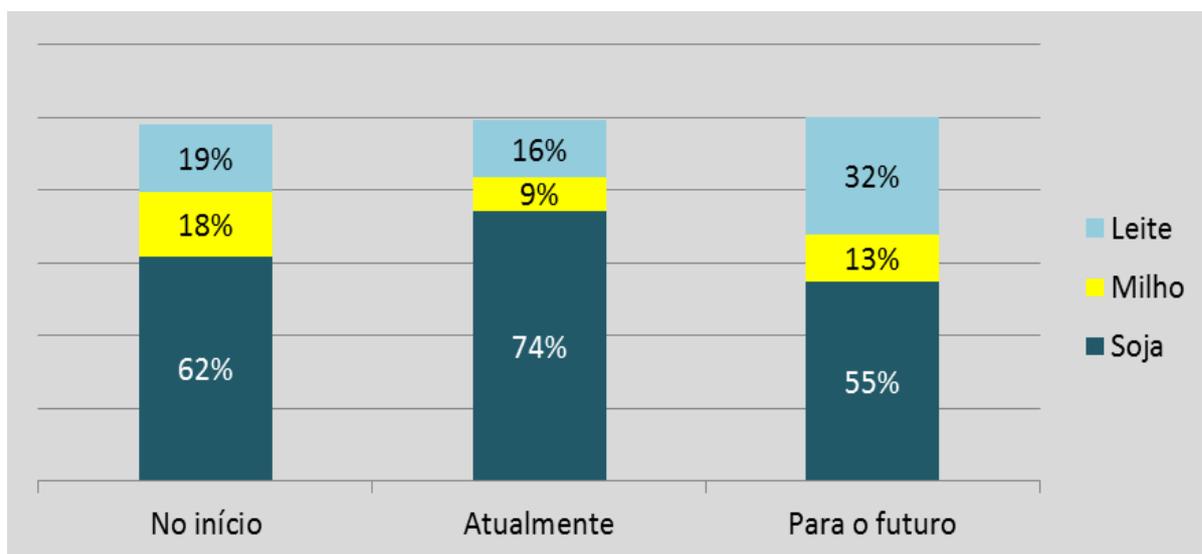
Para os produtores que possuem as atividades conjuntas, grãos e leite, a soja surge como uma renda destinada aos pagamentos dos investimentos da propriedade, como compra de maquinários, equipamentos e melhorias de infraestrutura. Já a atividade leiteira, considerada mais lucrativa e segura nas pequenas propriedades, proporciona uma renda mensal que é utilizada principalmente para pagar as despesas domésticas das famílias, chegando muitas vezes até ajudar a pagar as contas da produção de grãos. “O milho é para silagem. Plantamos soja porque temos umas parcelas grandes fixas e precisamos do dinheiro que vem reunido da soja para pagar, [...] O leite é mensal e serve para manter os carros, e pagar as despesas da família[...]” (P11\_20ha. 2014).

Tratando da produção leiteira, percebe-se três tipos de produtores, ou seja, aquele produtor tradicional e especialista, que se identifica e gosta da atividade, aquele produtor oportunista, que migra do leite para soja e vice-versa, induzido pelos resultados da safra do ano anterior da soja, e também há aquele produtor que se identifica com a produção de grãos, mas devido sua disponibilidade de área e capacidade de investimento, trabalha forçado com a atividade leiteira para que possa viabilizar economicamente sua permanência na propriedade. “Pretendo aumentar as pastagens, porque o leite continua tendo uma melhor renda do que a soja na pequena propriedade”. (P20\_20ha. 2014).

Mesmo assim, diante deste contexto, a atividade leiteira vem ganhando espaço da produção de grãos na agricultura familiar, induzida principalmente por seu melhor desempenho econômico, se comparado em pequenas áreas de produção. Para contribuir com este posicionamento, segue o depoimento de um entrevistado que pode representar a visão de tantos outros:

Ai que vem a coisa, tu vê, seria 10ha para o leite e 26ha para soja, só que eu acredito que a maior renda que sai do leite, eu não posso te dizer com números exatos, mas acredito que minha renda vem de 60% a 65% do leite e o restante seria do soja. (P25\_36ha. 2014).

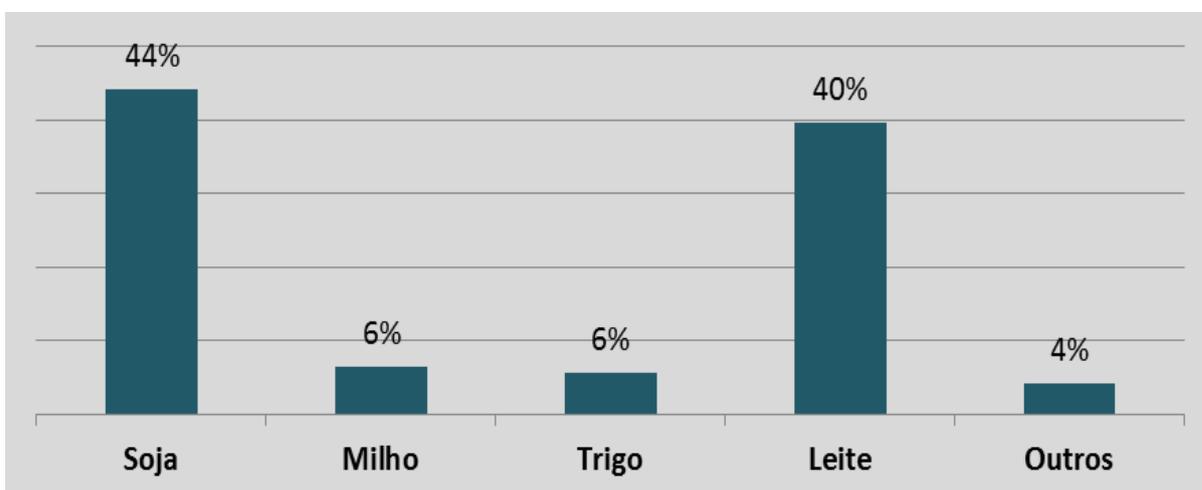
Figura 22. Percentual de área destinada para as produções de verão



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Para corroborar com os posicionamentos supracitados, apresenta-se na Figura 23 a participação percentual das atividades produtivas na renda das propriedades entrevistadas, onde percebe-se que a soja tem maior representatividade econômica com 44% de participação, logo em seguida vem o leite com 40% e com menor significância o milho e o trigo com apenas 6%, deixando claro que entre as produções agropecuárias, é a soja e o leite que representam maior importância econômica para a agricultura familiar desta região.

Figura 23. Participação percentual das atividades produtivas na renda das famílias



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

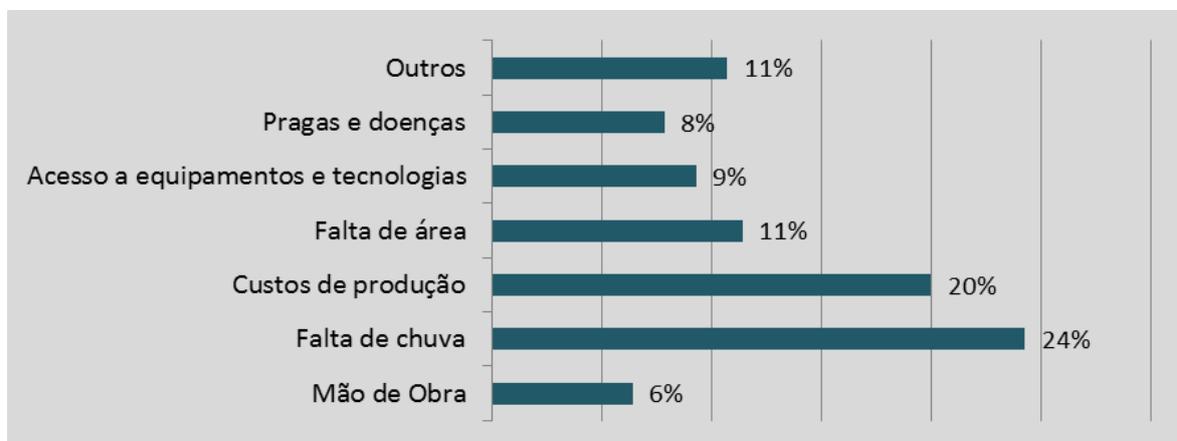
Para aprofundar a discussão sobre principais atividades agropecuárias realizadas pela agricultura familiar deste estudo, buscaram-se analisar também quais são as principais dificuldades que este segmento encontra para se desenvolver através das produções de grãos e leite dentro de suas propriedades rurais.

Diante deste contexto, percebe-se através da Figura 24 que na produção de grãos as principais dificuldades encontradas pelos produtores para aumentar sua produtividade e renda são a falta de chuva com 24% de representatividade, os custos de produção com 20%, a falta de área com 11%, o acesso aos equipamentos e tecnologia com 9%, as doenças e pragas das lavouras com 9% e a falta de mão de obra com 6%.

Outro fator também relevante para os produtores é que nas atividades agrícolas, as incertezas de retorno do capital são grandes, induzidas principalmente pelas intempéries, doenças e pragas nas lavouras, conforme relata a seguir um dos entrevistados que representa o mesmo posicionamento de tantos outros abordados nesta entrevista.

Em primeiro lugar a dificuldade que o cara sente é o alto custo de produção, é um investimento que tu vai fazer que eu acho que em grão é bem mais complicado porque se tu não tiver uma irrigação, pivô ou uma coisa assim, as vezes cai por terra uma coisa em 20 poucos dias, o contrário do gado de leite, que se der 60 dias de estiagem começou a chover tu consegue os outros 9 ou 10 meses produzir e o grão não [...] também tem as doenças e pragas da soja que prejudicam a produção [...]. (P25\_36ha. 2014)

Figura 24. Principais dificuldades encontradas pelos produtores para aumentar a produtividade e renda através da produção de grãos em suas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

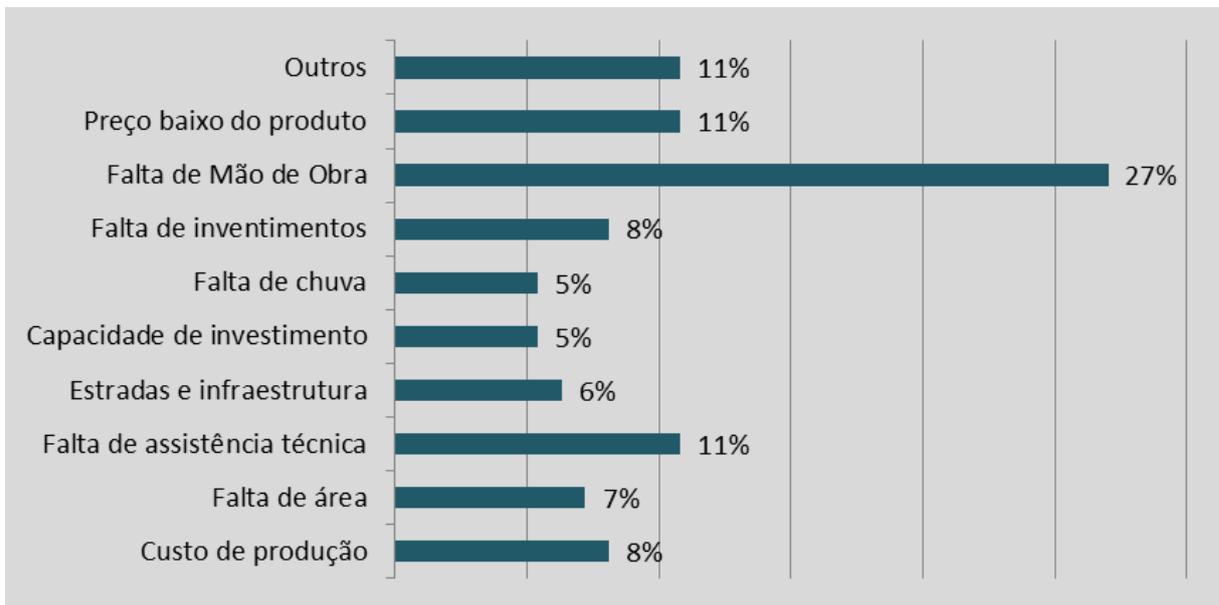
Já na produção leiteira, entre as principais dificuldades se destacam a falta de mão de obra com 27% de representatividade, logo após a falta de assistência técnica e o baixo preço pago pelo produto com 11%, os custos de produção e a falta de investimentos com 8%, a falta de área com 7%, as estradas e infraestrutura com 6% e a baixa capacidade de investimentos e falta de chuva com 5%, conforme apresentado na Figura 25. Nesta atividade, durante as entrevistas percebe-se que o principal fator complicador para seu desenvolvimento é a falta de mão de obra, as pessoas, principalmente os jovens não querem mais ter os compromissos que a atividade exige, como, por exemplo, trabalhar aos finais de semanas e não ter férias.

[...] nós no interior não temos férias, porque as vacas não tiram férias... Eles (filhos) verem nossas dificuldades [...] Pai, mãe vamos viajar? vamos para praia? mas como nós vamos? Vamos levar as vacas junto? Ou vamos abandonar elas? Quando nós voltamos vai estar como de novo? (P15\_80ha. 2014)

Obviamente que, para quem está fora do meio, ficaria fácil pensar que isso ocorre por uma falta de gerenciamento ou coisa desse gênero, pois na teoria seria só dividir as funções, fazer escalas de trabalho entre os familiares e cada um ter suas férias e folgas nos finais de semanas. Porém, na prática não é bem assim, no meio rural desta região em estudo está cada vez mais diminuindo o número de pessoas (filhos) nas famílias, e na maioria dos casos só fica o casal trabalhando em sua propriedade, seus filhos cada vez mais cedo estão buscando estudo e trabalho nos centros urbanos, o que impossibilita fazer este rodízio de folga, e terceirizar o trabalho para esses períodos é outro fator complicador, pois além de quase não existir esta mão de obra especializada, a que tem custa um alto valor de investimento, inviabilizando sua contratação, conforme relata um dos produtores entrevistados:

A produção de leite vai diminuir muito por falta de mão de obra[...] Redução de filhos, anos atrás a famílias eram numerosas, hoje não, é um ou dois filhos por casal[...] Um vai estudar e já não volta mais[...] Antes eles ficavam com os pais, hoje isso não acontece mais. [...] para contratar gente, além de caro também não tem quem faça o serviço direito[...].(P15\_80ha. 2014)

Figura 25. Principais dificuldades encontradas pelos produtores para aumentar a produtividade e renda através da produção leiteira em suas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Diante destas duas principais atividades econômicas da região, buscou-se também comparar e analisar em quais situações de disponibilidade de área as produções de grãos e leite possuem melhor performance e viabilizam a permanência da agricultura familiar no meio rural.

Conforme apresenta a Figura 26, entre os produtores 46% acreditam que trabalhando somente com a produção leiteira, tendo uma área disponível para produção de até 20 hectares, seria possível viabilizar economicamente a permanência de sua família na propriedade, ou até menos, desde que bem administrado, conforme relata o entrevistado, “Nuns 10 hectares a gente vive tranquilo com o leite[...] se tu faz bem planejadinho vive bem.” (P14\_32ha. 2014). Já 37% dos entrevistados precisariam no mínimo de 21 a 40 hectares, 14% de 41 a 60 hectares, 2% de 61 a 80 hectares e apenas 1% dos entrevistados precisariam mais de 81 hectares para atividade leiteira.

Para produção de grãos, esta representada principalmente pela sojicultura, a necessidade de área para produção é maior. Dos entrevistados, apenas 8% viabilizariam economicamente a permanência de suas famílias numa propriedade com até 20 hectares, 19% dos produtores precisariam entre 21 e 40 hectares, 32% entre 41 a 60 hectares, 16% entre 61 e 80 hectares, e 25% precisariam de uma área superior aos 81 hectares, como é o caso deste produtor que representa a opinião de tantos outros neste estudo:

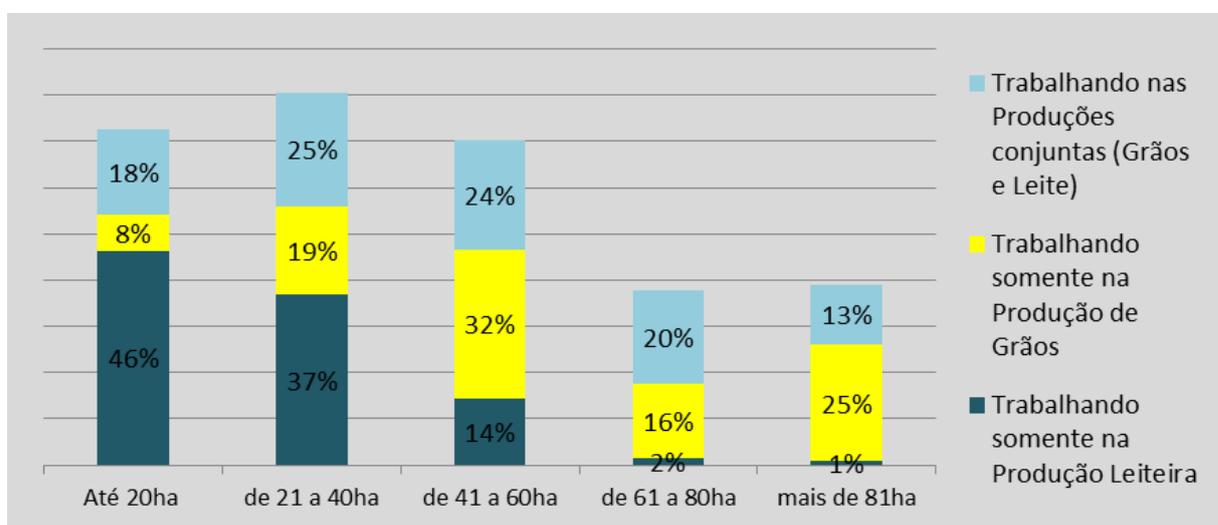
Hoje a gente vê pessoas que tão pagando faculdade[...] que querem ter um padrão de vida mais ou menos, tão com mais de 100 hectares e tão se vendo pequeno, com dificuldades[...] Então agente com menos de 100 hectares é quase inviável hoje em dia viver com qualidade trabalhando só grãos. (P12\_60ha. 2014)

Porém, trabalhando com as produções conjuntas, grãos e leite, essas necessidades por área diminuem. Para 18% dos produtores, seria necessário no mínimo até 20 hectares para viabilizar economicamente a permanência de suas famílias na propriedade, 25% consideram serem necessários de 21 a 40 hectares, 24% entre 41 e 60 hectares, 20% de 61 a 80 hectares e 13% precisariam no mínimo de 81 hectares disponíveis para as produções.

Neste contexto, se levada em consideração a disponibilidade de área e a rentabilidade por hectare, fica evidente que a produção leiteira possui melhor performance econômica se comparada com a produção de grãos na agricultura familiar. Este desempenho fica cada vez mais evidente a partir do ponto em que se diminui o tamanho das propriedades, sendo o caso destes produtores entrevistados, em que 68% de suas propriedades possuem no máximo até 40 hectares, conforme apresentado anteriormente na Figura 8.

Já com a produção de grãos, apenas 27% dos produtores conseguiram viabilizar a permanência de sua família numa propriedade de até 40 hectares, significando que esta atividade de forma intensiva, na maioria das pequenas propriedades, é uma tendência a saída gradativa da unidade familiar inserida no meio rural.

Figura 26. Quantidade mínima de hectares necessária para viabilizar economicamente a permanência das famílias em suas propriedades

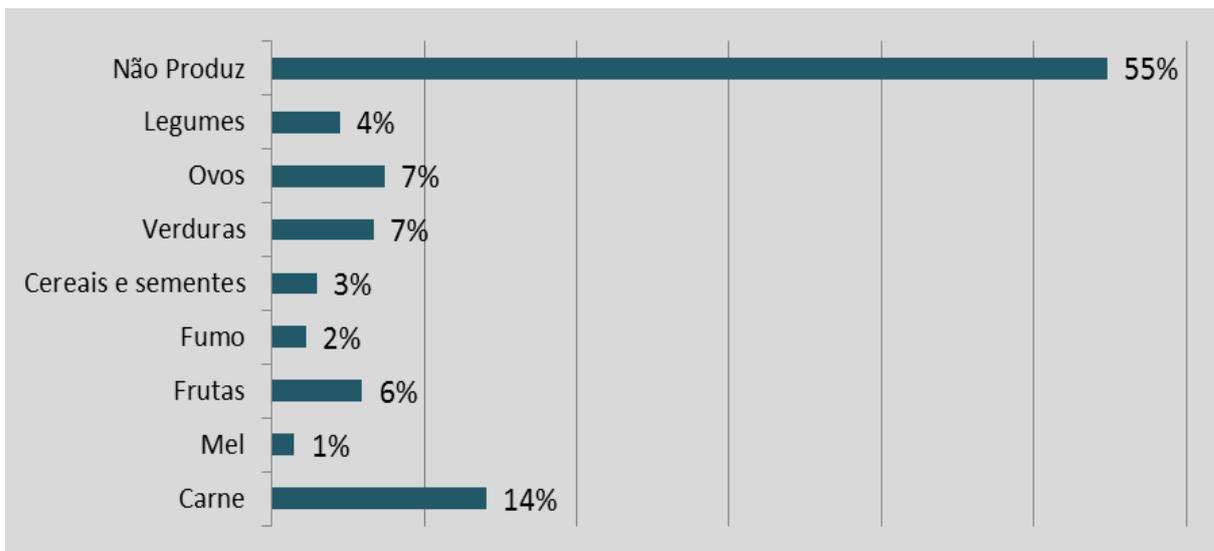


Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Além das produções de grãos e leite, 45% dos entrevistados declaram também produzir outros alimentos para comercialização em suas propriedades. Nestas, percebe-se na Figura 27, a produção de carne se destaca com 14% de participação, logo após vem a comercialização de verduras e ovos com 7%, de frutas com 6%, legumes 4%, fumo 2% e mel com 1%. Destes produtos, 76% são vendidos na cidade, 16% nas indústrias e 8% na própria comunidade, conforme Figura 28.

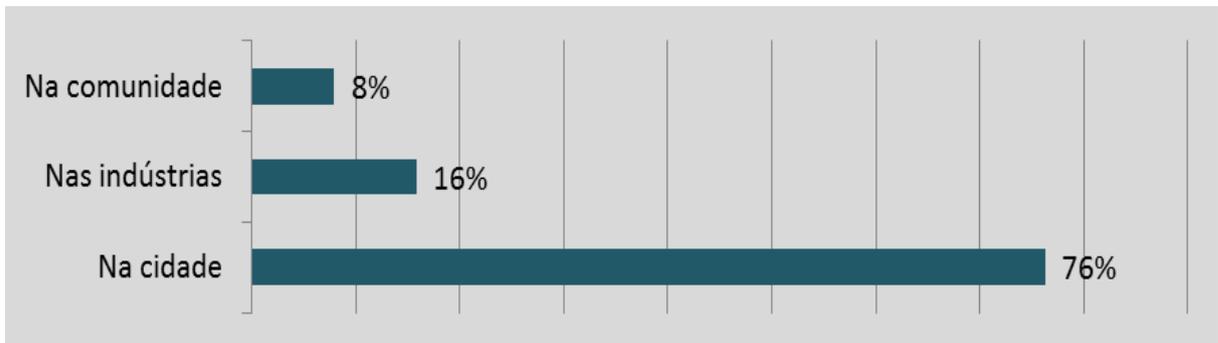
Porém, percebe-se que estas comercializações, na maioria dos casos, são sobras das produções realizadas para o próprio consumo da família ou de animais considerados para descarte na atividade leiteira. Sendo assim, não são produzidos com finalidade específica para comercialização, e na maioria dos casos não têm representatividade econômica expressiva para as famílias.

Figura 27. Além das produções de grãos e leite, quais outros produtos/alimentos são produzidos para comercialização nas propriedades familiares



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Figura 28. Onde são vendidos estes produtos além dos grãos e leite

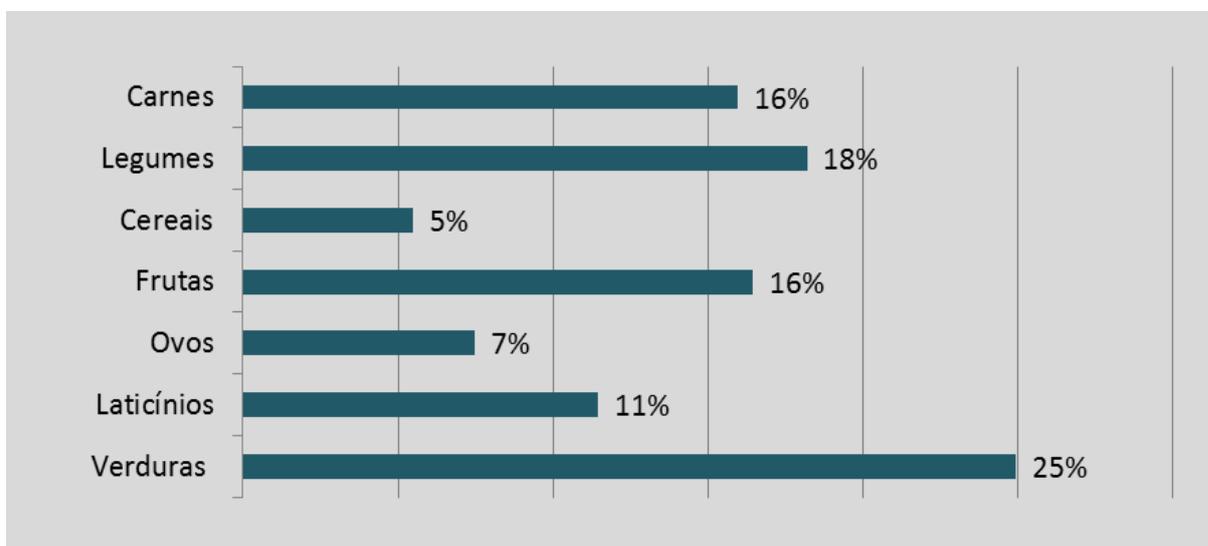


Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Já com relação à produção de alimentos para o consumo próprio da família, conforme percebe-se na Figura 29, a produção de verduras se destaca com 25% de participação entre os demais produtos, em seguida vem a produção de legumes com 18%, as carnes e frutas com 16%, os laticínios com 11%, ovos 7% e os cereais com 5%.

Percebe-se também que, entre os produtores entrevistados, a maioria deles produzem vários alimentos primários para o consumo de suas famílias, comprando na cidade somente os produtos industrializados, como é o caso deste entrevistado que pode representar a opinião de vários outros: “A gente pega muita pouca coisa no mercado, produz quase tudo que consome: cebola, alho, frutas temos o ano todo aqui na propriedade”. (P7\_52ha. 2014)

Figura 29. Quais outros alimentos são produzidos na propriedade para consumo da família



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Diante deste cenário em que se caracteriza as unidades familiares entrevistadas, para corroborar este estudo surge a necessidade de uma análise mais ampla através da opinião dos produtores com relação às tendências para o desenvolvimento produtivo, uso do trabalho e permanência das famílias no meio rural de suas regiões.

## **6 TENDÊNCIAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTOJACUÍ/RS**

Este capítulo tem como objetivo analisar, através da opinião dos entrevistados, quais são as tendências da organização produtiva na agricultura familiar, do uso do trabalho das pessoas e da permanência das famílias rurais em suas comunidades, além de analisar quais ações seriam necessárias para que este segmento se fortaleça e se desenvolva no meio rural.

Na Figura 30, percebe-se que a produção de grãos para os próximos anos, com 44% de representatividade, tende a aumentar nas propriedades familiares dos entrevistados, 28% consideram que vai se manter como está atualmente e 28% acreditam que a atividade irá diminuir. Este aumento de produção, na opinião dos produtores, está ligado principalmente ao acesso da agricultura familiar às evoluções tecnológicas, principalmente através dos incentivos financeiros do governo.

Quem tem vontade, tem terra, continua. Eu digo assim, o que melhorou, mudou muito foi esses planos do governo, esses financiamentos, incentivos[...] Se tu sabe aproveitar e se organizar eu acho que a tendência é só aumentar se continua assim[...] O governo incentiva bastante, claro tem outras partes que dificulta[...] Mas esses financiamentos, se tu quer e tem vontade e tu trabalha bem consegue colocar tecnologia e produzir um pouco mais[...] Isso a gente percebeu, olha que de um tempo para cá melhorou [...] (P14\_32ha. 2014)

Por outro lado, há aqueles produtores que acreditam que a evolução tecnológica da produção dos grãos veio para ser aplicada em grandes propriedades. Sendo assim, consideram que esta atividade vai diminuir, e os produtores irão migrar para outras atividades que requerem menos investimento e são estáveis e rentáveis nas pequenas propriedades, como é o caso da produção leiteira.

Vai diminuir, o pessoal vai tudo para o leite e suínos, estas coisas, grãos é para grandes proprietários [...] Os maquinários hoje vem tudo para as grandes propriedades, para pequeno muito pouco [...] Soja e milho não mantém mais produtor pequeno. (P9\_50ha. 2014)

Se tiver incentivo para produção de leite vai diminuir a de grãos, porque a produção de grãos, principalmente a de soja não seria bem para o pequeno produtor porque para ti produzir soja tu precisa de maquinário de alto valor e no leite é diferente um pouco, o maquinário é de preço bem mais acessível, bem mais baixo. (P25\_36ha. 2014)

Na atividade leiteira, 48% dos produtores também acreditam que irá aumentar a produção, 27% acreditam que vai se manter e 24% que irá diminuir. Para muitos, este aumento na produção de leite, além da migração dos produtores de soja e da evolução tecnológica, se dá também pela necessidade de gerar mais renda na propriedade para que seja possível sua permanência no meio rural.

O pequeno vai ter que produzir leite porque ele não compra terra, ou ele tira leite ou vende para um fazendeiro e vai para cidade trabalhar, ainda mais aqui que tem a empresa Stara e a empresa Jean que buscam todos os dias de 3 a 4 ônibus de gente para trabalhar na cidade. (P9\_50ha. 2014)

Também há aqueles produtores que acreditam que a produção leiteira vai diminuir na agricultura familiar de sua região, induzida principalmente pelo envelhecimento das pessoas e pela migração dos jovens para cidade, ou seja, pela falta de mão de obra. Por outro lado, há aqueles que acreditam que ambas produções, soja e leite, dependem muito do momento atual do mercado, pois parte dos produtores são inclinados a migrar entre as atividades, baseados nos resultados obtidos em sua última safra, sendo a alta produtividade e o preço da soja os maiores influenciadores.

Se a soja continuar subindo, o leite vai diminuir [...] Se a soja sobe, o pessoal vende as vacas e vai para soja, isso é normal [...] As pessoas vão envelhecendo e vão vendendo as vacas [...] O filho estudou vai para cidade [...] Esse negócio de arrumar gente para tirar leite já era. (P10\_80ha. 2014)

Com relação ao trabalho das pessoas da família fora da propriedade, 48% dos entrevistados acreditam que a tendência na sua região é aumentar para os próximos anos, 39%

acreditam que irá se manter como está atualmente e 13% acreditam que irá diminuir o uso do trabalho das pessoas fora de suas propriedades.

Muitos produtores justificam que o número de filhos está cada vez menor nas famílias do campo, e que as pessoas já não estão dando mais conta das próprias atividades realizadas em suas propriedades, o que impossibilita a saída para outras atividades extras fora de seu ambiente de trabalho familiar. Por outro lado, há aqueles produtores que possuem mão de obra excedente em suas propriedades, seja pelo número de pessoas na família, pelo tamanho da propriedade ou modelo de atividade exercida. Estes utilizam o trabalho fora da propriedade para gerar mais renda e contribuir com a qualidade de vida e permanência de sua família no meio rural.

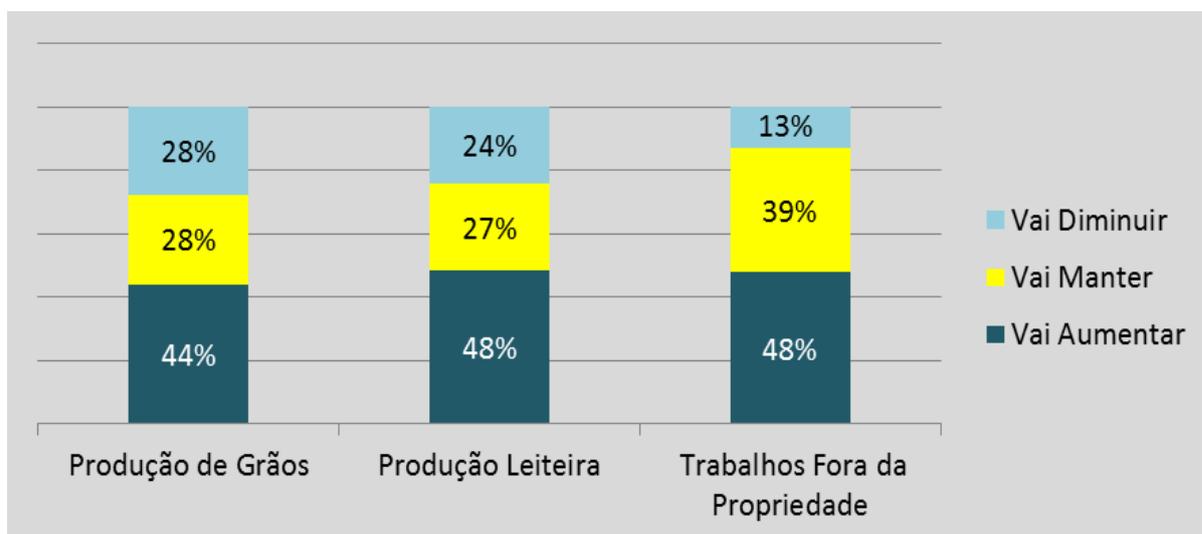
Porém, há aqueles produtores que consideram que o uso do trabalho fora da propriedade irá aumentar, induzido principalmente pelas atratividades de lazer, estudo e trabalho oferecidas nos centros urbanos para os jovens que vivem no meio rural.

Hoje em dia o pessoal está indo mais para cidade, o jovem não quer mais ficar no interior, acho que é porque é mais fácil na cidade. Nossa juventude não quer mais o interior. Tinha um rapaz que eu pagava um salário limpo para ajudar no leite, ganhava tudo, casa, alimento, foi para cidade ganhar um salário até menor e ainda tem que pagar todas as outras despesas. Nossa juventude não quer mais ficar no interior. (P7\_52ha. 2014)

Nas propriedades mais próximas dos centros urbanos, existem muitas pessoas que moram no interior e trabalham na cidade, indo e voltando todos os dias. Nestas regiões onde também há acesso às informações e principalmente entretenimentos urbanos, além das propriedades serem rentáveis e também os pais trabalharem forte na questão da sucessão familiar, incentivando e compartilhando os resultados e decisões das atividades com os filhos, a migração definitiva dos jovens para a cidade é bem menor.

Se tiver renda e incentivo, os jovens ficam na propriedade [...] porque hoje está mais fácil a vida no interior, hoje tu tem tudo, tem internet, tem informação [...] pode ir para cidade se divertir e voltar [...] anos atrás não tinha, então o pessoal buscava fora. (P20\_20ha. 2014)

Figura 30. Tendência das atividades na agricultura familiar



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Com relação às tendências de permanência da agricultura familiar no meio rural, percebe-se na Figura 31 que 56% dos entrevistados acreditam que este segmento irá diminuir, 32% acreditam que irá se manter como está atualmente e apenas 12% que irá aumentar.

Os produtores que acreditam que o número de famílias da agricultura familiar em sua comunidade irá se manter ou até aumentar são aqueles que na maioria dos casos vivem em regiões onde a agricultura familiar é predominante, sendo assim, além do comércio, as demais instituições trabalham voltadas para suas demandas e os produtores também acabam não sofrendo tanta pressão dos agricultores patronais pela compra de suas áreas. Conforme relata o entrevistado P19\_30ha (2014): “Na nossa região vai manter, são todas propriedades pequenas, não tem grande no meio para tentar comprar as terras”.

Já naquelas regiões onde a agricultura intensiva e não familiar é predominante, encontra-se o maior número de entrevistados que acreditam que a tendência da agricultura familiar em sua comunidade é de continuar diminuindo, ou até sumir, induzida principalmente pela forte demanda de compra e valorização de suas terras.

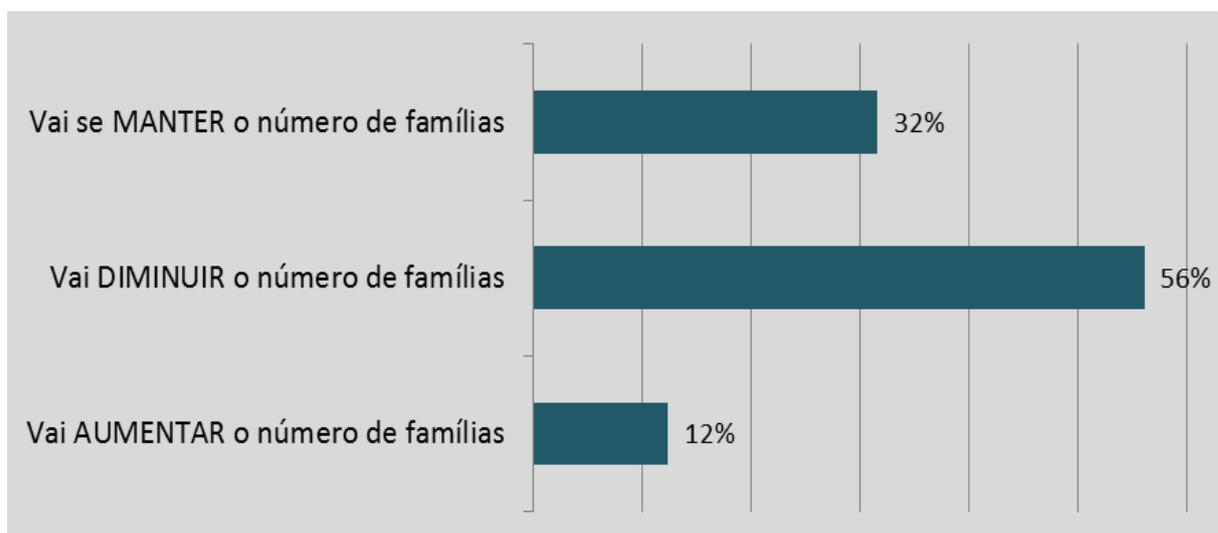
A agricultura familiar vai diminuir aqui, falta de terra, área pequena não tem como comprar em nossa região. É uma região hoje que estão falando em 800 sacas de soja a hectare de terra[...] O grandão tomou conta aqui de toda a volta, eu fui um que os caras já me cercaram várias vezes para me tirar daqui oferecendo o que não vale minha propriedade. (P23\_18,6ha. 2014)

Existem também aqueles produtores que acreditam que além da pressão sofrida pela demanda de terra, o número de famílias de sua comunidade irá diminuir devido aos jovens não estarem mais ficando nas propriedades, e os seus pais estarem envelhecendo e também migrando para os centros urbanos.

Vai diminuir e muito, hoje tem 10% do que tinha antes [...] Porque o jovem não fica na propriedade, porque ele estudou quer ir para cidade, ele não quer estar com os pés sujos ele não quer estar no meio do veneno [...] Fim de semana ele não quer estar correndo atrás das vacas [...] as pessoas de idade também estão indo para cidade. (P10\_80ha. 2014)

Diante deste contexto, percebe-se que a agricultura familiar do Alto Jacuí/RS, possui, na maioria dos casos, uma melhor performance nas regiões onde é predominante seu número de estabelecimentos, pois além das tradições e culturas vindas do trabalho familiar, o mercado e demais instituições se ajustam e focam para atender suas demandas e ofertas, contribuindo assim para que nestas localidades a agricultura familiar se desenvolva e permaneça no meio rural com mais facilidade do que as famílias que estão inseridas em regiões onde predomina a agricultura intensiva e não familiar.

Figura 31. Tendências para permanência da agricultura familiar no meio rural



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Para contribuir com o entendimento das tendências de permanência da agricultura familiar no meio rural, buscou-se neste estudo também aprofundar os questionamentos sobre quais são os motivos que levam os jovens a saírem das propriedades familiares na busca de novas oportunidades de trabalho, o que a agricultura familiar precisa para melhorar sua qualidade de vida e gerar mais renda dentro de suas propriedades e que tipo de políticas para o meio rural são mais importantes para o fortalecimento de suas atividades.

Percebe-se, através da Figura 32, que para 26% dos entrevistados os jovens da agricultura familiar estão saindo do campo para estudar e buscar melhores condições de vida e financeiras nas cidades, “Quando o jovem vai para a cidade ele tem o dinheirinho dele, ele não vai querer mais voltar para o interior[...] (P22\_18ha. 2014). 17% consideram que vão em busca de estabilidade e mais renda, 14% consideram que falta incentivo e oportunidades no campo para os jovens.

O pai não incentiva os filhos a trabalhar na propriedade né, muitas vezes o pai não tem condições para segurar o filho junto com ele para trabalhar ali, leva eles a procura de outros serviços, porque se a pessoa não tem condições de se manter em casa tem que sair (P24\_40ha. 2014)

Já 13% dos produtores acreditam que faltam área e capacidade de investimento para os jovens, 9% acreditam que a saída se dá pela vida difícil no campo, 6% dizem que é pela busca de emprego fixo e que não precise trabalhar aos finais de semana, e para 3% a saída se dá pela falta de atividades de lazer e informação, além dos jovens não gostarem e nem quererem levar a vida dos pais no campo, “Tem uns jovens que acho que já tem um trauma com o serviço de fora, pensam assim, como meu pai e minha mãe sofreram lá fora eu não quero sofrer desse tipo, eu quero uma vida mais tranquila”. (P25\_36ha. 2014).

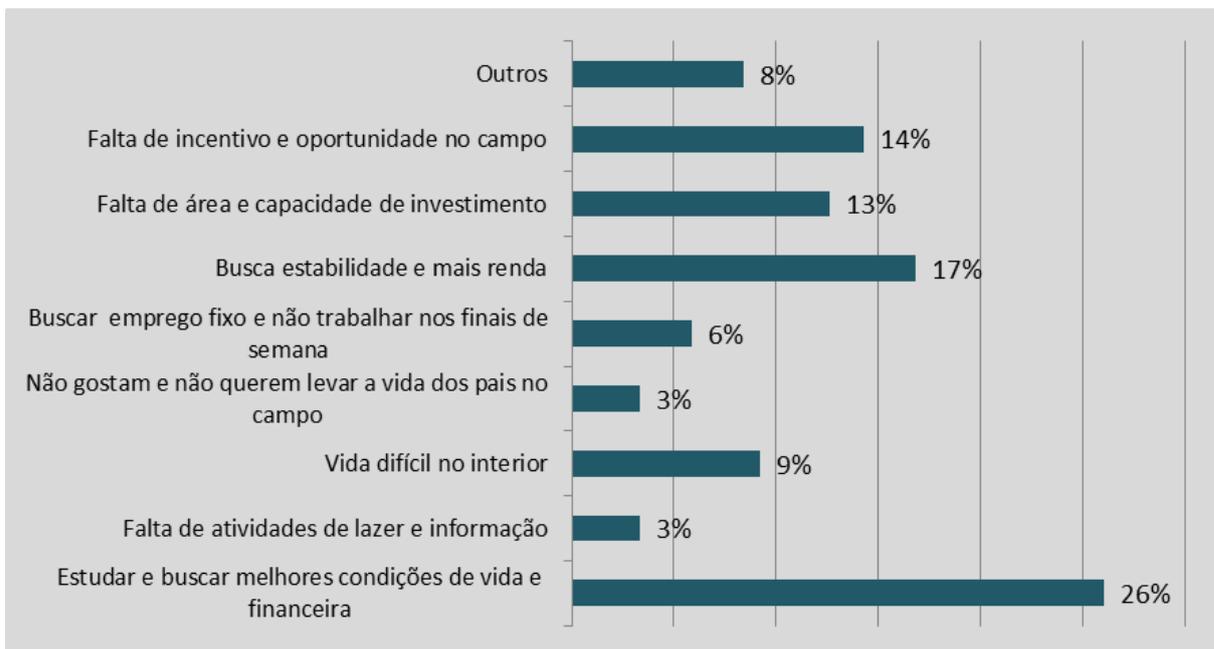
Outro fator importante que contribui para a saída dos jovens do campo é a forte demanda por mão de obra nos centros urbanos. Para corroborar este posicionamento, selecionamos o depoimento do produtor a seguir:

Hoje em dia eles não precisam sair da propriedade para procurar emprego, as indústrias vem buscar os jovens, aqui em Colorado cataram todos os rapaz e moças que tinham aqui para trabalhar na Stara e na Jean em Não Me Toque. (P27\_15,6ha. 2014)

Existem também aqueles produtores que acreditam que o trabalho na atividade leiteira é um dos incentivadores para a migração dos jovens para as cidades, pois esta atividade requer dedicação e tempo exclusivo, incluindo finais de semanas e feriados. Já quando os jovens conseguem uma viabilização econômica na atividade agrícola, trabalhando com maquinários e equipamentos que requerem menor esforço físico, esta evasão do meio rural diminui.

O leite eles (os jovens) já são contra [...] eles gostam de sair daí tem aquele compromisso [...] a maioria dos jovens saíram do interior por causa do leite [...] Jovem até fica no interior se for para lidar na agricultura com máquinas[...]. (P7\_52ha. 2014)

Figura 32. Motivos que levam os jovens a saírem das propriedades familiares na busca de novas oportunidades de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Já com relação às necessidades de apoio que a agricultura familiar precisa para melhorar sua qualidade de vida e se manter no meio rural, principalmente através da viabilização econômica de suas atividades, percebe-se na Figura 33, que 28% dos entrevistados precisam de investimentos e incentivos por parte do governo, 14% dizem que falta valorização de seus produtos, assistência técnica e treinamento, 11% consideram que a

falta de investimentos em equipamentos e tecnologia é um dos fatores dificultadores para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para 8% dos entrevistados é necessário ter mais acesso ao crédito, 4% mais segurança de produção e comercialização e 3% consideram que está faltando às famílias produzirem mais alimentos para seu próprio sustento.

Neste contexto, percebe-se que na maior parte dos produtores, suas necessidades para o desenvolvimento de suas propriedades passam por questões financeiras, seja na produção, comercialização ou áreas sociais de suas residências e comunidades. Para alguns entrevistados, as linhas de crédito viáveis para a agricultura familiar nem sempre são suficientes para desenvolver suas atividades e projetos. Dizem existir também outras linhas de crédito para agricultura familiar, porém nestas além da dificuldade de acesso, na maioria dos casos seus juros são inviáveis com a situação atual do segmento e mercado, conforme argumenta um dos entrevistados a seguir:

Vou te citar um exemplo da propaganda do Banco X: é o bom para todos, que é para agricultura familiar com 4% ao mês, isso daí não, quem é que vai pegar esse tipo de investimento? É muito caro para a agricultura familiar. (P9\_50ha. 2014)

Por outro lado, há aqueles produtores que acreditam que algumas linhas de incentivo à produção por parte do Governo, como o Pronaf e o Mais Alimento, vieram para agregar e contribuir com seu desenvolvimento, e que agora a questão de apoio financeiro para investimentos de produção está satisfatória, basta os produtores terem gestão e comprometimento diante de suas atividades para que possam gerar mais renda e se desenvolver.

Na época que cheguei na propriedade, plantava 2 a 3 hectares de milho, feijão só para manutenção, naquela época trabalhava só a boi, eu não tinha acesso a maquinário, porque agente veio para ali tipo com uma mão na frente e outra atrás e ainda com dívida, então fiquei uns 4 a 5 anos meio patinando até conseguir trabalhar [...] agora depois que veio o mais alimento que consegui me estruturar um pouco para trabalhar, o mais era muita pouca coisa que agente conseguia desenvolver na propriedade. Já desde acesso a banco é de acordo com teu cadastro e teu cadastro era baixo, não tem acesso. Já digo assim ao investimento alto. Tu vai a passos lentos, depois que entrou este plano do mais alimento, daí sim, o cara vai se organizando em maquinário daí vai sobrando do outro lado que não precisa tu tirar do leite para largar no outro setor. (P25\_36ha. 2014)

Na época quando nós viemos para cá estava muito difícil para conseguir financiar um trator um maquinário novo, agora um certo tempo para cá tu tem mais acesso a

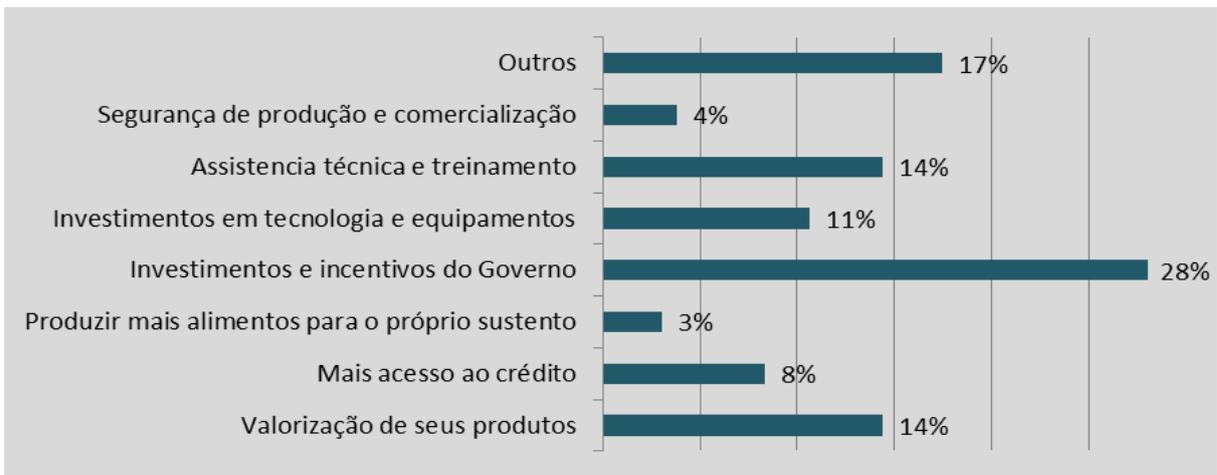
essas coisas mais fácil, o pequeno agricultor tem mais acesso fácil nestas coisas, isso é uma verdade. (P22\_18ha. 2014)

Como já vem se discutindo ao longo deste trabalho, a escala também influencia diretamente na viabilidade econômica das principais atividades produtivas exercidas pela agricultura familiar, neste caso, nas produções de grãos e leite, o que justifica o pedido dos entrevistados por maior valorização de seus produtos, assistência técnica e treinamento. Entre os entrevistados, encontra-se basicamente dois perfis de produtores, ou seja, aqueles que se caracterizam pela eficiência gerencial, principalmente através de um equilíbrio entre sua produtividade e controle de custos, alinhados às suas condições de produção e ao mercado, para que suas atividades sejam rentáveis. Normalmente, estes produtores ajustam suas atividades produtivas de acordo com suas disponibilidades de área, possuem uma assistência técnica qualificada, valorizam e pedem cada vez mais por este acompanhamento e treinamento.

Já na outra ponta, existem aqueles produtores que desconsideram estes fatores, muitas vezes se preocupam só com sua produtividade, não se ajustam ao mercado e tampouco controlam ou conhecem de forma integral seus custos de produção, obviamente que isso reflete diretamente nos resultados econômicos de sua propriedade. Normalmente, estes são produtores que pedem mais valorização de seus produtos, não possuem assistência técnica ou esta é ineficaz.

Tem muita propriedade que não tem nada de ajuda técnica, eu até tenho porque pago para ter, mas tem propriedade que não tem, daí é difícil se manter [...] é muito fraco o apoio nesta parte da Instituição Pública X. (P19\_30ha. 2014)

Figura 33. Necessidades da agricultura familiar para viabilizar economicamente suas atividades, melhorar a qualidade de vida e permanecer dentro de suas propriedades



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

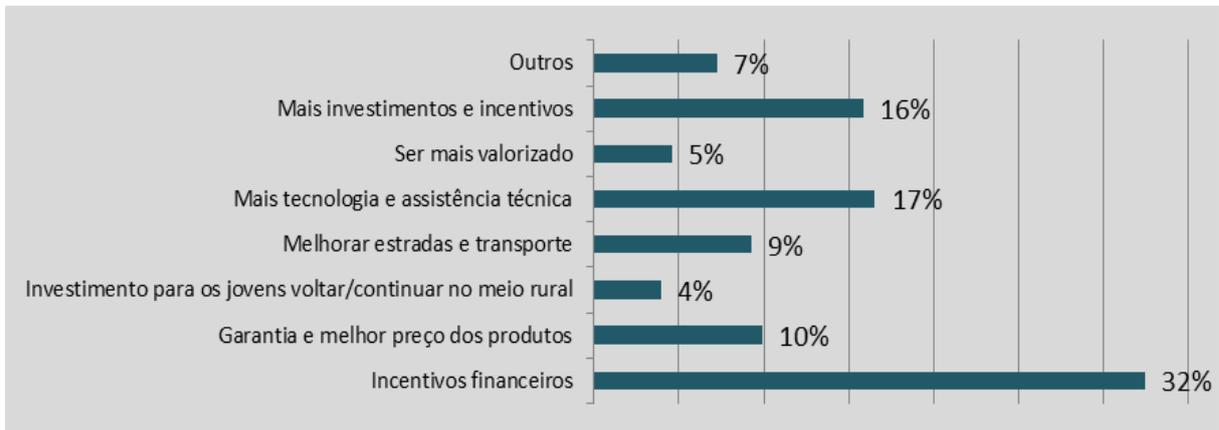
Para corroborar os posicionamentos supracitados, na Figura 34 apresenta-se as opiniões dos produtores com relação às políticas necessárias para o fortalecimento das atividades realizadas pela agricultura familiar em suas regiões. Percebe-se que 32% dos produtores consideram importante as políticas de incentivos financeiros para o fortalecimento de suas atividades no meio rural, 17% dão importância para o acesso à tecnologia e assistência técnica, 16% para investimentos e incentivos, 10% para garantia e melhor preço dos produtos, 9% na melhoria das estradas e transporte, 5% querem ser mais valorizados e 4% consideram importante investimentos para que os jovens possam voltar ou continuar no meio rural.

Observa-se que, novamente a necessidade do acesso à tecnologia e assistência técnica se repetem ao questionamento anterior, em que os produtores reforçam a importância desses fatores para a competitividade de suas atividades: “A gente tendo uma assistência e uma “irrigaçãozinha” a gente só não produz se não quer.” (P23\_18,6ha. 2014). Entre os depoimentos dos produtores, também surge novamente a necessidade de políticas de apoio financeiro para o fortalecimento de suas atividades, assim como aqueles produtores que consideram estar satisfeitos com os programas de financiamento do Governo.

O governo no momento está dando até incentivo demais para o produtor. Eu no meu ver para os pequenos produtores só se não queira trabalhar, porque o pequeno produtor com incentivo que o governo está dando ele querendo trabalhar ele vai chega no banco tem o dinheiro que ele quiser para investir na propriedade dele,

então se ele não tiver vontade de trabalhar daí sei lá eu, nem na propriedade nem na cidade ele vai se manter. (P24\_40ha, 2014)

Figura 34. Políticas necessárias para o fortalecimento das atividades realizadas pela agricultura familiar no meio rural



Fonte: Pesquisa de campo do autor, (2013/2014).

Diante deste contexto, percebe-se que existem recursos financeiros viáveis para investimentos de produção na agricultura familiar, porém um dos principais fatores que comprometem a rentabilidade desses recursos é a falta de um planejamento mais eficiente. Isso se dá, principalmente, pela inexistência ou ineficiência de treinamentos e de uma assistência técnica com qualidade no campo. Treinamentos que, além das informações técnicas de produção, trabalhem também as ferramentas de gestão, principalmente a análise de viabilidade de investimentos e controle de custos.

Outro fator comprometedor é a resistência à inovação e orientação dos técnicos por parte de alguns produtores, os populares “meu pai sempre fez assim, eu também sempre fiz assim e sempre deu certo”, além daqueles tradicionais produtores de grãos, que produzem soja de forma intensiva em pequenas áreas de produção, muitas vezes tornando inviável economicamente suas propriedades, induzidas principalmente pelo não acesso às tecnologias de ponta e baixa escala de produção.

É visível a importância da assistência técnica eficiente para o desenvolvimento da agricultura familiar, quando se entrevista produtores que recebem o acompanhamento técnico da CCGL. Percebe-se que a maioria deles além de maximizarem a rentabilidade de suas propriedades estão também melhorando a qualidade de vida de suas famílias, principalmente

através de uma melhor gestão, que reduz a demanda por mão de obra e esforço físico durante as atividades realizadas na propriedade.

Além da assistência técnica, outro fator que compromete o desenvolvimento das atividades produtivas realizadas na agricultura familiar desta região em estudo é a infraestrutura logística para escoamento das suas produções, principalmente através das estradas no meio rural, que na maioria das vezes estão em péssimas condições, em alguns casos chegam a ser inacessíveis durante os dias de chuva. Com isso, além de aumentar os custos logísticos, muitas vezes acaba inviabilizando certas atividades produtivas na agricultura familiar.

## **7 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES**

Este capítulo tem como objetivo analisar as estratégias produtivas e de reprodução sociais e econômicas dos agricultores entrevistados neste estudo. Percebe-se que os produtores utilizam, basicamente, quatro estratégias de reprodução, sendo elas:

*a) Estratégias de reprodução através da produção leiteira* - Serve como principal atividade econômica nas propriedades com menor disponibilidade de área e capital de produção. Já nas propriedades com maior área produtiva, esta atividade passa a ser uma atividade de renda complementar para os produtores familiares.

*b) Estratégias de reprodução através da produção de grãos* - É a principal atividade econômica nas propriedades com maior área produtiva e disponibilidade de capital para investimento. Passa a ser atividade complementar nas unidades familiares com menor área e capital para investimento na produção.

*c) Estratégias de reprodução através da produção de alimentos básicos* - Considerada como uma atividade complementar. O foco está na produção de alimentos de subsistência da própria família, os excedentes são comercializados em suas regiões.

*d) Estratégias de reprodução através do uso do trabalho fora da propriedade* - Pode ser considerada como uma atividade econômica principal ou complementar, isso depende basicamente da disponibilidade de área, perfil produtivo ou número de pessoas que moram na unidade de produção familiar.

Diante deste contexto, conforme a Figura 35, surgem basicamente três perfis de produtores, que se caracterizam através de suas decisões estratégicas de reprodução diante das condições impostas pelo meio em que se inserem, sendo eles:

**a) Produtor Especialista:** Caracteriza-se principalmente por seu estilo de gestão focada na sucessão familiar, nas inovações tecnológicas, movimentações de mercado e custos de produção, assim como pelo seu eficiente desempenho econômico.

Este produtor, em pequenas áreas de produção, com média de até 15 hectares, trabalha de forma intensiva na produção leiteira. Conta com acompanhamento técnico e não possui restrições de acesso às inovações tecnológicas da atividade. As receitas da propriedade são destinadas para as despesas domésticas e investimentos de produção. O uso do trabalho da família fora da propriedade é baixo e suas tendências de permanência na propriedade são altas.

Já o produtor com maior área de produção, em média 60 hectares, trabalha de forma intensiva na produção de grãos. Conta com acompanhamento técnico e possui restrições de acesso as inovações tecnológicas da atividade. As receitas da propriedade são destinadas para as despesas domésticas e investimentos de produção. O uso do trabalho da família fora da propriedade é mediano, assim como suas tendências de permanência na propriedade.

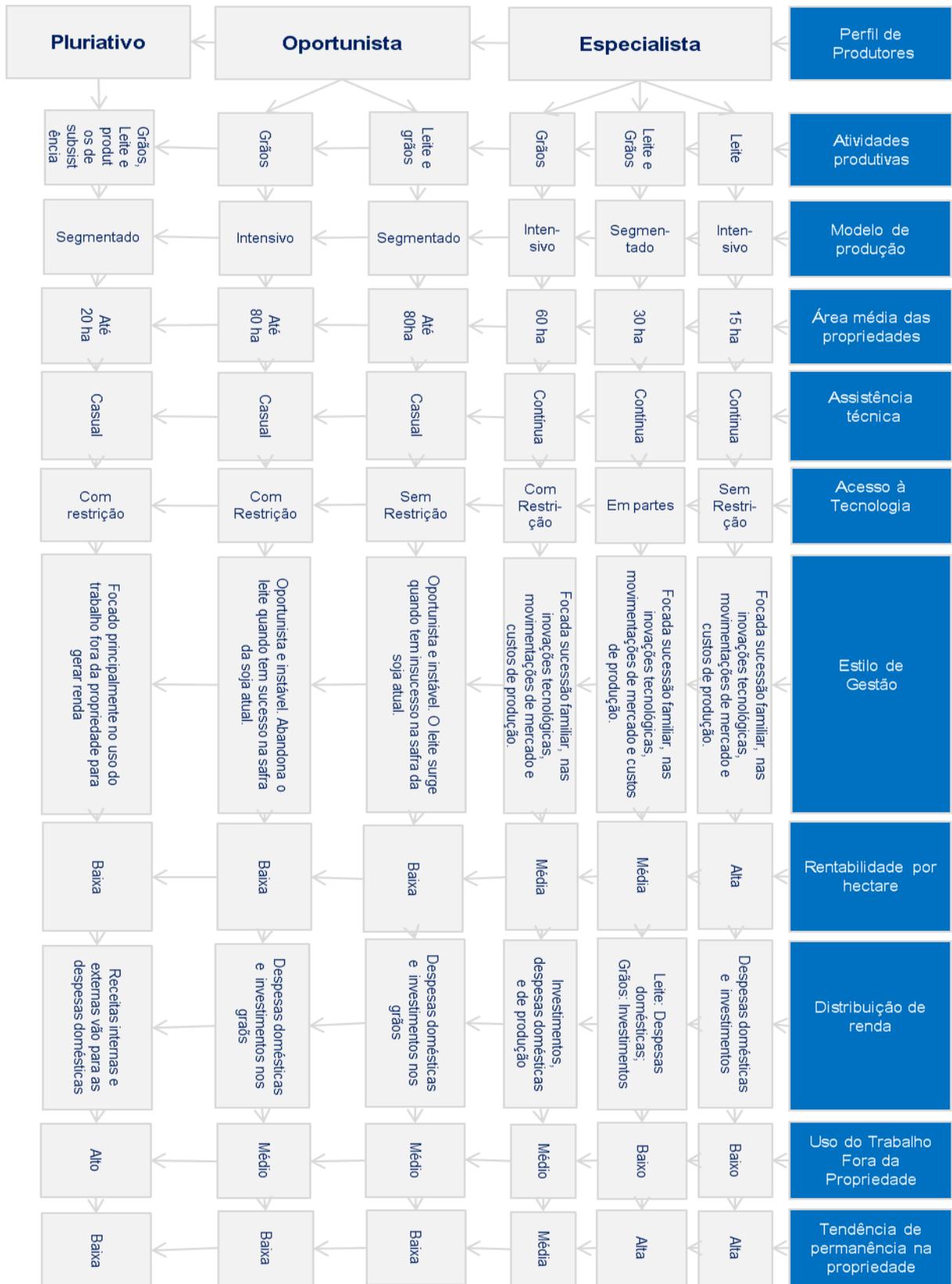
Também há aquele produtor que possui atividades conjuntas, ou seja, produção de grãos e leite. Este possui, em média, 30 hectares e conta com acompanhamento técnico. Possui restrições às inovações tecnológicas na produção de grãos e acesso às relacionadas à atividade leiteira. As receitas vindas da atividade leiteira são destinadas às despesas domésticas, e as vindas dos grãos, para os investimentos da propriedade. O uso do trabalho da família fora da propriedade é baixo, suas tendências de permanência na propriedade são altas.

**b) Produtor Oportunista:** Caracteriza-se principalmente por seu perfil de gestão induzido pelas flutuações do mercado agrícola. Se os resultados da safra da soja atual forem bons, o produtor diminui ou termina com a produção leiteira, se no ano seguinte os resultados da soja forem insatisfatórios, o produtor retorna o foco na atividade leiteira, e assim sucessivamente. O tamanho da propriedade varia até os 80 hectares. Não possui assistência técnica contínua e o acesso às inovações tecnológicas das atividades produtivas é restrito. As receitas vindas de ambas atividades são destinadas às despesas domésticas e investimentos de produção. O uso do trabalho da família fora da propriedade é mediano, os

resultados econômicos da propriedade, assim como as tendências de permanência da família na propriedade, são baixos.

*c) O produtor Pluriativo:* Este produtor possui pequena área de produção, com média de até 20 hectares. Seu foco está no uso do trabalho fora da propriedade para gerar renda. Na unidade de produção familiar, como atividade complementar, produz grãos, leite e outros produtos de subsistência. Não conta com acompanhamento técnico e possui restrições de acesso às inovações tecnológicas das atividades. As receitas vindas de fora e dentro da propriedade são destinadas às despesas domésticas da família. O uso do trabalho da família fora da propriedade é alto, a rentabilidade dentro da unidade de produção familiar, assim como as tendências de permanência da família no meio rural, é baixa.

Figura 35. Perfil dos produtores familiares



Fonte: Desenvolvido pelo autor (2013/2014).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade agrícola no Alto Jacuí/RS se desenvolveu através da produção de subsistência em pequenas propriedades. Logo após, com a decadência desse sistema, surge a modernização agrícola, trazendo novas técnicas, maquinários e insumos para produção de trigo e de soja da região.

Até o início dos anos 70, a triticultura se destacava na região, logo após perde espaço para a sojicultura, que recebe vários incentivos para sua expansão, contribuindo para que grande parte dos produtores abandonassem suas culturas de subsistência. Porém, logo após, principalmente no final dessa década, a crise mundial afeta diretamente a atividade. Daí a necessidade de uma melhor performance competitiva para o setor, que contribui com o fortalecimento da atividade leiteira e o surgimento de inovações nas práticas de produção, como a conservação do solo; mecanização da agricultura; seleção de sementes; fertilização do solo; assistência creditícia; garantia de preços mínimos; assistência técnica; plantio direto; transgenia; entre outros.

A partir de então, pode-se perceber nesta análise que a dinâmica agrícola e econômica do Alto Jacuí/RS se dá basicamente através da produção de soja, milho, trigo e de leite, destacando-se a sojicultura e a atividade leiteira, juntas representando atualmente 84% da renda gerada dentro das unidades familiares deste estudo. Porém, neste estudo não se identificou os motivos socioeconômicos que levam a este perfil produtivo na agricultura familiar, caracterizado basicamente pela produção de *commodities* e não de produções com valor agregado que necessitam baixas escalas para sua viabilização econômica. Para isso, sugere-se um novo estudo buscando entender por que os produtores não desenvolvem outras atividades produtivas com foco econômico principal, seria por suas tradições de cultivo e manejo dos animais ou por barreiras de acesso a esses mercados?

Com relação à disponibilidade de área para a produção de grãos e de leite, através deste estudo, percebem-se importantes transformações na organização produtiva da agricultura familiar.

Durante o inverno, principalmente o trigo que ocupava lugar de destaque em ocupação de área para cultivo com 35% de participação, agora cai para 20% da área, perdendo espaço principalmente para a atividade leiteira, que chega aos 51% da área ocupada para produção durante o inverno. Já para o futuro, a tendência é de que a produção leiteira mantenha crescimento, chegando aos 56% de participação, o trigo também deve crescer chegando aos 23% e as demais atividades perdem ainda mais espaço ficando com 19% da área de inverno.

O crescimento da atividade leiteira se dá com maior ênfase nas propriedades com menor área produtiva, onde o leite de certa forma é predominante por sua estabilidade e rentabilidade econômica. Porém as tendências de crescimento da triticultura, apesar de suas frustrações e instabilidades econômicas, se dá principalmente naquelas propriedades com maior área e que também estão mais focadas na produção de grãos. Nestas, o trigo, mesmo não dando o lucro financeiro desejado para os produtores, acaba contribuindo com as demais produções, sendo principalmente através da cobertura de solos, rotação de culturas e receitas da propriedade.

Já com relação à área destinada para as produções de verão, a sojicultura que sempre esteve com maior participação e atualmente ocupa 74% da área, apresenta tendências de queda na agricultura familiar em estudo, diminuindo para 55% sua participação. Ocupando este espaço, surge principalmente a produção leiteira, com tendência de chegar aos 32% de participação no verão. Porém, a produção de milho que também apresenta tendência de crescimento em área, com possibilidades de chegar aos 13% de participação, é mais considerada como uma atividade de apoio à soja e ao leite.

Nas propriedades onde se trabalha com a produção leiteira, a maior parte da produção de milho não vai para comercialização do grão, e sim para produção de silagem, que serve como alimento do rebanho. Já nas propriedades focadas na produção de grãos, o milho surge mais como uma opção para rotação de cultura, pois nestas, a soja predomina.

Além da produção de grãos e de leite, 45% dos produtores entrevistados também produzem outros produtos para comercialização, como: carne bovina, verduras, ovos, frutas, legumes, fumo, mel, entre outros, que são vendidos principalmente em estabelecimentos comerciais da cidade, nas indústrias, ou até mesmo em suas próprias comunidades do meio rural. Porém, estes produtos, na maioria dos casos não são produzidos com foco comercial, e sim para o consumo próprio das famílias. No caso da carne bovina, são vendidos os animais considerados para descarte na atividade leiteira. Sendo assim, na maioria dos casos, estes produtos não possuem uma representatividade econômica expressiva para as famílias.

Com relação ao uso do trabalho, atualmente 80% das pessoas que vivem nas propriedades familiares deste estudo dedicam integralmente seu trabalho a atividades realizadas dentro de suas próprias unidades de produção, 16% dividem seu trabalho com outras atividades fora da propriedade e 4% dedicam integralmente seu trabalho fora. Essas atividades, que são realizadas em sua maioria nas cidades ou em outras unidades de produção rural, também apresentam tendências de crescimento entre os estabelecimentos em estudo, principalmente naqueles estabelecimentos com menor área ou produção intensiva de grãos, pois nestas, a oferta de mão de obra é maior e as famílias na maioria das vezes também dependem da renda vinda de fora para conseguir viabilizar economicamente sua permanência na propriedade. Já onde se tem maior área para produção, ou que trabalham de forma intensiva na atividade leiteira, dependendo do número de pessoas da família, é quase impossível realizar atividades econômicas fora das propriedades, pois nestes locais já existe uma certa carência de mão de obra, com tendências de aumentar, principalmente pelo envelhecimento das pessoas e a migração dos jovens para outras atividades ou centros urbanos.

Porém, apesar da maior demanda por mão de obra, a atividade leiteira representa fortalecimento para a agricultura familiar, pois em pequenas áreas, com baixos investimentos, consegue-se produzir escalas competitivas que viabilizam a atividade e a permanência dos produtores no meio rural. Ao contrário da produção de grãos, que na maioria dos casos representa a saída gradativa das famílias do campo, devido a maior demanda de área para que se tenha uma escala competitiva, além dos altos investimentos e difícil acesso às tecnologias e equipamentos de produção.

Diante deste contexto, a tendência é de que a produção leiteira aumente na agricultura familiar da região. Porém, este crescimento depende de incentivos e apoio por parte do governo e instituições ligadas à atividade, principalmente disponibilizando aos produtores uma assistência técnica de qualidade e uma infraestrutura logística eficiente, além de assistência médica nas comunidades e incentivos para que os jovens permaneçam no meio rural.

Caso contrário, por falta de incentivo os jovens vão continuar migrando para os centros urbanos, e os produtores sem infraestrutura para produção e com carência de mão de obra terão a tendência a vender e arrendar suas terras, ou intensificar a produção de grãos, consequentemente inviabilizando economicamente sua permanência na propriedade rural.

Percebe-se, neste estudo, que para dentro da porteira o Governo disponibiliza recursos financeiros viáveis para investimentos em produção. Porém, nem sempre os

produtores conseguem desenvolver suas atividades de forma rentável, muitas vezes por falta de planejamento, conhecimento técnico e gestão básica, principalmente através da análise de mercado e controle de custos. Ficando assim evidente a falta de um acompanhamento técnico eficiente por parte do Governo a esses produtores, envolvendo planejamento, desenvolvimento e controle das atividades realizadas pela agricultura familiar, inclusive em seus projetos de investimentos financiados pelo próprio Governo. Através das manifestações daqueles produtores que consideram receber o acompanhamento técnico eficiente da CCGL ou outras instituições, percebe-se que este cenário diferencia-se e os investimentos, na maioria dos casos, passam a ter melhor desempenho socioeconômico, comparando-se aos produtores que não recebem esse tipo de acompanhamento.

Porém, este trabalho não aprofundou neste questionamento, sugere-se um estudo focado no tema, analisando a qualidade dos treinamentos e assistência técnica prestada pelos órgãos públicos, assim como sua abrangência e importância para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Os resultados desta pesquisa trazem informações de extrema importância para o agronegócio e suas instituições que interagem junto a agricultura familiar, como é o caso da Cooperativa Central Gaúcha Ltda – CCGL, que possui 171 mil estabelecimentos rurais associados em seu sistema cooperativo no Rio Grande do Sul, sendo a maior parte desses do segmento familiar.

A Cooperativa atua nas atividades de: Concentração, pasteurização e secagem de leite; Pesquisa de novas tecnologias agropecuárias; e Recebimento, armazenagem e expedição de grãos agrícolas e transporte multimodal. Só em seu segmento de laticínios, 90% de seus fornecedores de matéria prima são produtores familiares. Sendo assim, o entendimento de como se desenvolve a agricultura familiar dessa região, assim como suas tendências de reprodução socioeconômicas, são fundamentais para que a empresa possa desenvolver seu planejamento estratégico, pois faz parte de sua missão integrar as atividades do agronegócio com sustentabilidade, escala e rentabilidade, gerando diferenciais competitivos às cooperativas e seus produtores.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão rural para agricultura familiar. **In: Seminário nacional de Assistência técnica e extensão rural**. Brasília: Anais, 1997.

ARBAGE, Alessandro Porporati. **Economia rural**: conceitos básicos e aplicações. Chapecó: Grifos, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENETTI, Maria Domingues. **Origens e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**: uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO. 1957/1980. Porto Alegre: FEE, 1982.

BRUM, Argemiro. **Modernização da agricultura**. Trigo e soja. Ijuí: FIDENE, 1985.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **História da Embrapa**. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em 01 dez 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Corede Alto Jacuí**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalle.php?corede=Alto+Jacu%ED](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalle.php?corede=Alto+Jacu%ED)>. Acesso em 20 nov 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **IDESE/TABELAS**. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese\\_tabelas\\_destaque.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_tabelas_destaque.php)>. Acesso em 20 nov 2012.

Fundação de Economia e Estatística - FEE. **Mapa dos 14 municípios que compõem o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Alto Jacuí do RS**. Disponível em: <<http://mapasdev.fee.tche.br/municipios-do-conselho-regional-de-desenvolvimento-corede-alto-jacui-2008.html>>. Acesso em 02 nov 2012.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Índice de desenvolvimento socioeconômico (Idese). Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)> Acesso em 20 nov. 2012.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del e MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009, p.13.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Metodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008. 57 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2002.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **O trigo no Brasil**. Notus du.g.e.r.ei, Paris, n. 2, set. 1977.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. INCRA/FAO, 2000. Disponível em: <<http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>>. Acesso em 12 dez 2014.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Agricultura Familiar**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/default.shtm)>. Acesso em 16 out 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>> Acesso em 26 nov 2012.

JEAN, B. **A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 6, 1994. p. 51-75.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural: 1986.

LAMARCHE H. **A agricultura familiar**: comparação internacional: do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1993.

LEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. Santa Cruz do Sul, 2011. In: **REDES**: Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/831.pdf>> Acesso em 08 jun. 2014.

LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LORENZONI, A. et. al. **Estudo de indicadores de eficiência nas unidades de produção leiteira dos municípios da região do COREDE Alto Jacuí-RS**. Cruz alta, UNICRUZ, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista**. 3. ed. São Paulo: Global, 1988.

MERA, Claudia Maria Prudêncio De. **População Rural na Região do Alto Jacuí/RS: Análise Sob a Perspectiva do Desenvolvimento Agrícola**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40232>>. Acesso em 18 mai. 2014.

PLEIN, Clério e FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, Agricultura Familiar e Mercados. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 98 – 121, 2011.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de sociologia**, v.6. Porto Alegre, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em 04 nov. 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 69-70 p.

RANGEL, Ignácio. A questão agrária brasileira. In: **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

RIBEIRO, José Luis Duarte; NODARI, Chistine Tessele. **Tratamento dos dados qualitativos**: técnicas e aplicações. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2001.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, JM.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural -Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 200

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura Familiar e teoria social**: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. Disponível em: <[http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo\\_32.pdf](http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_32.pdf)>. Acesso em 15 mai. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2ª Edição, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, SÉRGIO. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU. Quito, 2006. **Anais...** Quito, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação**. Disponível em: <[www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/708/573](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/708/573)>. Acesso em 16 abr. 2014.

SCHNEIDER. Sérgio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS. 1999. [Tese de doutorado].

SILVA, J. F. G. **A irrelevância prática da agricultura familiar para o emprego agrícola**. Reforma Agrária. Brasília: p. 31-45, 2002.

UFRGS, 1999. GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

VAN DER PLOEG, Jan Douxe. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 40 n.4, 2000.

VEIGA, José Eli da . **A face territorial do desenvolvimento**. Interações (Universidade São Marcos), Campo Grande: V. 3, n.5, 2002.

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do agro-reformismo. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2004.

WANDERLEY, M. N. B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. A. **Agricultura familiar**. Campinas, Ed Unicamp 1998. V.2, p.27-31. Londrina: 22 a 25 de julho de 2007,

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2<sup>a</sup> ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Instrumento de pesquisa encaminhado via e-mail para as Cooperativas,  
Sindicatos Rurais, Secretarias Municipais da Agricultura e Emater de todas as cidades  
pertencentes à região do Alto Jacuí.**



**UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA  
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

*Instrumento de pesquisa aplicado aos produtores rurais de grãos e leite do Alto Jacuí/RS, associados ao grupo CCGL, com o objetivo de analisar suas estratégias de reprodução sociais e econômicas.*

**A – INFORMAÇÕES GERAIS**

1. Município: \_\_\_\_\_
2. Cooperativa: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Sexo: \_\_\_\_\_
5. Escolaridade: \_\_\_\_\_

6. Origem da propriedade:
  - ( ) Herdada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
  - ( ) Comprada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
  - ( ) Arrendada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_

7. Quantos familiares vivem na propriedade:
  - a) Menores de 12 anos? \_\_\_\_\_
  - b) Entre 12 e 17 anos? \_\_\_\_\_
  - c) Entre 18 e 60 anos? \_\_\_\_\_
  - d) Acima de 60 anos? \_\_\_\_\_

8. Quem e quantos familiares dedicam seu trabalho 100% só na propriedade? \_\_\_\_\_

9. Quem e quantos dedicam parte do seu trabalho na propriedade e parte fora? \_\_\_\_\_

10. Quem e quantos trabalham 100% só fora da propriedade? \_\_\_\_\_

11. Ondes são realizadas estas atividades fora da propriedade?
  - ( ) Em outras unidades de produção rural
  - ( ) Na cidade
  - ( ) Em outros locais. Onde? \_\_\_\_\_

12. Na renda total de sua família (pessoas que vivem na propriedade) que percentual vem da:
  - ( ) % Produção de leite e grãos
  - ( ) % Atividades realizadas fora da propriedade
  - ( ) % Arrendamentos e locações
  - ( ) % Pensões e aposentadorias
  - ( ) % Outras. Quais? \_\_\_\_\_

13. Sem a renda vinda de atividades/trabalho realizadas fora da propriedade, seria possível sua família permanecer na propriedade?
  - ( ) Sim ( ) Não ( ) Não possui atividades fora
 Por quê? \_\_\_\_\_

14. Para os próximos anos, qual a tendência do uso do trabalho das pessoas de sua família que vivem na propriedade:
  - ( ) Trabalhar mais DENTRO da propriedade.
  - ( ) Trabalhar mais FORA da propriedade.
  - ( ) Continuar como esta atualmente.
 Por quê? \_\_\_\_\_

15. Você pretende continuar morando e trabalhando na propriedade por muito tempo?
  - ( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez
 Por quê? \_\_\_\_\_

16. Após sua aposentadoria, seus filhos/familiares vão continuar trabalhando na propriedade?
  - ( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez
 Por quê? \_\_\_\_\_

17. Se você tivesse outra opção de trabalho e renda deixaria a propriedade?
  - ( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez
 Por quê? \_\_\_\_\_

18. Se você tivesse dinheiro disponível para fazer o investimento de seus sonhos, qual seria? \_\_\_\_\_

continuação

19. Na sua comunidade:

a) Possui ou está próxima da assistência média e odontológica?

 Sim  Não

b) Possui atividades de lazer e entretenimento para você e sua família?

 Sim  Não

c) O que tem de melhor nela?

---

---

d) Para melhorar, o que está faltando na comunidade?

---

---

**B – ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA**

20. Em que ano você iniciou suas atividades na propriedade? \_\_\_\_\_

Na época, qual era o percentual de área que você destinava para as produções:

a) DE INVERNO:

 % Trigo.  % Leite.  % Outros.

b) DE VERÃO:

 % Soja.  % Milho.  % Leite.

21. Atualmente, no INVERNO, qual é o percentual de área que você destina para produção de:

 % Trigo.  % Leite.  % Outros.  
Por quê? \_\_\_\_\_

---

22. Atualmente, no VERÃO, qual é o percentual de área que você destina para PRODUÇÃO de:

 % Soja.  % Milho.  % Leite.  
Por quê? \_\_\_\_\_

---

23. Atualmente, qual a participação percentual das atividades produtivas abaixo, na RENDA de sua propriedade?

 % Soja.  % Milho.  % Trigo.  
 % Leite.  % Outro. Qual? \_\_\_\_\_

24. Para os próximos anos, qual é o percentual de área que você pretende destinar para as produções:

a) DE INVERNO:

 % Trigo.  % Leite.  % Outros.  
Por quê? \_\_\_\_\_

---

b) DE VERÃO:

 % Soja.  % Milho.  % Leite.  
Por quê? \_\_\_\_\_

---

25. Quais são as principais dificuldades que você tem para aumentar sua produtividade e renda na:

a) Produção de Grãos: \_\_\_\_\_

---

b) Produção Leiteira: \_\_\_\_\_

---

26. Se você trabalhasse somente com a PRODUÇÃO LEITEIRA, precisaria no mínimo de quantos hectares para ter uma renda que viabilizasse economicamente a permanência de sua família na propriedade?

- Até 20 hectares  
 de 21 a 40 hectares  
 de 41 a 60 hectares  
 de 61 a 80 hectares  
 Mais de 81 hectares

27. Trabalhando somente com a PRODUÇÃO DE SOJA, MILHO E TRIGO, você precisaria no mínimo de quantos hectares para viabilizar economicamente sua permanência na propriedade?

- Até 20 hectares  
 de 21 a 40 hectares  
 de 41 a 60 hectares  
 de 61 a 80 hectares  
 Mais de 81 hectares

continuação

28. Se trabalhar na PRODUÇÃO CONJUNTA DE SOJA, MILHO, TRIGO E LEITE, qual o mínimo de hectares que você precisaria para gerar renda e manter sua família na propriedade?

- ( ) Até 20 hectares  
 ( ) de 21 a 40 hectares  
 ( ) de 41 a 60 hectares  
 ( ) de 61 a 80 hectares  
 ( ) Mais de 81 hectares

29. Em sua propriedade, além dos grãos e leite, quais outros produtos/alimentos você produz para comercialização? Onde eles são vendidos? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

30. Quais outros alimentos você produz para consumo próprio da família?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### C – OPINIÕES DO ENTREVISTADO

31. Em sua opinião, num geral, qual a tendência na agricultura familiar para os próximos anos na:

a) Produção de Grãos:  
 ( ) Aumentar ( ) Manter ( ) Diminuir.  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

b) Produção leiteira:  
 ( ) Aumentar ( ) Manter ( ) Diminuir.  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

c) Na realização de trabalhos fora da propriedade:  
 ( ) Aumentar ( ) Manter ( ) Diminuir.  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

32. Em sua opinião, qual a tendência para os próximos anos da agricultura familiar em sua região:

- ( ) Vai AUMENTAR o número de famílias  
 ( ) Vai DIMINUIR o número de famílias  
 ( ) Vai se MANTER o número de famílias  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

33. Em sua opinião, o que a agricultura familiar precisa para melhorar sua qualidade de vida e gerar mais renda dentro de suas propriedades?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

34. Em sua opinião, quais são os motivos que levam os jovens a saírem das propriedades familiares, na busca de novas oportunidades de trabalho? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

35. Que tipo de políticas para o meio rural o senhor (a) considera mais importante para o fortalecimento da sua atividade?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## ANEXO B – Instrumento de pesquisa aplicado com produtores fornecedores de leite para a CCGL



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA  
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL

*Instrumento de pesquisa aplicado aos produtores rurais de grãos e leite do Alto Jacuí/RS, associados ao grupo CCGL, com o objetivo de analisar suas estratégias de reprodução sociais e econômicas.*

### A – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Município: \_\_\_\_\_
2. Cooperativa: \_\_\_\_\_
3. Idade: \_\_\_\_\_
4. Sexo: \_\_\_\_\_
5. Escolaridade: \_\_\_\_\_
6. Origem da propriedade:
  - ( ) Herdada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
  - ( ) Comprada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
  - ( ) Arrendada. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
  - ( ) Assentamento. Quantos hectares? \_\_\_\_\_
7. Quantos familiares vivem na propriedade:
  - a) Menores de 12 anos? \_\_\_\_\_
  - b) Entre 12 e 17 anos? \_\_\_\_\_
  - c) Entre 18 e 60 anos? \_\_\_\_\_
  - d) Acima de 60 anos? \_\_\_\_\_
8. Quem e quantos familiares dedicam seu trabalho 100% só na propriedade? Por quê?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
9. Quem e quantos dedicam parte do seu trabalho na propriedade e parte fora? Por quê?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
10. Quem e quantos trabalham 100% só fora da propriedade? Por quê?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
11. Ondes são realizadas estas atividades fora da propriedade?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12. De onde vem a renda total de sua família (pessoas que vivem na propriedade)?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Sem a renda vinda de atividades/trabalho realizadas fora da propriedade, seria possível sua família permanecer na propriedade? Por quê?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. Para os próximos anos, qual a tendência do uso do trabalho das pessoas de sua família que vivem na propriedade:  
 ( ) Trabalhar mais DENTRO da propriedade.  
 ( ) Trabalhar mais FORA da propriedade.  
 ( ) Continuar como esta atualmente.  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. Você pretende continuar morando e trabalhando na propriedade por muito tempo?  
Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. Após sua aposentadoria, seus filhos/familiares vão continuar trabalhando na propriedade?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. Se você tivesse outra opção de trabalho e renda deixaria a propriedade?  
 ( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez  
 Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

18. Se você tivesse dinheiro disponível para fazer o investimento de seus sonhos, qual seria? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

19. Na sua comunidade:

a) Possui ou está próxima da assistência médica e odontológica?

\_\_\_\_\_

b) Possui atividades de lazer e entretenimento para você e sua família?

\_\_\_\_\_

c) O que tem de melhor nela?

\_\_\_\_\_

d) Para melhorar, o que está faltando na comunidade?

\_\_\_\_\_

## B – ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

20. Em que ano você iniciou suas atividades na propriedade? \_\_\_\_\_

Na época, qual era o percentual de área que você destinava para as produções:

a) DE INVERNO:

\_\_\_\_\_

b) DE VERÃO:

\_\_\_\_\_

21. Atualmente, no INVERNO, qual é o percentual de área que você destina para as produções:

\_\_\_\_\_

22. Atualmente, no VERÃO, qual é o percentual de área que você destina para as produções:  
*Por quê?* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

23. Atualmente, qual a participação percentual das atividades produtivas, na RENDA de sua propriedade?

\_\_\_\_\_

24. Para os próximos anos, qual é o percentual de área que você pretende destinar para as produções:

a) DE INVERNO:

\_\_\_\_\_

*Por quê?* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) DE VERÃO:

\_\_\_\_\_

*Por quê?* \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

25. Quais são as principais dificuldades que você tem para aumentar sua produtividade e renda na:

a) Produção de Grãos: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) Produção Leiteira: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

26. Se você trabalhasse somente com a PRODUÇÃO LEITEIRA, precisaria no mínimo de quantos hectares para ter uma renda que viabilizasse economicamente a permanência de sua família na propriedade?

\_\_\_\_\_

27. Trabalhando somente com a PRODUÇÃO DE GRÃOS (soja, milho, trigo, outros) você precisaria no mínimo de quantos hectares para viabilizar economicamente sua permanência na propriedade?

28. Se trabalhar na PRODUÇÃO CONJUNTA DE GRÃOS E LEITE, qual o mínimo de hectares que você precisaria para gerar renda e manter sua família na propriedade?

\_\_\_\_\_

29. Em sua propriedade, além dos grãos e leite, quais outros produtos/alimentos você produz para comercialização? Onde eles são vendidos? Por quê?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

30. Quais alimentos você produz para consumo próprio de sua família?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### C – OPINIÕES DO ENTREVISTADO

31. Em sua opinião, num geral, qual a tendência na agricultura familiar para os próximos anos na:

a) Produção de Grãos:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 Por quê? \_\_\_\_\_

b) Produção leiteira:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 Por quê? \_\_\_\_\_

c) Na realização de trabalhos fora da propriedade:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

32. Em sua opinião, qual a tendência para os próximos anos da agricultura familiar em sua região:

( ) Vai AUMENTAR o número de famílias  
 ( ) Vai DIMINUIR o número de famílias  
 ( ) Vai se MANTER o número de famílias  
 Por quê? \_\_\_\_\_

33. Em sua opinião, o que a agricultura familiar precisa para melhorar sua qualidade de vida e gerar mais renda dentro de suas propriedades?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

34. Em sua opinião, quais são os motivos que levam os jovens a saírem das propriedades familiares, na busca de novas oportunidades de trabalho?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

35. Que tipo de políticas/apoio para o meio rural o senhor (a) considera mais importante para o fortalecimento da sua atividade?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_